

MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA  
ALESSANDRA SOARES MUNIZ GOMES

ORGANIZADORAS

**ELAS POR ELAS:**

**PROTAGONISMO  
FEMININO NA  
CIDADE, NO  
CAMPO E NA  
HISTÓRIA DE JUIZ  
DE FORA**

ALESSANDRA SOARES MUNIZ GOMES  
ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA  
LUCIMARA ALVES DORNELLA DE OLIVEIRA  
MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA  
SINTIA SOARES HELPES



**ELAS POR ELAS: PROTAGONISMO FEMININO NA  
CIDADE, NO CAMPO E NA HISTÓRIA DE JUIZ DE FORA**

Marcela Fernanda Da Paz De Souza

Alessandra Soares Muniz Gomes

| Organizadoras |

**ELAS POR ELAS: PROTAGONISMO FEMININO NA  
CIDADE, NO CAMPO E NA HISTÓRIA DE JUIZ DE FORA**

  
*Bordô-Cyrená*  
Editora

Alagoinhas

2019

© 2018 by Editora Bordô-Grená

*Organização – Elas por elas: protagonismo feminino na cidade, no campo e na história de Juiz de Fora –*  
Marcela Fernanda Da Paz De Souza e Alessandra Soares Muniz Gomes

*Projeto gráfico e diagramação:* C W – Clebson Werner

*Editoração* Editora Bordô-Grená

*Revisão:* Alessandra Soares Muniz Gomes

*Capa:* Clebson Werner Florentino da Silva

*Editora* Bordô-Grená

*E-mail:* bordogrena@editorabordogrena.com

*E-mail para orçamentos:* orcamento@editorabordogrena.com

*Sítio da Internet:* <https://www.editorabordogrena.com>

### **Comissão Editorial**

Ma. Gislene Alves da Silva

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Ma. Silvana Nascimento Lianda

### **Conselho Editorial**

Dr. André Rezende Benatti (UEMS)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB)

Dra. Áurea da Silva (UNEB)

M. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE)

M. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA)

Dr. Washington Drummond (UNEB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

E37 Elas por elas : protagonismo feminino na cidade, no campo e na história de Juiz de Fora [recurso eletrônico] / orgs. Marcela Fernanda da Paz de Souza e Alessandra Soares Muniz Gomes. – Alagoinhas : Bordô-Grená, 2019.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-906599-8-3

1. Mulheres - Juiz de Fora (MG) - Aspectos sociais.
2. Feminismo. 3. Questão de gênero. I. Souza, Marcela Fernanda da Paz de. II. Gomes, Alessandra Soares Muniz. III. Título.

CDD 305.42

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.  
Todo o direito dessa edição reservado à Editora Bordô-Grená

**ELAS POR ELAS: PROTAGONISMO FEMININO NA  
CIDADE, NO CAMPO E NA HISTÓRIA DE JUIZ DE FORA**

Alessandra Soares Muniz Gomes

Ana Paula Evangelista De Almeida

Lucimara Alves Dornella De Oliveira

Marcela Fernanda Da Paz De Souza

Sintia Soares Helpes

DIAGRAMAÇÃO



## PREFÁCIO

Tomar as rédeas de nosso próprio destino implica, sem dúvida, buscarmos a nossa história para que possamos conhecer o papel das mulheres e desconstruir de forma autodeterminada os nossos pensamentos e comportamentos. Saber por que somos o que somos e por que agimos como agimos, entender os modos sutis, porém complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a construção de uma maior igualdade de gênero, que depende não apenas de uma tomada de consciência em relação à histórica opressão feminina, mas também de uma reflexão sobre o lugar e o papel dos homens nesse processo.

Já é cada vez mais evidente que a posição ocupada na sociedade pelos homens e pelas mulheres não é apenas diferente, mas também desigual; e que essa desigualdade social resulta, principalmente, da organização da sociedade e não de diferenças biológicas ou psicológicas. Isso significa dizer que os estudos em função do gênero, como este que hora temos em mãos, supõem, mas também demonstram pormenorizadamente, que as mulheres têm menos recursos materiais, *status* social, poder e oportunidades de auto-realização, acumulam dupla ou tripla jornada de trabalho, carregam todos os ônus da criação das crianças e são muito mais vulneráveis aos variados tipos de violência — física, psicológica, patrimonial, sexual e simbólica — do que os homens com quem partilham a mesma posição social.

Esta obra procura despertar o público para situações que se tornaram rotineiras e acabam passando despercebidas no dia a dia, denunciando a desigualdade de gênero e incentivando a luta pelos direitos das mulheres. Com dados atuais e exemplos reais, o livro combina dois estilos que se complementam de modo sensível e acurado. Traz o rigor das pesquisas acadêmicas, com a precisão do método, a apresentação de dados e de farto material, e uma extensa bibliografia, mas não deixa de ter uma linguagem acessível e uma preocupação didática no sentido de formar e informar jovens estudantes, ao trazer, ao final de cada capítulo, sugestões de livros, sites, blogs, filmes e documentários, ajudando a aprimorar nossos conhecimentos dentro e fora de sala de aula. E os méritos não acabam por aí. As pesquisadoras preenchem uma lacuna nos estudos sobre a realidade das mulheres da cidade de Juiz de Fora e da Zona da Mata mineira.

No primeiro capítulo, assinado pela pesquisadora e jornalista Alessandra Soares Muniz Gomes, conhecemos um breve histórico da imprensa feminina e feminista no Brasil e no mundo e o processo de empoderamento das mulheres por meio do pioneirismo do Jornal *Mulier* de Juiz de Fora. Alessandra nos dá subsídios para refletir sobre a desigualdade de gênero nos meios de comunicação e sua reprodução na sociedade.

A cientista social Sintia Soares Helpes, no segundo capítulo, nos apresenta um panorama sobre a questão penal no Brasil e a posição da mulher no sistema carcerário brasileiro, com seu belo e sensível estudo sobre a situação das presidiárias na cidade de Juiz de Fora. Trazendo elementos concretos da vida das entrevistadas, Sintia analisa questões sociais relevantes como desemprego, violência, prostituição e relações familiares.

Já a socióloga Ana Paula Evangelista de Almeida, ao mesmo tempo sujeito e objeto de investigação, através do estudo no povoado de Pirapetinga, na região da Zona da Mata mineira, apresenta-nos, no terceiro capítulo, as estratégias adotadas por mulheres para a dinamização e manutenção do modo de viver no meio rural. Em outras palavras, como as mulheres constroem nesse meio um espaço de vida e não apenas de produção, tornando-se figuras de referência no funcionamento comunitário e familiar.

Saindo do campo e entrando na cidade, no quarto capítulo, a historiadora Lucimara Alves Dornella de Oliveira retrata a participação das mulheres na greve geral de 1924 em Juiz de Fora. Apresenta-nos os aspectos gerais do movimento operário no Brasil e as dificuldades enfrentadas pelas operárias no ambiente laboral, como o assédio e a violência sexual, as longas jornadas de trabalho, as várias funções exercidas nos meios de produção e a baixa remuneração, tendo como foco principal o empenho das mulheres juiz-foranas em busca de melhores condições de trabalho e igualdade.

E, para fechar a obra, a cientista social Marcela Fernanda da Paz de Souza, no quinto capítulo, nos dá a conhecer algumas das principais características e consequências das desigualdades de gênero e de raça no mercado de trabalho juiz-forano a partir de análise minuciosa dos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Põe-nos a refletir sobre as condições socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres conforme a categoria ocupacional, a disposição dos rendimentos auferidos no trabalho principal, o recebimento de aposentadoria e pensão, e a contribuição para o sistema previdenciário público e/ou privado.

Em cada capítulo, cuidadosamente elaborado pelas mãos de cinco pesquisadoras de fôlego, conhecemos um pouco mais sobre as diversas e distintas maneiras de ser mulher: do passado, do presente, do campo, da cidade, do meio operário, do cárcere, livres, negras, brancas, jovens, adultas, analfabetas, escolarizadas. Trata-se de um espaço ímpar de discussão e de reflexão sobre a opressão das mulheres, mas também das importantes conquistas que amealharam ao longo das últimas décadas. Sem mais delongas, caro e cara leitora, desejo a todos e todas uma ótima leitura.

*Célia Arribas*

*Docente no Departamento de Ciências Sociais  
da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

*Alessandra Soares Muniz Gomes*

EMPODERAMENTO DAS MULHERES POR MEIO DA IMPRENSA FEMINISTA - O PIONEIRISMO DO JORNAL *MULIER* EM JUIZ DE FORA ..... 10

## CAPÍTULO 2

*Sintia Soares Helpes*

ATRÁS DAS GRADES: O COTIDIANO DAS PRESIDÁRIAS EM JUIZ DE FORA ..... 33

## CAPÍTULO 3

*Ana Paula Evangelista de Almeida*

PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS ACERCA DAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MULHERES PARA A DINAMIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MODO DE VIVER NO MEIO RURAL: UM ESTUDO NO POVOADO DA PIRAPETINGA NA REGIÃO DA ZONA DA MATA-MG..... 52

## CAPÍTULO 4

*Lucimara Alves Dornella de Oliveira*

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GREVE GERAL DE 1924 EM JUIZ DE FORA. 78

## CAPÍTULO 5

*Marcela Fernanda da Paz de Souza*

TRABALHO, GÊNERO E VARIÁVEIS RELACIONADAS EM JUIZ DE FORA - INDICAÇÕES A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO IBGE/2010 E DE INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES PARA JUIZ DE FORA. .... 101

# CAPÍTULO 1



## EMPODERAMENTO DAS MULHERES POR MEIO DA IMPRENSA FEMINISTA – O PIONEIRISMO DO JORNAL *MULIER* EM JUIZ DE FORA

*Alessandra Soares Muniz Gomes*<sup>1</sup>

### ESTRUTURA DIDÁTICA

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Médio	Segundo e Terceiro ano	Imprensa alternativa e democrática no Brasil; Movimento feminista no Brasil; Desigualdade entre homens e mulheres.
Ensino Superior	Primeiros Períodos de Comunicação / Ciências Humanas/ Ciências Sociais	Aulas introdutórias sobre a desigualdade entre homens e mulheres; Questões de Gênero; Feminismo; Imprensa Feminina e Feminista.

### CAPÍTULO

- Traçar um breve histórico da imprensa feminina e feminista no Brasil e no mundo;
- Refletir sobre a desigualdade de gênero nos meios de comunicação e sua reprodução na sociedade;
- Conhecer o Jornal *Mulier*, pioneiro como imprensa feminista em Juiz de Fora.

---

<sup>1</sup> Alessandra Soares Muniz Gomes é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2002) e mestra em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (2014). Atua na área de Jornalismo, com ênfase em Gênero, Feminismo, Cidadania, Direitos Humanos e Participação Política. Tem experiências profissionais como idealizadora, editora e jornalista responsável pelo Jornal *Mulier* desde 2004; consultora da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, sendo editora e jornalista responsável pelo site [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br) (2008-2010), e consultora da ONU Mulheres, atuando como editora e jornalista responsável pela plataforma digital Quebre o Ciclo da Violência contra as Mulheres (2011-2012) - [alessandrajornalista@bol.com.br](mailto:alessandrajornalista@bol.com.br).

## 1. INTRODUÇÃO

O Jornal *Mulier* foi uma experiência pioneira em Juiz de Fora. A publicação começou a ser editada em 2004 e durou 11 anos em formato impresso. O último número (130) saiu em novembro de 2014.

A publicação teve como objetivo fazer um jornalismo crítico sobre a condição da mulher, diferenciando-se da chamada imprensa feminina, cuja característica principal é ser dirigida ao público feminino. *Mulier* enquadra-se na chamada imprensa feminista, aquela também dirigida à mulher, mas preocupada em ser um espaço de discussão e reflexão sobre a opressão das mulheres, na tentativa de conscientizar sobre a realidade ainda tão desigual vivida pelas mesmas na sociedade, na qual, infelizmente, não podem ser efetivamente consideradas cidadãs plenas de direitos.

A publicação era mensal e distribuída a assinantes e apoiadores culturais. Nos dois primeiros anos, contou com quatro páginas em papel couchê preto e branco. A partir de 2006, a publicação passou a ter oito páginas. Em 2013, ganhou um site, que hoje continua com matérias atualizadas e arquivo de reportagens, entrevistas e pesquisas. A experiência comunicacional desta autora – idealizadora, editora e jornalista responsável – com o referido periódico obteve importante reconhecimento na cidade, em todo o Brasil e no exterior, onde também possuía leitoras.

Antes de contar mais sobre o Jornal *Mulier* e seu conteúdo, é importante fazer uma introdução sobre a história da imprensa feminina e feminista no mundo e no Brasil, e suas respectivas diferenças.

## 2. BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA FEMININA

O primeiro periódico feminino conhecido é o *Lady's Mercury*, surgido na Inglaterra em 1693. Depois dele, inúmeros outros periódicos foram sendo criados em diversos países europeus, especialmente na França, quase todos, gazetas literárias, embora o tema “moda” tenha sido incorporado ao longo do século XIX (BUTONI, 1986, p. 25). Jornais com teor mais político surgiram também na França em consequência da Revolução Francesa e defenderam direitos civis das mulheres, igualdade salarial e oportunidades de trabalho, além do direito ao voto (ibid., p. 31). Tais revistas e jornais eram produtos de elite até meados do século XIX, visto que apenas mulheres da aristocracia e da elite burguesa sabiam ler e dispunham de tempo livre para isso (ibid., p. 28).

Grandes investimentos de capital, unidos à expansão da alfabetização e ao aumento do poder aquisitivo das mulheres da classe trabalhadora e da baixa classe média, resultaram na ascensão das revistas femininas no século XX; os anúncios começaram a ser publicados já na virada do século XIX para o XX (WOLF, 1992, p. 81). A partir daí, a imprensa feminina floresceu principalmente nos Estados Unidos, com o crescimento industrial e a evolução das editoras como negócio: moldes, brindes, avanço da indústria de cosméticos, venda avulsa em lojas comerciais e livrarias foram fatores que levaram ao sucesso (BUTONI, 1986, p. 28-29).

No Brasil, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, expressar-se por meio da informação era uma luta constante daqueles e daquelas que pretendiam mudar o regime político ou transformar as relações hierárquicas e excludentes, o caso das mulheres (PINTO, 2003, p. 28). A participação de mulheres feministas em jornais foi grande no período, mesmo com os altos índices de analfabetismo feminino. Importante ressaltar que a proliferação de jornais, pasquins e panfletos era a única forma de comunicação de massas à época (ibid., p. 30-31).

Segundo pesquisa de Constância Lima Duarte (2016, p. 18 e 19), apenas no século XIX circularam no país 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas. A pesquisadora afirma ser surpreendente a multiplicidade de títulos e a amplitude alcançada no território nacional. A cidade do Rio de Janeiro é destaque com o maior número de periódicos encontrados, 45. Dentre os estados, Minas Gerais se sobressai, com sete cidades sediando jornais femininos. Embora tivessem curta duração, sendo comum acabarem no segundo ou terceiro ano de vida, muitos tiveram vida longa, a exemplo de *O Sexo Feminino*, que circulou durante 17 anos, *Almanach das Senhoras*, 56 anos, e *O Corymbo*, 60 anos, o mais longo.

O primeiro periódico feminino conhecido no Brasil é *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827, que circulou até 1828, cujos assuntos eram política, literatura, belas-artes e modas (ibid., p. 37). Em uma sociedade patriarcal, foi fundado por um homem: o jornalista e editor francês Pierre Plancher. Como afirma Constância Lima Duarte, (2016, p. 20), na primeira edição de *O Espelho Diamantino*,

Plancher afirma que conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”.

❖ **PRIMEIROS PERIÓDICOS FEMININOS**

*Lady's Mercury, 1693 – Inglaterra*

*Courier de la Nouveauté, 1758 – França*

*Akademie der Grazien, 1774 – Alemanha*

*O Espelho Diamantino, 1827 – Brasil*

*Ladies' Magazine, 1828 – Estados Unidos*

O *Jornal das Senhoras* foi o primeiro jornal feminino dirigido por uma mulher, a poetisa, dramaturga, romancista e jornalista argentina exilada no Brasil Joana Paula Manso de Noronha. Surge em 1852, no Rio de Janeiro, e é tido como o fundador do periodismo feminino (DUARTE, p. 117). Circulou até 1855 e teve como objetivo “propagar a ilustração” e cooperar “para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher” (ibid., p. 22). A publicação logo se destacou entre os periódicos dirigidos ao público feminino, “enquanto os outros se ocupavam principalmente em distrair a mulher que permanecia em casa, ‘O Jornal das Senhoras’ assumiu um discurso emancipacionista, incentivando as mulheres a buscarem instrução e se conscientizarem do seu valor” (ibid., p. 118).

Em Minas Gerais, o jornal pioneiro, feito para e por uma mulher, foi *O Sexo Feminino*, na cidade de Campanha da Princesa, de autoria de Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Durou de 1873 a 1889 (ibid., p. 22). A proposta do jornal era defender a educação, a instrução e a emancipação da mulher (ibid., p. 188). No ano de 1874, transferiu-se para a então capital imperial, o Rio de Janeiro, onde obteve maior reconhecimento. A tiragem de 800 exemplares passou para quatro mil, sendo as assinaturas vendidas na corte e em diversas províncias. Uma prova de seu sucesso era o fato de ter, entre os assinantes, o imperador D. Pedro II e sua filha, a Princesa Isabel. Embora fosse uma publicação considerada feminista, outros temas eram abordados, como literatura, moda e entretenimento (ibid., p. 190).

Também em Minas Gerais, a cidade de Juiz de Fora contou com um jornal feminino no século XIX. O pequeno jornal literário *O Bandolim* surgiu em 1895, tinha quatro páginas e era dirigido por um homem, J. Paixão, secretariado por Joviano de Mello. Um único exemplar foi

encontrado pela pesquisadora Constância Lima Duarte, mas não traz referência ao endereço da redação nem à periodicidade. Segundo a autora, “à primeira vista não parece ser um periódico voltado para o público feminino, porém a leitura dos artigos logo revela que se tratava de mais uma publicação destinada ao belo sexo” (DUARTE, 2016, p. 359):

Depois que houverdes acordado, com as faces roseadas pelo calor da almofadinha de cetim azul e pelo rendilhado da fronha que vossas mãos trabalham enquanto, na calada da noite, vosso pensamento febril de moça ambulava pelo ignotos dos sonhos; depois que já houverdes molhado a cabeleira curvilínea na água aromatizada da bacia de porcelana onde o pincel do chinês fantasiou lagos e flores; depois de exercitardes no espelho laboroso e gracioso de vossos rios e, abrindo as persianas, olhardes o espelho lucinante, os canteiros aljofrados de vosso jardim e ouvirdes o relentamento de gorjeio passaral; toma entre as mãos de coral e jaspe esse *Bandolim*. [...] Pois bem. Uni as queixas, as alacridades de vosso predileto instrumento, às queixas, às alegrias deste BANDOLIM que vos oferecemos e que vibrará sorrisos quando sorrides, soluços quando chorardes (*O Bandolim*, Juiz de Fora, MG, semestre I, n. 1, 13 out. 1895).

Dessa forma, moda e literatura eram as duas impulsionadoras dessa imprensa que começava a se consolidar, duas incentivadoras da fantasia, trazendo a continuidade de romances lidos em série e os novos modelos de Paris (BUITONI, 1986, p. 40-41).

Sintomaticamente, sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovam qualquer ideia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher (ibid., p. 41).

Não acontecem mudanças significativas na imprensa feminina brasileira até 1940 (ibid., p. 45), cenário modificado no início dos anos de 1950, com o lançamento, em 1952, da revista *Capricho*, da Editora Abril, iniciando o que conhecemos como a grande imprensa feminina, assegura Buitoni (1986, p. 48-50). Um dos atrativos da nova revista foi a fotonovela completa numa edição, um diferencial em relação às concorrentes, que a publicava em capítulos. Dessa forma, *Capricho* ganhou rapidamente a preferência das leitoras, tornando-se a mais importante do mercado.

Interessante ressaltar que revistas como *Cláudia*, *Nova* e *Carícia*, nas décadas de 1960 e 1970, tentaram inovar a partir de avanços no campo comportamental com o surgimento da pílula anticoncepcional, falando sobre métodos de controle de natalidade e prazer. No entanto, um dos principais fatores para o sucesso editorial de revistas femininas a partir de meados do século XX foi a vinculação com o consumo, em função do crescimento das indústrias relacionadas à mulher e a casa, ao fortalecimento do mercado interno e à relativa ampliação da classe média (BUITONI, 1986, p. 49).

Assim a imprensa feminina se estabelece sob o tripé: moda, casa e coração, sendo criticada por sua atividade quase sempre despolutizadora, ao reforçar o pessoal em detrimento do social,

incentivar o individualismo, o conforto dos bens materiais, a aquisição de coisas supérfluas (ibid., p. 68-69). Trabalha em cima de repertórios do público, ajudada pelo estereótipo e pela publicidade, exaltando a juventude: “o consumismo e a estética da utilidade acarretam sérias restrições, mas, apesar de tudo, a imprensa feminina trata da vida — o vestir, o comer, o morar, o amar. Ela pode influir mais decisivamente no cotidiano das pessoas que um poderoso jornal diário”, as revistas femininas são publicações múltiplas e contraditórias (ibid., p. 78).

Essa característica da contradição pode ser elucidada na definição dada às mesmas por Wolf (1996, p. 90):

Sua fórmula inclui um tom otimista, individualista, estimulante, que diz à leitora que ela deve estar na sua melhor forma e que nada deveria impedi-la; uma atenção focalizada em relações pessoais e sexuais que ressalta a ambição feminina e seu apetite erótico; além de imagens sexualizadas de modelos femininos [...] que têm a finalidade de simbolizar a liberação sexual da mulher. No entanto, a fórmula também deve concluir um elemento que contradiz e derruba esse tom pró-feminista. Em artigos sobre regimes, cuidados com a pele e cirurgias, essas publicações vendem a versão mais letal do mito da beleza que o dinheiro pode comprar.

Com o arrefecimento das lutas feministas após a conquista do voto feminino no Brasil em 1932 e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vemos uma imprensa feminina mais reivindicatória apenas na década de 1970, em consequência das contradições urbanas e sociais aumentadas pelos anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Os periódicos mais conhecidos foram *Brasil Mulher*, ligado ao Movimento pela Anistia, e *Nós Mulheres*, associado à Associação de Mulheres (BUITONI, p. 54-55). Importante também destacar *Mulherio*, publicação da Fundação Carlos Chagas, editado entre 1981 e 1983, que contou com o trabalho conjunto de pesquisadoras e feministas renomadas. Nasceu com o objetivo de ligar grupos de mulheres espalhados pelo Brasil e divulgar pesquisas sobre temas femininos.

Nos anos 2000, inúmeras publicações foram feitas no Brasil com um viés mais feminista, principalmente ligadas a organizações de mulheres, a exemplo do jornal *Fêmea*, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), e *Folha Feminista*, editada pela Sempreviva Organização Feminista. Mas, como já advertia Buitoni (1986, p. 56), “sobreviver é o grande drama dos jornais feministas. Fora do esquema da grande imprensa, sem o patrocínio de alguma entidade, é muito difícil conseguir recursos para manter a circulação [...] a sobrevivência econômica constitui o maior obstáculo”. Percebe-se que uma saída encontrada para o problema tem sido a internet. Pela facilidade de uso, baixo custo e comunicação em rede, tem crescido a confecção de blogs, sites e fanpages propagadores de um ideário feminista.

Após uma introdução sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil e no mundo, partimos no próximo tópico para uma breve análise do *Jornal Mulier*.

### 3. DISCUTINDO QUESTÕES PERTINENTES À REALIDADE DAS MULHERES

O jornal *Mulier* foi lançado em 2004, objetivando ser uma alternativa de leitura dirigida ao público feminino. No editorial do primeiro número de *Mulier*, lê-se que a publicação:

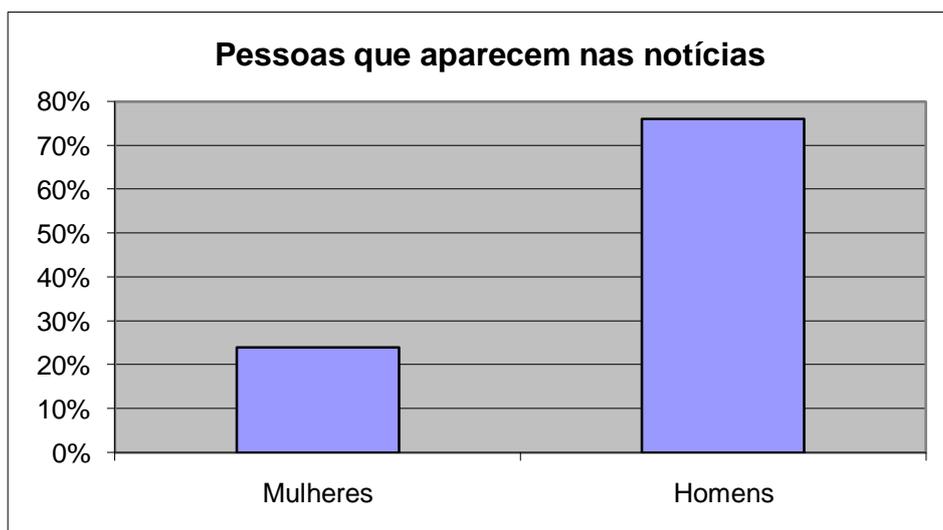
[...] pretende alcançar o seu objetivo de fornecer informações inteligentes a pessoas interessadas e preocupadas em estar bem informadas e em adquirir posturas mais críticas com relação à realidade da mulher e sua interação com o mundo [...] porque informação por informação não basta. A informação tem que levar ao conhecimento, que traz algo útil e cria a possibilidade de transformação da realidade (GOMES, 2004, p. 2).

O jornal *Mulier*, desde o início, pautou-se por fazer um jornalismo crítico da realidade da mulher, normalmente não realizado pela imprensa feminina que conhecemos, discutindo temas como feminismo, machismo, sexualidade feminina, desigualdades de gênero nas mais diversas áreas e resgatando a história das mulheres, em especial daquelas que ousaram ir além de papéis sociais esperados delas enquanto mulheres. Também escreveu inúmeras notícias e reportagens críticas aos próprios meios de comunicação, trazendo ao conhecimento das mulheres principalmente os estereótipos produzidos sobre as mesmas nas telenovelas, na publicidade, nos programas de entretenimento, nos jornais impressos, nas revistas femininas.

Conforme José Ignacio Aguaded (2014), durante o I Simpósio Internacional de Literacia Midiática, os meios de comunicação não refletem uma realidade objetivamente, mostram visões de mundo e de pessoas. Por isso é importante investigar os meios, fazer pesquisas, assim como interferir nessa realidade, aplicar atividades complementares e paralelas. Dessa forma, *Mulier* procurou fazer esse trabalho de interferência, dando espaço aos temas que realmente podem interferir no dia a dia das mulheres, visando subsidiar informações que auxiliem na solução prática de problemas femininos, embora muitas vezes os meios de comunicação, ao não falarem sobre tais problemas, possam passar a errônea ideia de os mesmos não existirem, isso porque segue sendo predominantemente masculina a imagem do mundo apresentada nas notícias.

Se na própria imprensa feminina parece não haver uma preocupação séria na abordagem da situação vivenciada pelas mulheres, esta constatação vale para a imprensa em geral, conforme o *Projeto de Monitoramento Global dos Meios* (GMMP, 2010). O estudo vem desenvolvendo uma extensa pesquisa de monitoramento em diversos países sobre a presença feminina nos meios de comunicação desde 1995.

O último relatório, divulgado em 2010, analisou 1.365 veículos de comunicação, englobando mídia impressa, rádio, televisão e internet de 108 países.



Fonte: *Projeto de Monitoramento Global dos Meios 2010*

Entre os resultados está a constatação: as mulheres são apenas 24% das pessoas sobre quem se lê nas notícias impressas, escuta-se no noticiário de rádio e vê-se nos noticiários televisivos. Os outros 76% são homens.

No geral, o noticiário pouco contribui com a discussão referente à desigualdade de gênero: somente 6% de notas específicas sobre mulheres destacaram temas sobre igualdade ou desigualdade de gênero e, pior, 46% das notas reforçam estereótipos (*ibid.* p. 42).

Ou seja, além de sub-representadas, quando aparecem nas notícias, são determinadas por papéis tradicionais esperados delas como mães, donas de casa, frágeis e menos especializadas ou fontes “ordinárias”. Estas últimas são aquelas que proporcionam informação testemunhal, opinião popular baseada em experiência pessoal, em contraste com os homens, predominantes nas notícias como “*expertos*”, responsáveis por comentários baseados em conhecimento especializado ou porta vozes de algum grupo (*ibid.* p. 7).

Segundo a pesquisa, “identificar as mulheres por sua relação familiar, ao mesmo tempo em que menospreza o papel que desempenham em suas comunidades oculta outras identidades das mulheres como independentes, como sendo autônomas, participantes ativas na sociedade além do lar” (*ibid.* p. 22).

#### 4. BREVE RESUMO DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS DE TRABALHO JORNALÍSTICO DO JORNAL *Mulier*

Para elucidar o presente artigo, foram escolhidas 11 capas do Jornal *Mulier*, uma de cada ano, as mais representativas referentes às diversas temáticas reportadas, que serão abaixo descritas.

Fevereiro de 2004

# Mulier

## Casamento é o novo desafio da mulher moderna

**A** realidade da mulher brasileira tem mudado, substancialmente, nas últimas décadas. Elas já são maioria nas universidades, ocupam importante espaço no mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de uma em cada quatro famílias brasileiras, de acordo com o Censo de 2000.

Estas mudanças são consequência do movimento feminista e da revolução sexual das décadas de 60 e 70. As feministas lutaram por direitos e liberdades da mulher frente ao homem. Reivindicavam, acima de tudo, a liberdade de realização pessoal, profissional e sexual. Isto, sem dúvida, abalou uma das instituições mais sólidas da sociedade, o casamento.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as mulheres estão casando mais tarde, em média, aos 25,7 anos, e o número de casamentos formais, aqueles realizados no civil e religioso, tem diminuído nos últimos anos no Brasil. Entretanto, o número de uniões consensuais, que não precisam ser oficializadas, teve um aumento de 55% na última década e já são reconhecidas pelo novo Código Civil. Isto mostra que o modelo de casamento mudou, mas não a vontade de dividir o dia-a-dia com alguém.

Segundo a antropóloga Helen Fisher, formar casais e ter uma relação duradoura com alguém vêm da necessidade de nossas ancestrais em ter a ajuda de um companheiro para proteger

e criar seus filhos. É assim que começa a surgir o amor. No início do relacionamento, passamos pelo estágio da paixão, uma sensação de bem-estar e euforia que queremos prolongar ao máximo estando junto da pessoa amada. Com o tempo, esta fase de paixão passa, e surge uma nova etapa, a de ligação afetiva, em que predominam a segurança, a paz, o conforto e a estabilidade.

É também durante esta fase, que começam os problemas como o patrulhamento do outro, a mania de tentar mudar o comportamento do companheiro e a eterna insatisfação dos casais infelizes que não se separam porque a sociedade não espera isso deles ou porque não querem traumatizar as crianças.

Estas questões não são novas, mas são agravadas porque mulheres e homens estão mais exigentes quanto às expectativas em relação ao outro.

A terapeuta de casais e coordenadora do Núcleo de Casal e Família da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de SP, Magdalena Ramos, afirma, que as mulheres querem um homem forte e companheiro, que dê suporte e segurança, mas que também seja sensível, romântico e que as ajude em casa e com os filhos.

Continua na pag. 2 >



Escultura "O Beijo"-1886, de Auguste Rodin. A perfeição das formas, pelo engenhoso entrelaçamento dos corpos, comunica ao espectador a emoção e a ternura que unem os dois amantes

Edição de N° 1 – Fevereiro de 2004 – Na reportagem de capa, o tema eram as mudanças dos últimos anos relativas às novas uniões amorosas. Baseado em dados do IBGE, o texto informa que as mulheres estão casando mais tarde, e o número de casamentos formais diminuiu, dando lugar a uniões consensuais, sem registro civil ou cerimônia religiosa. Os novos padrões de comportamento amoroso são reflexos das mudanças proporcionadas pelas revoluções sexual e feminista das décadas de 1960 e 1970. A partir desse período, as mulheres reivindicaram maior liberdade de realização pessoal, profissional e sexual, sendo a pílula anticoncepcional uma aliada, dando à mulher maior controle sobre seu corpo e seu prazer, sem preocupação com a gravidez.

# Mulier

N°16 - Maio de 2005

## Cultura e tradição direcionam a vida da mulher indiana

**E** escrever sobre as mulheres indianas é um desafio, porque é preciso retratar aspectos da realidade de um país com mais de um bilhão de habitantes e com uma diversidade étnica e cultural moldada ao longo de alguns milhares de anos de História com a influência e colonização de outros povos. Entretanto, o mais difícil é escrever sem deixar passar a idéia de que o diferente é estranho. Simplesmente estamos falando de outra cultura, com uma maneira de pensar e agir diferente, que podemos conhecer e respeitar.

Quando pesquisamos sobre a vida das indianas, vêm à tona os casos de violência que chocam os ocidentais. É comum que, ao se casar, a família da noiva dê um dote para o noivo. Caso o valor deste dote seja considerado pequeno, pode ser um motivo de desavenças entre a esposa e a família de seu noivo, uma vez que, no enlace, a indiana passa a viver com os sogros para também cuidar deles. Relatos de violência, como castigo com banho de ácido, costumam ser noticiados pela imprensa internacional. A chamada “morte do dote” é uma forma da família arranjar um novo casamento para o filho homem com um dote mais generoso. Esta prática está proibida na Índia, mas continua acontecendo. O costume do dote também faz com que casais de famílias mais ricas, assim como os mais humildes, tentem interromper a gravidez quando se trata de uma menina. Os primeiros praticam tal ato para não perderem parte de sua riqueza e os demais simplesmente porque sabem que fatalmente não irão ter condições financeiras para arranjar um bom noivo para a filha.

O hinduísmo, religião de mais de 80% da população,

prega que a obrigação religiosa de uma mulher é servir um homem. Na infância é o pai, na meia idade é o marido, e na velhice o filho. Por isso, as mulheres são apegadas à casa e aos filhos, mas não são impedidas de trabalhar. Segundo a feminista indiana, Anasuya Sengupta, as atividades dependem da casta – grupo social rigidamente determinado na sociedade – e religião a que pertencem. A mulher pobre trabalha no campo junto com os homens. A de classe média também desempenha atividades, e a indiana de classe alta não costuma trabalhar. Sengupta afirma que a mulher indiana, em sua maioria, está no setor informal de trabalho. Quanto à educação, a feminista lembra que a evasão escolar entre as meninas é alta devido a outras tarefas a elas reservadas. Segundo Sengupta, “qualquer sociedade patriarcal, sociedade que não valoriza a mulher, não vai dar importância a questões como educação, que as torne mais independentes, com mais força e autonomia”.

Apesar dos problemas enfrentados, a mulher indiana é considerada sagrada por sua capacidade de procriar, como observou a leitora do jornal *Mulier*, Dalva Rodrigues de Almeida, que esteve por dois meses em viagem pelo sul da Índia em 2004. Ela destaca a beleza da mulher indiana, que anda pelas ruas ou trabalha sempre perfumada, penteada com adereços florais e trajando o sari ou o punjâbi, vestimentas típicas, confortáveis e comedidas. O sari cobre principalmente o colo e o ombro da mulher, regiões que mais despertam os desejos masculinos, e é encontrado em todas as cores e bordados. Para Dalva, a beleza, o cuidado e o asseio com o corpo, o modo de olhar e o uso do sari são uma sedução para os homens. ➔

Reprodução: Foto de Michael MacIntyre



Mulher reza em Varanasi (Benares) na Índia

**Edição N° 16 – Maio de 2005** – No início de 2005, foi realizada uma enquete com leitoras e leitores, na qual foi possível ouvir opiniões a respeito de quais outras culturas poderiam ser tema de reportagem nos meses seguintes. As escolhidas foram indiana, chinesa, israelense e egípcia. A edição sobre as mulheres indianas foi a que mais atraiu a atenção e o interesse na leitura e nos comentários. A reportagem mostrou a dura realidade de violência e exclusão das indianas, especialmente as mais pobres, em função do problema do dote, porque muitas famílias não têm condições de pagar o dote das filhas à família do noivo para as mesmas casarem, não sendo pouco comum recorrer-se ao infanticídio de bebês do sexo feminino por causa disso. Tal preocupação está relacionada a questões religiosas, visto que o hinduísmo, religião seguida por mais de 80% da população na Índia, prega que a obrigação religiosa de uma mulher é servir a um homem: o pai na infância, o marido na vida adulta e o filho na velhice.



**Edição N° 28 – Maio de 2006** – O tema principal da edição foi o parto humanizado. A reportagem historicizou a prática do parto normal. De um rito de passagem fascinante que remete o ser humano à sua própria origem, deixou de ser uma atividade eminentemente feminina e caseira, passando a um procedimento cirúrgico, a partir de meados do século XX, exercido por homens dentro de hospitais. A principal justificativa para a mudança é uma pretensa maior segurança para a mãe e a criança, mas a cesárea mostra-se arriscada, a exemplo de qualquer procedimento cirúrgico, estando associada ao aumento da morbimortalidade materna e infantil. Sem contar que elimina a emoção e a autonomia do corpo da mulher, visto como imperfeito e incapaz de gerar por si

próprio, muitas vezes submetido a procedimentos desnecessários e dolorosos. No início da década de 1960, o índice de partos normais era de 90% dos procedimentos, invertendo-se a situação em prol da cesárea na mesma proporção nas décadas seguintes.



**Edição Nº 43 – Agosto de 2007** – Pautando-se sempre em assuntos pouco abordados nos meios de comunicação em geral, ou abordados de forma simplista, *Mulier* do mês de agosto de 2007 trouxe como tema principal a prostituição feminina. A reportagem mostrou que, nas sociedades matriarcais, há milhares de anos, sexo, religião e cultura estavam interligados, a sexualidade era sagrada, fonte de prazer e êxtase. Tais rituais não eram considerados prostituição. A situação se inverte a partir da ideia patriarcal da mulher enquanto objeto masculino, devendo obediência e fidelidade ao homem, fruto da cultura judaica do mundo romanizado cristianizado e da institucionalização da Igreja Católica. Assim, a autonomia sexual da mulher passou a ser a raiz de todo o mal, sendo criada uma Eva pecadora e tomando lugar nas mentes e nos corações das pessoas um Deus pai que castiga nossas falhas em substituição a uma Deusa mãe protetora. Idealizou-se a castidade, condenando-se o prazer sexual, este possível apenas para perpetuar a espécie. Também se espalhou o ódio à mulher, especialmente às prostitutas, estigmatizadas e relegadas à própria sorte, vítimas de todo tipo de violência, embora a sociedade e as instituições sempre tenham aceitado a existência das mesmas como alívio a problemas sociais (adultério, incesto e estupros, pois as prostitutas ajudavam a proteger esposas e filhas de investidas masculinas) e como fonte de lucros.



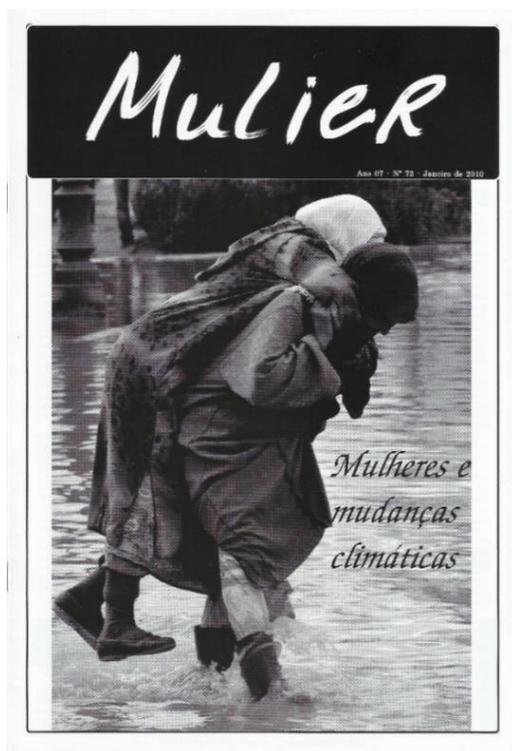
Edição Nº 54 – Julho de 2008 – Outro segmento marginalizado tema de reportagem principal do Jornal *Mulier* foi o povo cigano, disperso em território brasileiro e relegado à própria sorte por seu estilo de vida considerado pouco convencional, mas que, na verdade, faz parte de um processo de exclusão social iniciado há milhares de anos, quando expulso da região onde hoje estão a Índia e o Paquistão. Obrigados a constantes peregrinações, perseguições e expulsões, os ciganos formaram um grupo cada vez mais fechado, com dialeto próprio, sem religião e atividade econômica regular, com exceção das práticas de adivinhação. Para as mulheres

ciganas, a situação sempre foi um pouco mais complicada, principalmente em função de suas habilidades de ler a mão e prever o futuro, sendo perseguidas pela Inquisição, taxadas de bruxas e conhecedoras de poderes diabólicos. Na verdade, o que fazem é ganhar a vida com a quiromancia, prática inocente de vender ilusões e prometer fortunas por meio de palavras agradáveis. Dentro da estrutura familiar, as regras também são rígidas para elas: os casamentos ainda são arranjados pelos pais, exige-se que casem virgem (e comprovem a virgindade após as núpcias), o adultério não é permitido, levando ao banimento do grupo (sinônimo de pena de morte ou prisão perpétua), e a maternidade é quase obrigatória: a mulher que não gerar filhos pode ser expulsa da comunidade, porque crianças representam prosperidade e esperança. No entanto, as mulheres desempenham importantes papéis, são as guardiãs do patrimônio cultural e as transmissoras dos valores sociais do grupo.

Edição Nº 70 – Novembro de 2009 – O Jornal *Mulier*, por várias vezes, noticiou as condições desiguais das mulheres no mercado de trabalho. A edição de número 70 historicizou o problema. Mostrou que a Revolução Industrial, a partir dos séculos XVII, XVIII e XIX, na Inglaterra, abriu as portas para a inserção feminina no mercado de trabalho, uma questão de sobrevivência para mulheres mais pobres. Tal inserção foi dramática, porque precisavam passar de 10 a 12 horas em fábricas insalubres, muitas vezes em companhia de filhos, que não tinham com quem deixar, ou mesmo abandonando-os à própria sorte, gerando problemas, a exemplo de mortalidade materna e infantil. No Brasil, a situação foi parecida a partir das primeiras

décadas do século XX: salários baixos, muitas horas de trabalho, forte disciplina, falta de direitos trabalhistas e assédio sexual. A situação melhorou com a regulamentação do trabalho durante a

Era Vargas nos anos 1930, 40 e 50.



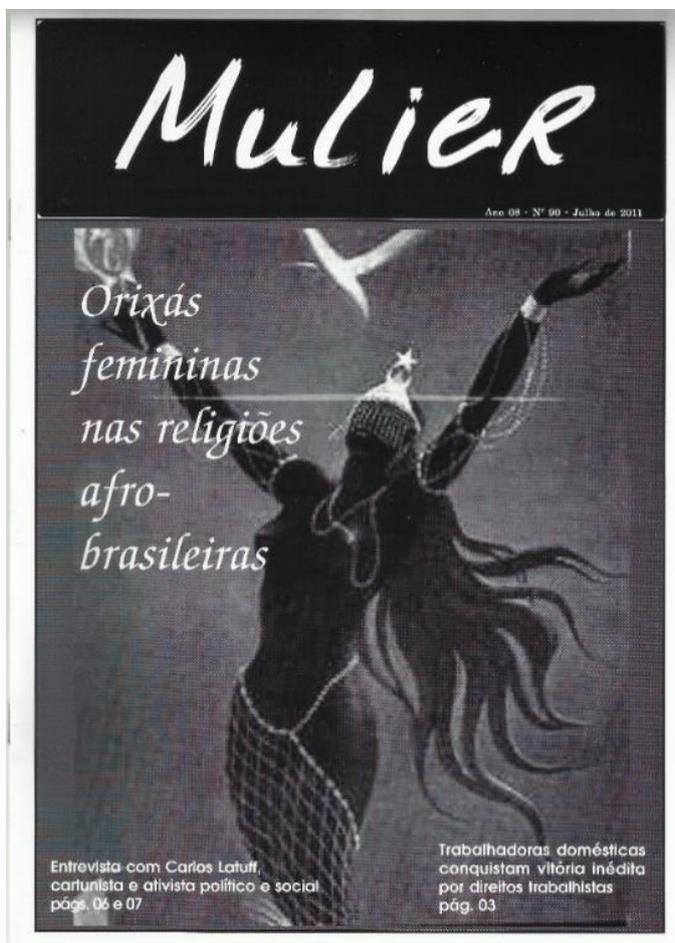
Edição Nº 72 – Janeiro de 2010 – Baseado no Relatório sobre a Situação Mundial 2009 – *Enfrentando um Mundo em Transição: Mulheres, População e Clima*, produzido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi possível constatar nesta edição especial que as mudanças climáticas afetarão principalmente as populações mais pobres e, entre a maioria dos pobres, as mulheres. Em muitos países, as mulheres são a maior força de trabalho na agricultura, levando-as, dessa forma, a ter menor acesso a outras oportunidades de geração de renda. Como também administram domicílios e cuidam dos membros de suas famílias, tal realidade muitas vezes limita a mobilidade e aumenta a vulnerabilidade delas

aos desastres naturais relacionados ao clima. Porém, as mulheres podem ter um papel pró-ativo nessa problemática. Como estão mais próximas dos recursos naturais em proporção direta à sua pobreza, costumam ter mais consciência de que as ações de sua comunidade ou mesmo as suas

próprias podem causar degradação ambiental. Portanto, experiências de mulheres camponesas e indígenas podem ser usadas como boa prática não apenas em suas comunidades, mas globalmente, estimulando trabalhos sustentáveis em inúmeras outras localidades no mundo.

**Edição N° 90 – Julho de 2011** – Religião afro-brasileira foi o tema da edição N° 90. Para

escrever a reportagem, entrevistou-se a autora da dissertação *Iemanjá e Pombagira: imagens do feminino na Umbanda*, Cristiane Amaral de Barros. Foi possível conhecer mais sobre duas orixás: Iemanjá e Pombagira, mulheres femininas, exemplos de força, poder, coragem e detentoras de atributos altamente significativos da sexualidade feminina. Segundo os mitos africanos sobre Iemanjá, ela representa o grande poder criador feminino, dando origem a todos os orixás e seus descendentes terrenos: os homens. Divindade mais popular dentre os orixás cultuados nos terreiros umbandistas da atualidade, é consagrada como grande símbolo da mulher e mãe, que cuida e protege seus filhos, exaltada pelo mito de sua fertilidade e



maternidade. Já a Pombagira é um Exu. No universo religioso afro-brasileiro, os Exus talvez sejam os que mais têm semelhanças com os seres humanos em termos de paixões, virtudes e vícios. A Pombagira exala sexualidade, sedução, arrogância, agressividade, despudor e transgressão. É símbolo da contestação, da mulher sexualmente livre e rebelde, por isso foi tida como perigosa, mostrando o viés conservador e machista da sociedade. De acordo com a pesquisadora,

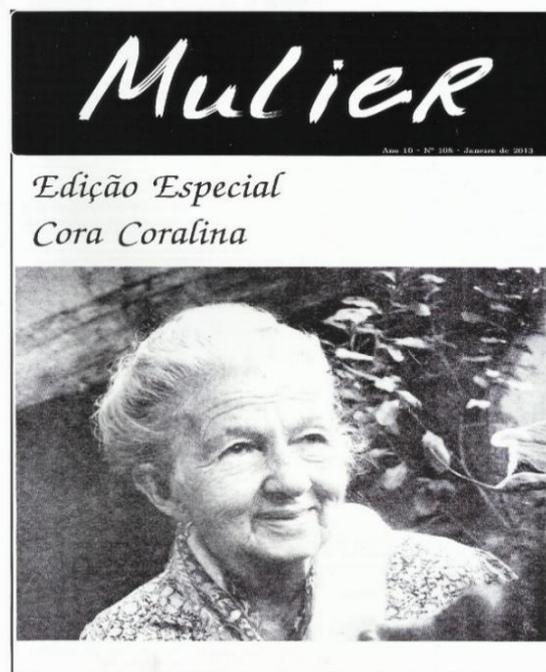
em termos de imagem atual de um Feminino, a Umbanda da atualidade propõe um ideal de mulher misto de Iemanjá e Pombagira, por se completarem. A mulher, para ser plena, necessita da doçura, da suavidade, da maternalidade de Iemanjá e também da garra, determinação, coragem e um tanto do atrevimento de Pombagira. Ambas são fortes, guerreiras e poderosas.



**Edição Nº 98 – Março de 2012** – No mês comemorativo do Dia Internacional da Mulher, a edição lembrou os cinco anos de existência da Lei Maria da Penha – lei sancionada em 2007 para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Considerada um problema de saúde pública em várias partes do mundo, a violência doméstica é caracterizada pelo uso da violência na tentativa de coagir e controlar as mulheres, a tratá-la como uma posse masculina. A reportagem ressaltou importantes avanços na tentativa de resolver a situação com prisões de agressores e a instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) com o objetivo de conhecer mais a fundo os casos em todo o

Brasil, sugerindo a adoção de ações e de políticas públicas relacionadas ao assunto.

**Edição Nº 108 – Janeiro de 2013** – Cora Coralina foi tema da edição especial do Jornal *Mulier* de janeiro de 2013, que abordou a vida da poetiza da infância à velhice: os primeiros escritos, a vida na fazenda, a convivência entre intelectuais em Goiás nos primeiros anos da década de 1920, a fuga, a gravidez e o casamento com um homem separado, a viuvez, o envolvimento com causas sociais e outras atividades econômicas para sustentar a família, a fabricação de doces (para ela, a culinária era uma forma de comunicação) e, enfim, com mais de 80 anos, o reconhecimento literário. Uma homenagem a uma mulher muito à frente de seu tempo.





**Edição N° 129 – Outubro de 2014 –**  
Os 50 anos da personagem Mafalda mereceram a capa da penúltima edição do Jornal *Mulier*. A reportagem sobre a menina argentina mostrou como muitas de suas indagações sobre o cotidiano, a política internacional e o feminismo são atuais, por isso seu grande sucesso ainda hoje entre pessoas de todas as idades. Nos quadrinhos, há questionamentos sobre o lugar da mulher na sociedade e os papéis tradicionais reservados à mesma em uma sociedade em mudança na década de 1960, com a revolução sexual após o lançamento da pílula anticoncepcional, que deu maior liberdade à mulher em relação à autonomia sobre o próprio corpo, desvinculando vida sexual da

maternidade. Em uma das tiras, Mafalda, diante da mãe lavando roupas, faz a seguinte pergunta: “Mamãe, o que gostaria de ser se vivesse?”. Ou seja, a garotinha questiona a mãe no universo limitado vivenciado enquanto dona de casa, sugerindo que a mãe não tinha vida. Em outro desenho, Mafalda mostra-se inconformada com o machismo. Um vendedor bate em sua porta e, ao ser atendido por Mafalda, pergunta se o chefe da família está em casa. A resposta foi certa? “Nesta família não há chefes, somos uma cooperativa”, batendo a porta na cara do homem, que fica sem entender a atitude da garota. Uma de suas frases é: “O mau de grande parte da família humana é que todos querem ser o pai”, filosofa. Nada mais antipatriarcal.

Inúmeros temas foram objeto de matérias e reportagens do Jornal *Mulier* em seus 11 anos de existência no formato impresso. Também foram muitas entrevistas sobre a temática de gênero, com nomes como Maria da Penha, Ana Arruda Callado, Mary Del Priore, Constância Lima Duarte, Jurema Werneck, Nei Lopes, Joel Zito Araújo, Evel de Petrini (da Associação das Mães da Praça de Maio na Argentina), Niéde Guidon e Frei Betto, entre outras e outros. Infelizmente o espaço é pequeno para uma descrição maior ou análise de conteúdo. O objetivo em mostrar estas edições foi fazer um resumo dos principais assuntos e a forma como foram abordados. No próximo tópico, nas considerações finais, algumas observações sobre a importância do Jornal *Mulier* enquanto mais um periódico dirigido ao público feminino no Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornal *Mulier* representou uma importante contribuição cultural à cidade de Juiz de Fora, por ter sido produzido na referida cidade, ter como editora e jornalista responsável uma cidadã juiz-forana e contado com uma importante base de assinantes e apoiadores culturais. Durante 11 anos, foi o único jornal feminista produzido na cidade, e talvez o único em toda a história da cidade, conforme pesquisas realizadas sobre imprensa feminista, contribuindo para a discussão e a tentativa de empoderamento das mulheres de Juiz de Fora e muito além dela.

O trabalho do Jornal *Mulier* sempre teve como objetivo estimular leitoras, especialmente, e leitores a uma reflexão crítica da realidade ainda tão desigual vivenciada pelas mulheres no Brasil e no mundo, assunto pouco abordado na imprensa em geral, assim como na imprensa feminina. O Jornal *Mulier* considera um anacronismo a forma como as mulheres são representadas nos meios de comunicação, inclusive na imprensa feminina, visto serem elas mais da metade da população<sup>2</sup>, 52,3% do eleitorado<sup>3</sup>, 40% das chefes de família<sup>4</sup>, 45% da população economicamente ativa<sup>5</sup> e 60% das concluintes do Ensino Superior<sup>6</sup>. É importante lembrar que os meios de comunicação são estratégicos como espaços de representação e difusão de conteúdo simbólico, tendo o poder de determinar visibilidade e valor público.

Além disso, lembrando a tendência dos assuntos colocados no noticiário serem alvo de atenção na esfera pública, pautas sobre desigualdade de gênero poderiam ser alçadas à lista de prioridades da sociedade e, conseqüentemente, por pressão popular, tornarem-se uma preocupação governamental (VIVARTA, 2011, p. 16 e 17). Ao contribuir para proporcionar um debate social e medidas efetivas objetivando garantir direitos às mulheres, os meios de comunicação podem ajudar em uma mudança de mentalidade e de comportamentos, combatendo estereótipos e preconceitos, já que conquistas nos campos legal e jurídico costumam encontrar forte resistência cultural, baseada em posturas machistas e conservadoras historicamente enraizadas (*ibid.*, p. 19).

Embora a imprensa feminista tenha realizado e ainda realiza um trabalho diferenciado, incluindo o *Mulier* nesse rol, a mesma continua encontrando dificuldades para sobreviver sem

---

<sup>2</sup> Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_populacao.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>3</sup> Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 25 mai. 2017.

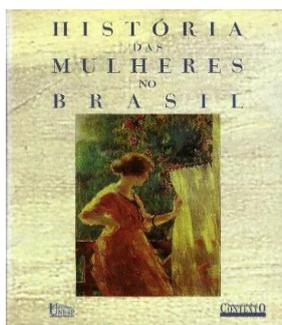
<sup>4</sup> Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>5</sup> Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_mercado\\_trabalho.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>6</sup> Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>. Acesso em: 25 mai. 2017.

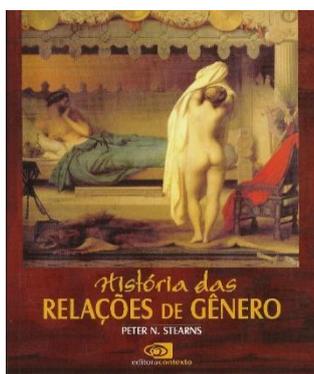
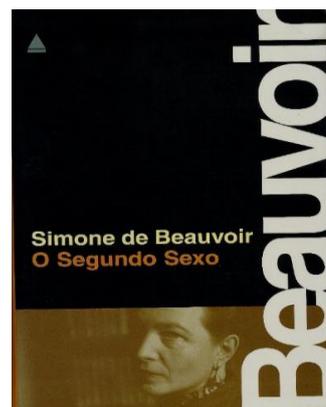
apoio financeiro necessário para custear todo o processo de produção. Uma alternativa que se abre é a internet, pela facilidade de uso e baixos custos de manutenção. Inúmeros sites, blogs e redes sociais com a temática de gênero vêm ganhando espaço, e o Jornal *Mulier* inclusive. A expectativa é continuar contribuindo com um jornalismo feminista, crítico da realidade das mulheres, visando dar subsídios para uma discussão qualificada que possa efetivamente transformar a realidade de machismo, misoginia e violência ainda vivenciada pelas mulheres brasileiras, apesar de importantes conquistas ao longo das últimas décadas.

## SUGESTÕES DE LIVROS



*História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (org.). Editora Contexto, 2004. O livro é referência para conhecer a história das brasileiras. Artigos de pesquisadoras(es) resgatam os diversos aspectos da vida de mulheres e estratos sociais diversos: escravas, sinhazinhas, operárias, boias-frias. É um apanhado de como as transformações sociais do país influenciaram a vida das brasileiras.

*O Segundo Sexo*. Simone de Beauvoir. Editora Nova Fronteira, 2009. A obra mais conhecida da autora francesa, referência do movimento feminista, foi relançada em um único volume. Analisa a construção da identidade feminina, sempre baseada em um referencial masculino, procurando entender como a mulher ocupou essa posição de “segundo sexo”. Publicada no período conturbado do pós-guerra, inaugurou um novo modelo de pensamento sobre a mulher na sociedade e tornou-se uma obra atemporal.



*História das Relações de Gênero*. Peter N. Stearns. Editora Contexto, 2007. Relata as diferentes abordagens do feminino e do masculino em variadas culturas ao longo dos séculos. Dessa relação, o autor traça paralelos do que acontece quando diferentes culturas se encontram, na tentativa de responder quais os impactos que novas ideias religiosas, conquistas coloniais, atuação de organismos internacionais ou a difusão global de hábitos de consumo trazem às relações de gênero.

## SUGESTÕES DE FILMES

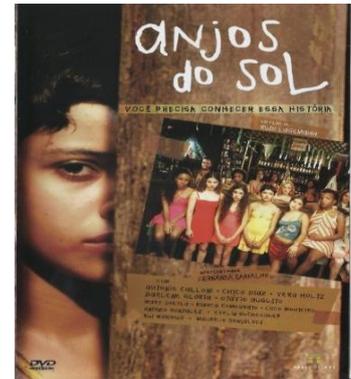
*A fonte das mulheres: Comédia Dramática*. Direção de Radu Mihaileanu. 125 min. 2011. Para alcançar o direito de não mais buscar água no topo de uma montanha, mulheres fazem greve de amor e de suas práticas em uma pequena aldeia entre o Norte da África e o Oriente Médio. As implicações disso em uma cultura patriarcal e baseada nos preceitos do Alcorão são o pano de fundo da trama. Obra que leva a refletir sobre desigualdades, força das tradições e capacidade de mobilização feminina na tentativa de conseguir interesses comuns.





**Desmundo: Drama. Direção de Alain Fresnot. 101 min. 2002.** Uma jovem órfã vem para o Brasil em 1570, enviada pela rainha de Portugal, para se casar com um colonizador português. Tentando libertar-se do destino previamente traçado, ela sofre todo tipo de violência por não se adequar à condição de mulher casada e agora propriedade do marido.

**Anjos do sol: Drama. Filme de Rudi Lagemann. 96 min. 2006.** O filme mostra a triste realidade do tráfico e prostituição de meninas e mulheres nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Conta a história de Maria, menina vendida pelos pais, enviada para prostituição forçada em um garimpo no meio da floresta amazônica, de onde tenta desesperadamente escapar da violência e da humilhação.

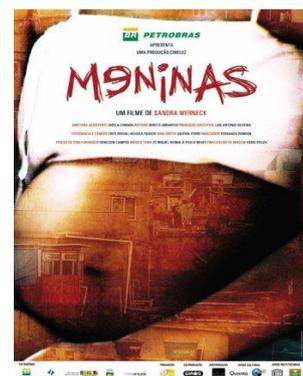


**Filhas do vento: Drama. Direção de Joel Zito Araújo. 84 min. 2005.**



Retrata a história de duas irmãs separadas por quase 45 anos em virtude de um incidente familiar que marcou a juventude de ambas e ainda gera ressentimentos. Aborda temas pertinentes às mulheres de qualquer parte do mundo e como os fantasmas da escravidão e do racismo afetam a vida das personagens de forma sutil. O filme também se destaca por não mostrar os tradicionais papéis estereotipados, comumente interpretados por atores negros nas telenovelas brasileiras.

**Meninas: Documentário. Direção de Sandra Werneck. 71 min. 2005.** O documentário conta a experiência da gravidez adolescente de quatro meninas residentes em comunidades carentes na cidade do Rio de Janeiro. Retrata as incertezas, os medos, a falta de estrutura familiar e as poucas perspectivas de futuro para as meninas-mães, os respectivos namorados e os filhos que nascem das relações adolescentes.



## SUGESTÕES DE DIGITAIS

INTERVOZES: <http://www.intervozes.org.br/>

AGENCIA PATRÍCIA GALVÃO: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br>

GELEDÉS: <https://www.geledes.org.br/>

## 6. REFERÊNCIAS

AGUADED, José Ignacio. Conferência de abertura: A importância do desenvolvimento de competências midiáticas na sociedade globalizada. In *I Colóquio Internacional de Literacia Midiática*. 2014, Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF).

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX. Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Um novo jornal. *Mulier*, Juiz de Fora, fev. 2014, n. 1. Editorial, p. 2.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Jornal *Mulier* 10 anos. *Mulier*, Juiz de Fora, fev. 2014, n. 121, p. 1-8.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. *Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas e autopercepção identitária das deputadas federais*. 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Minas Gerais.

GMMP - ¿QUIÉN FIGURA EN LAS NOTICIAS? PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS 2010. *INFORME GMMP*. Septiembre, 2010. Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Disponível em: [http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp\\_reports/2010/global/gmmp\\_global\\_report\\_es.pdf](http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/global/gmmp_global_report_es.pdf).

PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTAL BRASIL. Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>. Acesso em: 25 mai. 2017.

RETRATO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_populacao.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_populacao.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

RETRATO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_chefia\\_familia.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

RETRATO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_mercado\\_trabalho.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html). Acesso em: 25 mai. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) – Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária.

Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 25 mai. 2017.

VIVARTA, Veet (coord.). *Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística*. Brasília: ANDI/Instituto Patrícia Galvão, 2011.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

# CAPÍTULO 2

## ATRÁS DAS GRADES: O COTIDIANO DAS PRESIDÁRIAS EM JUIZ DE FORA<sup>7</sup>



Sintia Soares Helpes<sup>8</sup>

### ESTRUTURA DIDÁTICA

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Médio	Segundo e Terceiro Ano	Violência e Criminalidade no Brasil.
Ensino Superior	Primeiros Períodos / Ciências Humanas / Ciências Sociais	Apontamentos teóricos; Questão prisional no Brasil.

### OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Apresentar um panorama sobre a questão penal no Brasil;
- Refletir sobre a posição da mulher no sistema carcerário brasileiro;
- Revelar a situação das presidiárias na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais;
- Apontar elementos da vida das entrevistadas que possam extrapolar a individualidade, configurando-se relevantes questões sociais: desemprego, violência, prostituição, relações familiares, etc.;
- Apresentar a perspectiva teórica na qual o estado punitivo é elemento central da política neoliberal.

---

<sup>7</sup> Este capítulo é inspirado na dissertação de Mestrado *Vidas em jogo: um estudo sobre as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada pelo Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga e vencedora do 18º Concurso Nacional de Monografias do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM.

<sup>8</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora de Sociologia no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: sintia.helpes@ifrn.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta algumas reflexões levantadas na dissertação de mestrado da autora, realizada entre os anos de 2012 e 2014, porém diversas informações e dados foram atualizados com o objetivo de enriquecê-lo. A linguagem aqui utilizada é voltada, principalmente, para alunos do Ensino Médio ou dos anos iniciais da Graduação em Ciências Humanas e Ciências Sociais.

O texto é direcionado para aqueles(as) que, sendo estudantes ou não, interessam-se pela questão presidiária e criminal no Brasil, bem como aos interessados(as) por pesquisas em que as mulheres são protagonistas, ainda que em situação tão adversa, como no estudo aqui apresentado, ou, ainda, para quem pretende conhecer um pouco mais a realidade de Juiz de Fora. Não só sua vitrine, mas suas entranhas, aqueles espaços que se busca esquecer.

Os resultados de pesquisa apresentados nos itens 3 e 4 foram obtidos através de questionários aplicados a todas as mulheres que cumpriam pena privativa de liberdade por tráfico de drogas na Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires na ocasião da pesquisa, o que correspondia a 81 mulheres; entrevistas de histórias de vida com 10 delas, quando buscou-se aferir com maior profundidade suas narrativas em relação ao crime e à prisão; e observação participante no cotidiano da penitenciária, no período em que a pesquisadora exercia a função de agente penitenciária no local estudado.

## 2. A QUESTÃO PRISIONAL NO BRASIL

O senso comum repete incessantemente que o Brasil é o país da impunidade. Mas será que é mesmo? Aprimorando a pergunta: será que a impunidade é para todos?

Somos um dos países que mais prende pessoas no mundo. O Brasil ocupa hoje o terceiro lugar no ranking mundial com 715.592 presidiários e presidiárias<sup>9</sup>, incluindo aqueles que se encontram em prisão domiciliar. Ficamos atrás apenas dos Estados Unidos, que encerra 2,2 milhões de pessoas aprisionadas, e da China, que conta com uma população carcerária de aproximadamente 1,6 milhões de pessoas.

Examinando mais de perto a população carcerária no Brasil, notamos que muitas dessas prisões não se justificam. Por exemplo, 40% dos presidiários e das presidiárias cumprem pena provisória, ou seja, ainda não foram julgados (DEPEN, 2014). A prisão provisória deveria ser usada como exceção, em casos, por exemplo, que a liberdade do suspeito coloque em risco a execução do processo, provas, testemunhas, etc. Porém, percebe-se que o que deveria ser exceção funciona como regra, gerando um abuso da prisão provisória, superlotando as prisões e causando danos irreparáveis na vida daqueles que foram presos provisoriamente, no entanto absolvidos no julgamento. No Rio de Janeiro, o projeto *Prisão Provisória, Danos Permanentes* chegou à conclusão de que 54,4% dos presos provisórios daquela cidade, em 2013, haviam sofrido reclusão em regime fechado indevida, uma vez que, no momento do julgamento, foram absolvidos, ou condenados a penas alternativas, ou, ainda, ao regime semiaberto.

O perfil da população carcerária brasileira apresentado no levantamento do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN 2014, bem como pesquisas realizadas no interior das prisões, como a apresentada neste capítulo, concluem que, nas prisões, estão sobrerrepresentadas pessoas negras, com baixa escolaridade e jovens, ou seja, pessoas em maior vulnerabilidade social.

Dito isto, voltamos à pergunta inicial, se o Brasil é ou não o país da impunidade. Acreditamos que, para as classes mais desfavorecidas, o poder punitivo se agiganta, e o país da impunidade, caso exista, restringe-se aos crimes de colarinho branco.

O inchaço do poder punitivo vai muito além do caso brasileiro. Wacquant (2012) explica que esse aumento das medidas punitivas é uma das bases do Neoliberalismo, que passa a vigorar na maior parte do mundo a partir do final da década de 1970. O autor apresenta uma concepção sociológica do neoliberalismo que ultrapassa sua explicação mais usual, a econômica. Esta concepção sociológica compreende o neoliberalismo como um projeto a partir de cima, levado adiante por uma classe dirigente global em formação, objetivando reconstruir a relação entre mercado, estado e cidadania. Tal projeto visa à articulação de quatro lógicas institucionais: a

---

<sup>9</sup>Caso as pessoas em prisão domiciliar não sejam contabilizadas, o Brasil cai para a 4ª posição, sendo ultrapassado pela Rússia.

desregulamentação econômica (que direciona o máximo de liberdade às empresas e, sob supostas bases de eficiência, inclui a provisão privada de bens públicos essenciais); a retração e recomposição do estado de bem-estar (as políticas assistenciais apresentam-se agora de forma que o usuário precisa apresentar determinadas condutas para ser merecedor das mesmas); um aparato de penas em expansão (que controla o tumulto gerado pela desigualdade provocada pelo próprio neoliberalismo); e a alegoria cultural da responsabilidade individual (que legitima o empreendedorismo, a concorrência e tira do estado a responsabilidade social e econômica). Assim, a questão penal não aparece enquanto elemento secundário, mas encontra-se no centro da análise sobre o neoliberalismo, sendo, portanto, um problema mundial.

Nas últimas décadas, aumentou significativamente o número de mulheres cumprindo pena privativa de liberdade no Brasil. De acordo com relatório apresentado pelo INFOPEN Mulheres (2014), em 14 anos (2000-2014) a população carcerária feminina foi praticamente multiplicada por sete. Já a masculina foi multiplicada por 2,3. Porém, em números absolutos, o número de presidiários permanece muito superior ao de presidiárias. Dentre as 579.781<sup>10</sup> pessoas custodiadas pelo sistema penitenciário no Brasil em 2014, 542.401 eram homens e 37.380, mulheres. Em 2000, as mulheres representavam 2,4% dos encarcerados, em 2014 o percentual aumentou para 6,8%.

#### PARA SABER MAIS:

##### *O que são os crimes de colarinho branco?*

São crimes cometidos por pessoas localizadas no topo da pirâmide social: banqueiros, administradores de grandes empresas, pessoas com cargos importantes no Estado, etc. Em geral são crimes que envolvem corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, uso de informações privilegiadas, danos ambientais de grande impacto, dentre outros. A expressão *white collar crimes* foi criada pelo criminólogo Edwin Sutherland, na década de 1940, e refere-se às pessoas que usam roupa social, com um perfil bem diferente do “bandido” que habita o imaginário do senso comum.

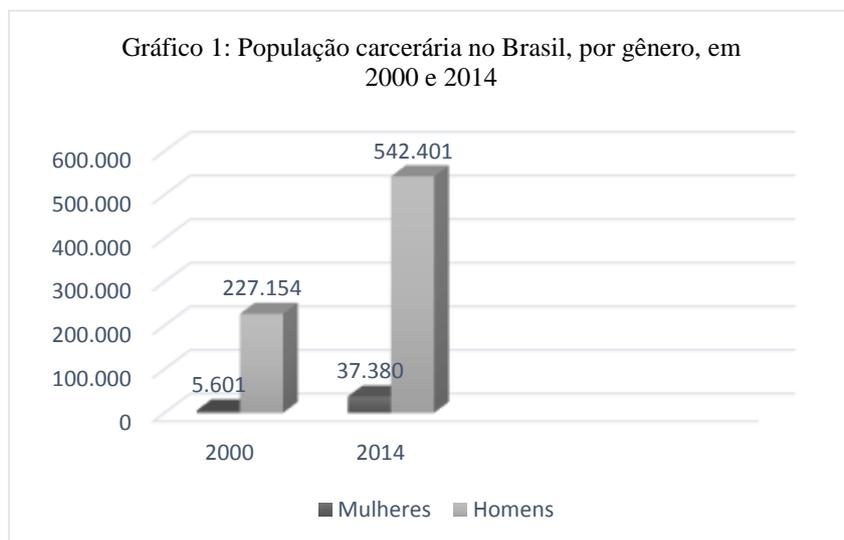
##### *Quem é Louïc Wacquant?*

Wacquant é um sociólogo francês, professor e pesquisador na Universidade da Califórnia e do Centro Europeu de Sociologia e Ciência Política em Paris. Autor de muitos trabalhos sobre guetos, estratificação racial, prisões, aumento do estado penal. Alguns de seus principais livros são: *As prisões da miséria* (2011), *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2003) e *Os condenados da cidade* (2001).



<sup>10</sup>Além deste contingente, o país possuía, em junho de 2014, mais 29.950 pessoas aprisionadas em delegacias de polícia. Porém, os dados referentes a este público não são analisados no *INFOPEN MULHERES*, uma vez que não apresentam informações referentes ao gênero, tornando-se, portanto, dispensáveis para o objetivo do relatório em questão (*INFOPEN MULHERES*, 2014).

Os gráficos abaixo nos ajudam a compreender melhor os dados apresentados. O gráfico 1 refere-se à população carcerária no Brasil, por gênero, nos anos de 2000 e 2014, mostrando que, apesar dos homens prevalecerem no sistema penitenciário, o aumento de mulheres foi alarmante. Já o gráfico 2 ilustra o crescimento da população carcerária feminina, objeto do presente estudo.



Fonte: *INFOPEN*, 2014. Adaptado pela autora.



Fonte: *INFOPEN MULHERES*, 2014. Adaptado pela autora.

### 3. O COTIDIANO DA PRISÃO FEMININA EM JUIZ DE FORA<sup>11</sup>

Em Juiz de Fora, a única penitenciária na qual as mulheres cumprem pena privativa de liberdade é a Professor Ariosvaldo Campos Pires – PPACP. Ali estão incluídas tanto as presas provisórias, quanto as já julgadas e condenadas, sem existir nenhum tipo de separação entre elas, ainda que por celas. Em média, cem mulheres cumprem suas penas ou aguardam julgamento na cidade<sup>12</sup>.

O crime de maior incidência entre as presidiárias é o tráfico de drogas. Na PPACP, 70% afirmaram que estão sob esta tipificação, embora, ocasionalmente, também possam estar condenadas por mais de um crime.

A penitenciária em questão é composta por quatro pavilhões, sendo apenas um deles feminino. Em cada um destes pavilhões, cabe determinado número de pessoas e, no caso do feminino, a quantidade máxima de internas é de 138 (cento e trinta e oito). Todas as mulheres privadas de liberdade em Juiz de Fora estão alojadas neste pavilhão. Em cada cela, existem três beliches, com duas camas cada, ou seja, comporta seis mulheres. Possui também um banheiro com vaso sanitário, chamado de “boi” pelas detentas; uma abertura na parede com um cano, chamada por elas de “bica”, na qual tomam banho com água sem aquecimento; e uma torneira. Televisão e rádio são considerados regalia e podem existir ou não na cela, de acordo com o comportamento das sentenciadas e, quando possuem, são levados por seus parentes em um dia determinado pela administração da penitenciária. Também é muito comum celas com diversos problemas de encanamento, como sanitários entupidos e falta de água, além de ausência de luz. Considerando que existe apenas um funcionário na unidade responsável pela manutenção dos prédios, auxiliado por um presidiário, é recorrente os problemas citados arrastarem-se por semanas até serem resolvidos.

O banho de sol é de segunda a sexta e tem a duração de duas horas. Para ir até o pátio, local onde acontece o banho de sol, a sentenciada precisa se sujeitar ao seguinte procedimento: ficar nua, agachar três vezes de frente e três vezes de costas, além de mostrar a cavidade bucal, atrás das orelhas e a sola dos pés, enquanto a agente penitenciária inspeciona suas roupas. Esse processo acontece sempre que as detentas saem ou retornam para suas celas, independentemente do número de vezes que isso ocorra. Após o procedimento, a presidiária passa pela galeria do pavilhão sob os latidos de um cachorro e por um agente penitenciário armado com uma espingarda calibre 12. Tanto o cachorro quanto a arma estão sob controle de um agente masculino,

---

<sup>11</sup> As informações aqui apresentadas referem-se ao período de pesquisa, entre março de 2012 e 2014. Na medida do possível, o texto apresentará notas de rodapé informando as alterações na penitenciária.

<sup>12</sup> Desde meados de 2014, esse número aumentou, levando a uma superlotação no pavilhão feminino.

fato que demonstra um exercício de poder diferenciado entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino.

Os dias mais esperados na penitenciária são o sábado e o domingo, pois são os dias de visita social. Em um fim de semana, o piso inferior do pavilhão recebe visitas ao sábado, enquanto o piso superior é visitado aos domingos. Na semana seguinte, a situação se inverte e assim sucessivamente. Estas visitas são realizadas no pátio do pavilhão. As presas que recebem visitas são retiradas de suas celas e encaminhadas para o pátio, onde, posteriormente, estarão presentes também seus visitantes. Aquelas que não receberam visitas permanecem nas celas. Nesses dias, os sorrisos e as lágrimas tomam conta da penitenciária. É comum presenciarmos muitos choros de crianças ao despedirem de suas mães presidiárias. Em um dia de visita, que coincidia com o dia das mães, uma menina de aproximadamente seis anos correu em direção à pesquisadora, pulou em seu colo e, chorando, pediu para que a mãe fosse embora com ela, como presente do dia das mães.

Além de cenas emotivas no pátio, as lágrimas são comuns também nas celas, entre aquelas que não receberam visitas. Algumas chegam até mesmo a serem vítimas de crises de ansiedade, devido ao sentimento de abandono ou à preocupação, nos casos de aguardarem um visitante que não compareceu.

Outra modalidade de visitação é a visita íntima, conhecida pelas presidiárias como “suíte”. Os encontros íntimos entre os casais ocorrem em espaços reservados para tal fim. Os quartos existem em três dos quatro pavilhões e, na maior parte das vezes, a visita íntima ocorre no próprio pavilhão feminino, podendo acontecer, no máximo, duas vezes ao mês, durante o dia ou à noite.

Para terem direito à “suíte” com seus companheiros, é preciso que sejam encaminhados à assistente social da penitenciária alguns documentos (exames de sangue, certidão de casamento, certidão de nascimento dos filhos ou declaração de próprio punho). Uma vez resolvida a questão da documentação, a família da presidiária precisa enviar uma injeção anticoncepcional, que lhe é mensalmente aplicada pelo enfermeiro da unidade. Após três meses de uso, a visita íntima é, finalmente, liberada. Dessa forma, não é facultativo à mulher presidiária engravidar ou não, nem fazer uso do método contraceptivo de sua escolha, deixando claro o controle de seu corpo pela instituição. Por outro lado, os homens reclusos que recebem visitas íntimas das companheiras não presidiárias possuem a possibilidade de serem pais durante suas prisões, uma vez que não lhes é imposto nenhum tipo de método contraceptivo e, obviamente, nem às companheiras deles.

Em relação às mulheres que iniciam pena privativa de liberdade já grávidas, não lhes é garantido nenhum tratamento diferenciado. O único atendimento que possuem é uma escolta mensal, que às vezes não ocorre, à consulta de pré-natal. Porém, em alguma situação de emergência por acaso vivenciada, ficam sujeitas à possibilidade de se conseguir ou não uma

escolta médica, de acordo com a disponibilidade de efetivo e de logística. Assim, devido à falta de estrutura, alimentação adequada, presença médica, é comum a ocorrência de abortos espontâneos entre as presidiárias grávidas. Aquelas que conseguem completar oito meses de gestação são encaminhadas a uma penitenciária localizada em Belo Horizonte, que possui maternidade e estrutura para permanência da criança junto à mãe por aproximadamente seis meses. Muitas presidiárias sentem receio de realizar a transferência obrigatória, pois são separadas de seus familiares. Na maior parte das vezes, estes não possuem condições de visitá-las em outra cidade, além da impossibilidade do pai conhecer o bebê, caso também esteja preso. Dito isso, a falta de estrutura na penitenciária de Juiz de Fora para as presas que se tornam mães acarreta em uma série de inseguranças e problemas.

Normalmente, quando se fala em políticas públicas de ressocialização do(a) presidiário(a), refere-se à oportunidade de trabalho e estudo dentro da prisão como principais projetos. Porém, sustentamos que, apesar de serem importantes, o trabalho e o estudo, por si mesmos, são insuficientes enquanto projeto ressocializador. A LEP (Lei de Execução Penal) entende que o(a) presidiário(a) não precisa estar submetido(a) às regras trabalhistas contidas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como, por exemplo, a necessidade do pagamento de um salário mínimo. Neste caso, é válido o pagamento de, pelo menos, 2/3 do salário mínimo para um(a) presidiário(a). Ou seja, a própria lei diferencia os detentos dos demais cidadãos, podendo seu acesso aos direitos sociais.

Para piorar o quadro, na penitenciária estudada, as regras da LEP muitas vezes não eram cumpridas: as mulheres trabalhavam voluntariamente ou em troca de salários muito abaixo do permitido. As que se dedicavam aos serviços voltados para a manutenção do próprio espaço, no caso, a limpeza, não recebiam nenhum valor pelo trabalho, apenas a remissão da pena (1 dia de remissão para cada 3 trabalhados). As que trabalhavam para a empresa privada que (existente) existia no local recebiam por produção, não mais de setenta reais por mês, além da remissão. Além disso, as empresas parceiras não possuem nenhuma obrigação de contratá-las quando estivessem em liberdade, quando mais precisariam. Em outras palavras, trabalhos precarizados, superexplorados, sem vínculos e direitos trabalhistas não deveriam ser tidos como exemplos positivos de políticas públicas de ressocialização.

Já em relação à escola, no momento da pesquisa,<sup>13</sup> a penitenciária dispunha de vagas para o Ensino Fundamental, do primeiro ao nono ano. Existiam vagas disponíveis para todas as interessadas, porém as que já possuíam o Ensino Fundamental não tinham a oportunidade de

---

<sup>13</sup> Em meados de 2014, ao receberem maior número de presidiárias de outro estado, as mulheres foram transferidas para um pavilhão menor, em que, por carência de espaço, aboliram a escola no pavilhão feminino, mas mantiveram nos masculinos.

estudar na prisão. As aulas eram dadas em celas, onde não existe privacidade de alunos e professores, o que, somado ao barulho permanente, composto por brigas e confusões, interfere na qualidade das aulas. Apesar dos empecilhos mencionados, os estudos e o relacionamento com os professores eram vistos de maneira positiva pelas sentenciadas que estudavam, como possibilidade de um cotidiano um pouco mais humanizado.

#### 4. CONHECENDO AS PRESIDIÁRIAS MAIS DE PERTO

O perfil das presidiárias por tráfico de drogas em Juiz de Fora segue a tendência nacional. Em relação à cor da pele, obtemos os seguintes resultados: 40% declararam-se pardas, 31%, brancas, e 29%, pretas. Levando em conta que o Censo de 2010 realizado pelo IBGE indica que 47,7% da população brasileira se considera branca, 43,1%, parda, e 7,6%, preta, percebemos uma significativa sobre-representação deste último segmento na penitenciária estudada. O número de pessoas que se consideram brancas é 6,6 vezes maior do que os que se consideram pretos no Brasil, porém, no ambiente prisional, este número cai para 1,2. Os resultados corroboram diversas pesquisas que indicam a predominância de não brancos nas prisões brasileiras (SOARES & ILGENFRITZ, 2002; SÁ, 1996; MOURA, 2012). Em relação à idade, a maior parte são jovens, sendo 46% das presidiárias com idade entre 18 e 29 anos.

Quando questionadas sobre as motivações que as fizeram participar do tráfico, a maior parte das entrevistadas, 28%, respondeu por “necessidade financeira”. Em praticamente todas as entrevistas de histórias de vida, o referido argumento era invocado como central para a entrada e a permanência no tráfico.

Joana, 37 anos, descreve como o tráfico de drogas surgiu na vida de sua família enquanto uma possibilidade de fonte de renda.

Minha infância foi ruim. Minha mãe se prostituía. Nós morava num quartim, na zona. [...] Viu que pela idade dela, ela tava com problema de pressão, que não daria mais também, ela tava também sem os dente, ela viu que não daria pra se prostituir mais. Aí o que que minha mãe fez? Ela começou vender maconha. A minha mãe cresceu, minha mãe fez uma boa casa, do jeito que nós queria. Cada uma escolheu seu vaso, cada uma escolheu a torneira do seu banheiro, cada uma escolheu o piso. E então, fez com que nós fechasse com a minha mãe. Se eu sair hoje da cadeia, eu posso chegar no banco, meter o cartão que eu sei que eu tenho lá. Consegui isso ao poder do tráfico (Joana, 37 anos).

Ao recorrerem às memórias para lembrar as motivações que as fizeram iniciar as atividades no tráfico, é frequente chamarem atenção para o fato de terem responsabilidade financeira com outras pessoas, agravando as consequências derivadas da dificuldade financeira pela qual passavam. Na maior parte dos casos, as entrevistadas enfatizaram sua responsabilidade sobre os filhos, que, muitas vezes, eram criados sem nenhum auxílio dos pais. Dessa forma, viam acumuladas sobre si as tarefas historicamente atribuídas aos homens (sustento da família), mas sem serem desobrigadas das tarefas tidas como femininas (cuidado com os filhos e com a casa).

Dentre as mulheres apreendidas pelo tráfico de drogas na PPACP, verificamos que a maior parte delas, 58%, são as principais responsáveis financeiras pelas respectivas famílias, conforme exposto em alguns depoimentos, nos quais a urgência em garantir dinheiro para a manutenção da família é enfatizada.

Patrícia narra que, para manter sua família, trabalhava em uma atividade lícita durante a noite e vendia drogas durante o dia.

Porque minha vó, o marido da minha vó era doente, minha vó era sozinha, ela e o marido dela, o marido dela era cego. E, assim, minha vó ficava me falando muito na minha cabeça por causa de outro filho, que eu arrumei outra criança. Minha vó sempre me ajudou, mas eu não quis ficar dentro da casa dela, eles falavam muito na minha cabeça. Aí eu peguei e arrumei uma casa pra mim, uma quitinete. Aí, pra mim pagar aluguel, trabalhava à noite, aí alguém tinha que olhar eles à noite, porque de dia eles ficavam na creche. Aí arrumei uma menina pra ficar comigo lá em casa, aí, enquanto ela olhava as crianças, eu ia trabalhar, e de dia eu vendia. Passava a maior dificuldade com os dois. Um pequenininho, de dois anos e pouco, quase três, e mais um, na barriga, eu com 19 anos (Patrícia, 25 anos).

Virgínia já havia trabalhado em diversas áreas antes de efetuar-se o acidente que a deixou tetraplégica por cerca de dois anos, e que ainda apresenta sérias sequelas, dificultando sua locomoção. No período posterior ao acidente, a depoente acima citada viu-se impossibilitada de retornar ao trabalho, ao mesmo tempo em que necessitava de dinheiro para realizar o seu tratamento. Foi nesse momento, em torno dos 35 anos de idade, que iniciou suas atividades no tráfico, possibilitando, com o dinheiro obtido, a recuperação de parte dos movimentos de seu corpo.

Aí eu fiquei tetraplégica, sem movimentar o corpo, mexia nada, a não ser os olhos, assim mesmo um olho só né, porque o outro tava enfaixado, porque eu tive um corte nos meus olhos e tive traumatismo, daquele traumatismo mais fraco. [...] Eu fiquei tetraplégica mesmo por um ano e seis meses... As pessoas tinham que me alimentar, eu usava fralda, no início sonda, depois fralda, tinha que me dar banho, tinha que cuidar de mim como se eu fosse um bebê, tinha que me virar na cama pra não dar “escarno” no corpo. [...] Eu fiz muita fisioterapia. Foi aí que eu entrei no mundo das drogas, porque eu já tinha perdido tudo que eu tinha... Eu tinha meu bar ainda, só que tava me dando muito prejuízo. Foi aí que eu comecei a vender droga. [...] Foi assim, uma pessoa me ofereceu, perguntou se eu precisava de dinheiro, eu falei que precisava. Aí ele me deu droga pra eu vender... Aí foi assim, aí eu comecei a pagar meu tratamento... Ajudava a minha mãe, que cuidava das minhas filhas, ajudava minha irmã que tava fazendo faculdade, quando ela precisava de mim, eu tava sempre com dinheiro pra ajudar ela, ajudava minhas colegas, que tava ali sempre comigo me ajudando também. Pagava minhas contas todinhas, nunca deixei aluguel atrasar, água, luz. Além disso, eu pagava o meu tratamento, que eu fazia hidroterapia particular, fisioterapia particular e RPG (Virgínia, 48 anos).

Dentre as entrevistadas, apenas 8% disseram que o relacionamento com algum homem foi fator decisivo para a entrada no tráfico. Anita é uma delas.

Assim, infelizmente, eu deixei ele ficar em primeiro plano na minha vida. Sabe? Eu esqueci um pouco de mim, da minha vida, e vivi a vida dele. Acho que foi isso. Eu esqueci de mim, da minha vida, das minhas coisas, dos meus planos, e comecei a viver a vida dele, a vida que ele levava. Assim, por amor a ele, né, foi assim, pra agradar, sei lá. As vontades dele, e esqueci as minhas próprias. [...] Pra mim, eu não via isso como um crime propriamente dito. Então, eu pensava assim, poxa, é ele que, né, que trafica, que vende, é ele que faz tudo, eu só faço isso aqui, então pra mim... eu não via aquilo como crime. Nunca imaginei. Infelizmente eu não tive

assim, eu não tive essa noção. Eu não tive a noção da gravidade do que eu tava fazendo, né... Coisa que hoje eu tenho e muita... Ele não tinha uma boca, assim, um ponto fixo não... Ele mexia, tipo assim, com quantidade, com peso mesmo. Ele recebia assim, peso, grandes quantidades, e distribuía. Abastecia outros lugares, outras cidades. [...] *Você só ajudava na contabilidade?* Só. Assim, mesmo assim, só depois que ele foi preso, né? Porque até então, não. Nem isso eu fazia. Foi depois que ele foi preso, porque aí começou uma certa cobrança. “Poxa, mas assim...”, ele dizia assim, “não tenho ninguém de confiança, ainda mais com dinheiro, como eu posso pôr alguém pra mexer com dinheiro, que é uma coisa, assim, séria, porque né, assim, eu tenho que pagar os outros, então é uma coisa séria, não posso pôr na mão de qualquer pessoa, e você é a única pessoa que eu confio”, aí, essas conversas né. Assim, foi depois que ele foi preso, foi pouco tempo mesmo. Foi muito pouco tempo (Anita, 29 anos).

Elemento que chamou atenção nas entrevistas de histórias de vida e nos questionários foi a continuada violência por elas sofrida ao longo de suas vidas. Um quarto das entrevistadas afirmou ter sido vítima de violência sexual na infância e, na vida adulta, a maior parte das entrevistadas citou a incidência de violência doméstica.

Algumas delas, devido à violência sofrida no lar, saíram de casa ainda muito jovens. Em ambos os casos descritos a seguir, percebemos, além das marcas negativas causadas pela agressão do padrasto, o sentimento de abandono frente à negligência da mãe.

E nós fomos viver todo mundo junto, eu, meu padrasto, minha mãe, meu irmão. Nem tudo que reluz é ouro, né dona Sintia? [...] Moramos em Matias, depois na Barreira do Triunfo e, foi ali, que tudo começou né. Tudo que parecia ser bonito não era, porque, da mesma forma que eu tratava meu padrasto com muito respeito, eu fui ficando mocinha e depois ele começou me cantar, me falar umas conversa esquisita sabe? Minha mãe nunca acreditava no que eu falava com ela. Ela falava que não era verdade, que não era verdade, que não era verdade e tal. Até que um belo dia, ele... ele disse pra mim, vamo num tal lugar comprar uns gado? Que a gente mexia com gado, comprava gado, vendia gado, essas coisas assim. Aí nós fomos. Só que no caminho não existia nada disso. Ele parou e começou a conversar comigo e começou a me cantar, me cantar e me cantar. Eu não dano resposta pra ele que ele queria ouvir, ele me colocou na rua. Minha mãe aceitou. Eu tinha 18, 17 anos. Minha mãe não acreditava em mim, não acreditou em mim, no que eu falei com ela (Clara, 48 anos).

No caso de Patrícia, ela fugiu de um agressor e imediatamente caiu nas mãos de outro.

E, quando eu saí de casa, porque minha mãe não acreditava em mim, que aconteceu um fato comigo e com meu padrasto, que meu padrasto tentou várias vezes fazer as coisa comigo e ela não acreditou em mim, aí eu saí de casa. [...] E eu contava pra minha mãe e ela achava que era mentira, que eu tava contando mentira, pra ela separar do marido dela, porque eu não gostava dele, aí ela falava que eu inventava isso, que era coisa da minha cabeça, que eu queria que os dois separasse. [...] Fui morar com um rapaz que é pai do meu menino, lá mesmo. Engravidei dele, fiquei com ele, até meus 18 anos. Até meus 17, depois que eu ganhei o meu menino. Depois eu fugi dele, porque ele me batia muito. [...] *E você chegou a denunciar? Falar com sua família?* Várias vezes, várias vezes. Só que ninguém acreditava. Quer dizer, acreditava, acreditava. Só que assim, ele me ameaçava muito, ele ameaçava muito a minha vó, porque a minha vó... falava que ia matar minha vó se eu chamasse a polícia, que ia matar meu filho... Ele me

ameaçava muito, então, então eu tinha medo. Eu tinha medo de denunciar, eu tinha medo de chamar a polícia. *E você conviveu com essa situação durante quantos anos? Foi... o tempo da gravidez... dois anos. [...] E um aninho depois, quando meu menino fez um aninho eu fugi dele. [...] Ele saía e eu ficava trancada em casa. Se eu saía ele me batia* (Patrícia, 25 anos).

O preconceito e a violência sofridos por Alexandra, 45 anos, devido à sua orientação sexual, são indissociáveis da história de vida dela. “Tudo começou, assim, nessa minha vida do crime, por preconceito”, afirma. A violência psicológica da qual era alvo na escola, e física, em sua casa, é descrita no depoimento abaixo.

A diretora, as professora, sempre me via diferente, como uma terceira espécie em existência. *Por você ser lésbica? Por eu ser lésbica, gostar das meninas. Sempre eu me encontrava no banheiro, nas escadas, pra namorar, então, mas sempre quem era prejudicada era eu. Elas nunca eram prejudicadas, porque eu que era a laranja estragada no meio de todas as laranja. Então sempre me convidavam a se retirar do colégio pra não prejudicar as outras meninas. Então, quando eu tinha 7 anos, eu mandei um bilhete pra minha professora e minha professora mostrou pra minha mãe. Foi aí que começou o inferno na minha vida. [...] Sempre minha mãe me espancava muito, até os meus 15 anos, que eu não aguentei mais ser espancada. Ela me largou pelada no meio da rua gritando: “eu não sou homem, sou mulher; eu não sou homem, sou mulher”. Minha mãe me batia no meio da rua, me deixava pelada no meio da rua e fazia eu falar: “eu não sou homem, eu sou mulher, eu não sou homem, eu sou mulher”. Já tentou arrumar vários homem pra mim, namorado, pra tentar fazer eu gostar de homem... Isso com uns 13 anos de idade, então era uma monstruosidade. Ela me batia com coisas pesadas, fivela de corrião, pau de goiabeira, tudo o que ela tinha na mão ela me mandava, ela me espancava memo, soco, pontapé. Entendeu? Ela era revoltada comigo* (Alexandra, 48 anos).

Apesar do questionário aplicado às sentenciadas ser constituído por questões fechadas, algumas aproveitaram o espaço no final da folha para escreverem algo sobre suas vidas que consideravam relevante. Uma delas chamou atenção pelos relatos sucessivos de violência em que fora vítima, apresentados abaixo:

Quando era criança vendia bala e doce no sinal. Eu tinha 7 anos quando fui violentada pela primeira vez. Tinha que trabalhar senão não comia. Via a minha mãe apanhar todos os dias, passava 3 dias sem comida. O meu padrasto me violentava frequentemente, eu parei no conselho tutelar. Comecei a me envolver com o crime e com 9 anos enfiei a faca no meu padrasto, logo depois eu fui violentada pelo meu avô, eu não era ouvida por ninguém. Como cheguei viva até hoje eu não sei, só Deus pode dizer, porque já vi a morte de frente a mim, quase morri pelos bandidos... (Carmem, 21 anos).

Casos de violência física e psicológica perpetrada por agentes do Estado, como policiais e agentes, respectivamente, também foram citados.

O fato de parte significativa das entrevistadas serem as provedoras da família não as desobriga de manter o papel histórico e socialmente designado às mulheres de cuidadoras, como dissemos anteriormente. Dessa maneira, elas acumulam as funções de garantir o sustento dos

filhos e delas mesmas e, ao mesmo tempo, são responsáveis pela criação e educação da prole, bem como a tudo que diz respeito aos laços familiares. As entrevistadas se remetiam, frequentemente durante as entrevistas, aos familiares, principalmente aos filhos. Muitas atribuíam sua imersão no tráfico ao objetivo de alcançar uma vida melhor para os filhos e atribuíam a eles também, diversas vezes, a permanência na atividade. Quando questionadas sobre o cotidiano no cárcere, mais uma vez a família ganha centralidade. Diversas entrevistadas afirmaram que o mais difícil na prisão era viver longe dos filhos e causar sofrimento aos mesmos.

Em geral, nas entrevistas de histórias de vida, elas demonstram culpa pelo sentimento de abandono que imaginam terem imposto aos próprios filhos, ainda que a principal motivação para entrada e permanência no tráfico tenham sido eles. Patrícia demonstra, em sua fala, a preocupação, tanto com o sofrimento, quanto com a situação financeira dos filhos.

Eu me culpo. Eu me culpo todos os dias da minha vida por eles estarem passando por isso, porque a culpa foi minha. [...] Primeira coisa que eu quero fazer quando eu sair daqui é buscar meus filhos. [...] Não valeu de nada... Se eu tivesse pelo menos deixado uma casa muito boa pros meus filhos... Uma não, várias, várias casas... Tivesse deixado muito dinheiro lá fora, tava bom, mas eu não deixei nada. (Patrícia, 25 anos)

Dentre as presidiárias por tráfico de drogas na PPACP, 83% possuem filhos. Em 59% dos casos, as crianças estão sob cuidados de outras mulheres, enquanto em 24% das situações, os filhos estão sob cuidados de um homem, seja o próprio pai ou outros parentes. 9% das entrevistadas declararam que os filhos já são independentes, 5% estão em alguma instituição e 3% não possuem local fixo. As instituições citadas foram duas: Aldeia SOS e a própria prisão. Os dados acima descritos vão ao encontro daqueles apresentados por Moura (2012), os quais demonstram que, mesmo na ausência da mãe, os filhos, predominantemente, permanecem sob responsabilidade de uma mulher.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

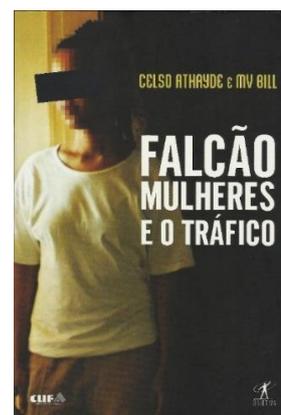
Buscamos, resumidamente, neste capítulo, mostrar, através de dados e teoria, como o aumento do punitivismo tem sido política central do Brasil e de outros países, gerando uma lógica de inchaço das prisões, mas sem resultados efetivos no combate à violência e à criminalidade. Neste processo de crescimento do Estado Penal, as mulheres têm sido alvo das prisões em uma velocidade alarmante.

Em Juiz de Fora, assim como no Brasil, o perfil das presidiárias corresponde ao perfil das pessoas em maior vulnerabilidade na sociedade, como jovens, negras, com baixa escolaridade, vítimas de violência doméstica na infância e na vida adulta, desempregadas, ou com empregos precários, somado à responsabilidade de sustento da família.

Por fim, é preciso pensar políticas de segurança pública que ultrapassem o binômio polícia-cadeia, uma vez que tal fórmula já se mostrou ineficiente no combate ao crime, além de ser voltada, prioritariamente, para os mais excluídos, garantindo a impunidade dos crimes de colarinho branco.

## SUGESTÕES DE LIVROS

**Falcão: Mulheres e o tráfico.** MV Bill e Celso Athayde. Editora Objetiva, 2007. MV Bill e Celso Athayde fizeram um trabalho de oito anos nas favelas do Brasil. O projeto, a princípio, era voltado para execução de um documentário e um livro sobre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas (*Falcão – meninos do tráfico*). Porém, perceberam que as vidas desses jovens estavam totalmente entrelaçadas com a vida das mulheres que os cercavam (mães, esposas, irmãs, traficantes), levando os autores a dirigirem o olhar para as histórias das mulheres envolvidas, direta ou indiretamente com o tráfico.

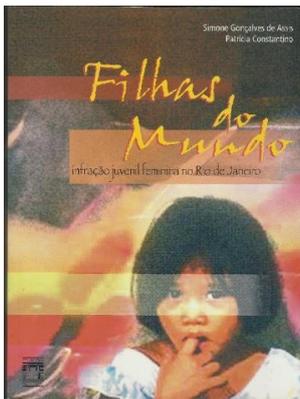


**Estação Carandiru.** Dráuzio Varella. Editora Companhia das Letras, 1999. A premiada obra de Dráuzio Varella relata a experiência dele enquanto médico voluntário no maior presídio do país, palco de um terrível massacre em 1992.

**Prisioneiras.** Dráuzio Varella. Editora Companhia das Letras, 2017. No livro, Dráuzio Varella narra, com muita sensibilidade, a experiência enquanto médico voluntário em uma prisão feminina, tendo como foco as histórias das mulheres privadas de liberdade.



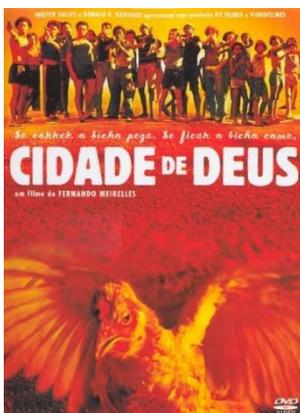
**Presos que menstruam.** Nana Queiroz, Editora Record, 2015. A jornalista Nana Queiroz traz, neste livro, relatos de mulheres presidiárias e de seus familiares, bem como os desafios enfrentados por elas no sistema penitenciário.



*Filhas do Mundo – infração juvenil feminina no Rio de Janeiro.* Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino. Editora Fiocruz, 2001. Resultado de pesquisa, a obra descreve a vida das internas de um abrigo para jovens infratoras no Rio de Janeiro. Mostra como a exploração da infância, a desestruturação familiar, a violência e a falta de políticas para a juventude estão na base da falta de perspectiva de meninas que não encontram amparo nem mesmo nas unidades onde cumprem medidas socioeducativas com privação de liberdade.

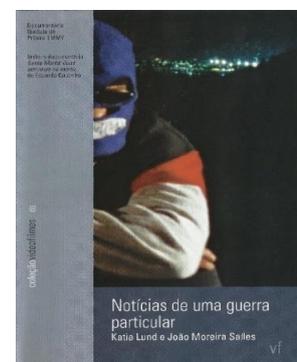
## SUGESTÕES DE FILMES

*Maria cheia de graça.* Direção de Joshua Marston, 101 min. 2005. O filme narra a vida de uma jovem colombiana de 17 anos, grávida e desempregada, o que a faz aceitar trabalho como transportadora de drogas.



*Cidade de Deus.* Direção de Fernando Meirelles e Kátia Lund, 135 min. 2002. O filme retrata o surgimento e a consolidação do crime organizado na Cidade de Deus, favela carioca. Conquistou indicações ao Oscar em quatro categorias, além de diversos prêmios. Foi vendido para mais de 60 países e superou a arrecadação de 30 milhões de dólares no mercado internacional.

*Notícias de uma guerra particular.* Direção de João Moreira Salles e Kátia Lund, 57 min. 1999. Baseado em entrevistas com personagens envolvidos na rotina do tráfico, o filme contrapõe as falas de criminosos, policiais e moradores do morro Dona Marta, no Rio de Janeiro, e debate a forma como a sociedade lida com a violência.





*O Cárcere e a rua.* Direção de Liliana Sulzbach, 81 min. 2004. Documentário premiado em diversos festivais no Brasil e no mundo retrata a vida de três presidiárias da Penitenciária Madre Pelletier, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Mostra a difícil vivência em privação de liberdade e a também dolorosa volta ao convívio social.

## SUGESTÕES DIGITAIS

### **IBCCRIM**

<http://www.ibccrim.org.br/>

<https://www.facebook.com/ibccrim/?fref=ts>

### **NAJUP (Núcleo de Assessoria Jurídica Gabriel Pimenta)**

<https://www.facebook.com/NAJUPGabrielPimentaJF/>

<http://najupgp.blogspot.com.br/>

### **Plataforma Brasileira de Política de Drogas**

<http://pbpd.org.br/>

<https://www.facebook.com/plataformadedrogas/>

### **DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)**

<http://www.justica.gov.br/>

## 6. REFERÊNCIAS

HELPEPES, SINTIA SOARES. *Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

HELPEPES, SINTIA SOARES. Para além do desemprego: participação feminina no tráfico de drogas enquanto alternativa de aumento da renda familiar. In: FRAGA, PAULO CÉSAR PONTES (Org.). *Mulheres e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

INFOPEN MULHERES, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ministério da Justiça. 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INFOPEN, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ministério da Justiça. 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

MOURA, MARIA JUNQUEIRA. *Mulher, tráfico de drogas e prisão*. Fortaleza: EDUECE; EDMETA, 2012.

SÁ, GERALDO RIBEIRO. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996.

SANTOS, JUARez CIRINO. *A Criminologia Radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SOARES, BARBARA; ILGENFRIT, IARA. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WACQUANT, LOÏC. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, LOÏC. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, VERA MALAGUTI (Org.). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 11-42.

# CAPÍTULO 3

## PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS ACERCA DAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR MULHERES PARA A DINAMIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MODO DE VIVER NO MEIO RURAL: UM ESTUDO NO POVOADO DA PIRAPETINGA NA REGIÃO DA ZONA DA MATA-MG

Ana Paula Evangelista de Almeida<sup>14</sup>

### ESTRUTURA DIDÁTICA

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Médio, Técnico e Superior	Relações de produção e força de trabalho no campo; Organização social e imaginário social no meio rural; Relações do gênero no meio rural. A questão da terra e a reforma agrária.	Abordagens da Sociologia no meio rural: marxismo, culturalismo e funcionalismo.  Instituições sociais e políticas no meio rural: movimentos sociais no campo; Sindicalismo rural; Cooperativismo.

---

<sup>14</sup> Doutoranda no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora de Sociologia na rede pública de Ensino de Minas Gerais. E-mail: evangelistaalm@yahoo.com.br

## OBJETIVOS DO CAPÍTULO

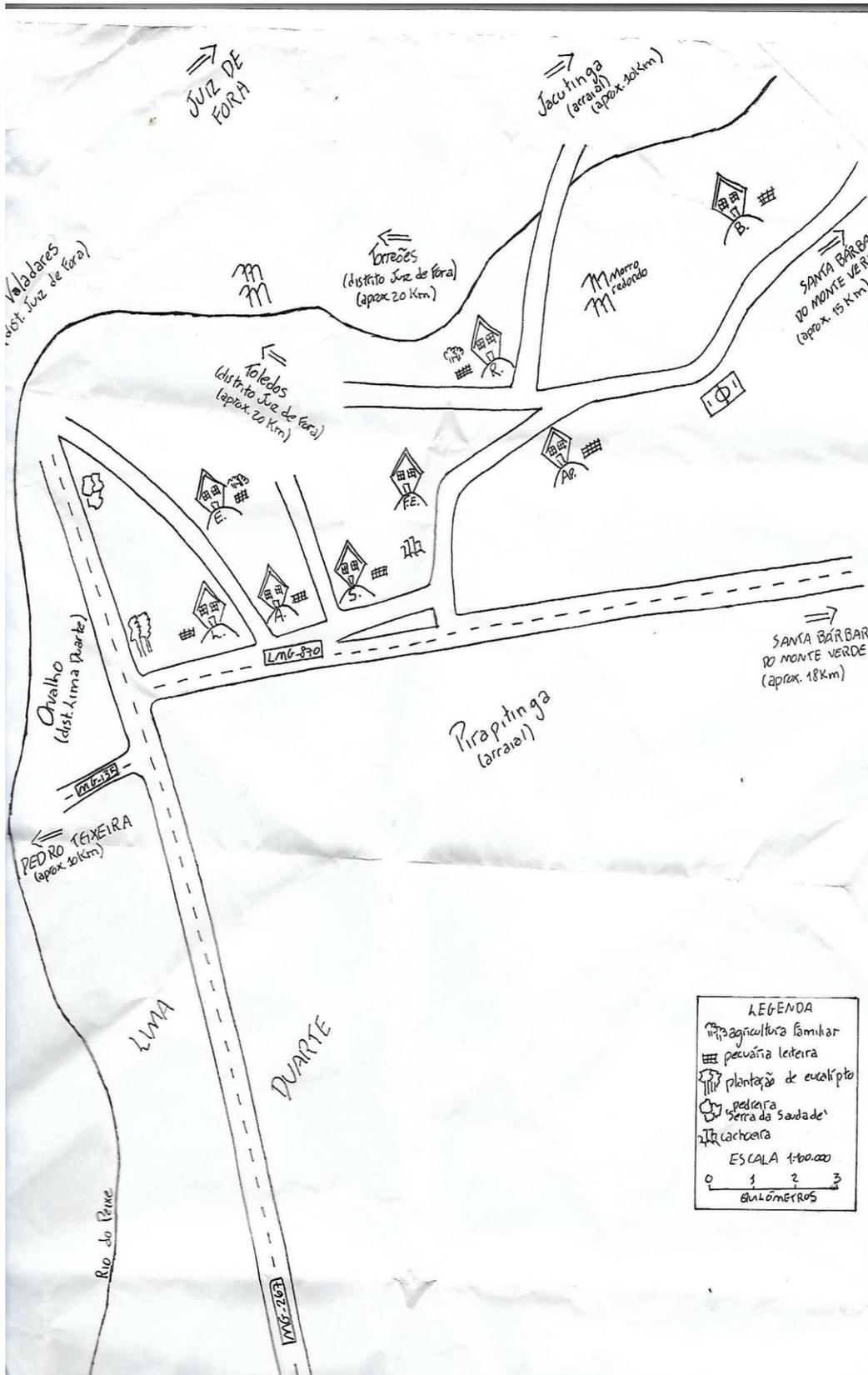
- Demonstrar que a participação das mulheres no meio rural se transforma em uma contribuição fundamental para a geração de capital social e de recursos associativos que ajudam a alargar e produzir novas formas de cidadania;
- Apontar que as mulheres constroem no rural um espaço de “vida” e não apenas de produção, pois se tornam figuras referenciais no funcionamento familiar e comunitário;
- Verificar se as mulheres desempenham na economia rural um trabalho gerador de renda, viabilizando assim a geração do capital nas unidades familiares;
- Assinalar que elas encabeçam a unidade produtiva — são as chefes — e outras contribuem diretamente e indiretamente com grande parte da renda da família;
- Mesmo com o nascimento dos filhos, tais mulheres não deixaram as atividades da propriedade, aumentam sua carga de trabalho, sobretudo quando os filhos já estão em idade escolar, pois as funções de mãe também são primordiais;
- Adotam estratégias como o cooperativismo, a pluriatividade, a diversificação da produção e a capacitação técnica para a dinamização e a manutenção de modos de viver o/no meio rural, ou seja, tanto estratégias consideradas tradicionais como aquelas denominadas como neorurais.

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é propiciar discussões sociológicas acerca das estratégias adotadas por mulheres como integrantes fundamentais no processo socioprodutivo da agricultura familiar e da pecuária leiteira no povoado de Pirapetinga, região da Zona da Mata, Minas Gerais. Além de realizar uma breve revisão teórica sobre as temáticas mulheres e ruralidades, este trabalho baseia-se na análise de entrevistas abertas e história oral, obtidas por meio de contato direto com a realidade pesquisada. Destaca-se, assim, a participação social, física e prática destas mulheres nas lutas sociais do dia a dia campestre, para além do trabalho doméstico, com o intuito de valorizar o papel e a ação das mesmas e dar visibilidade a esses atores sociais.

O interesse por pesquisar o tema nasceu não só do contato da pesquisadora ao longo de sua infância com a vida rural, mas também em decorrência de um novo contato com as comunidades rurais enquanto professora da escola média, o que permitiu realizar entrevistas com moradoras locais. As entrevistadas moram no povoado de Pirapetinga, e o fato de meus familiares também residirem no local, e eu ter passado parte da juventude ali, facilitou o contato com as referidas mulheres. Cabe destacar que o território do povoado de Pirapetinga é muito extenso, abrangendo as cidades de Lima Duarte, Juiz de Fora e Santa Bárbara do Monte Verde. Assim, as entrevistadas transitam por um território amplo do ponto de vista dos municípios, o que será mais bem compreendido ao longo das descrições das entrevistas.

Desenho mapeando as moradias das entrevistadas do povoado da Pirapitinga em Juiz de Fora – MG. Produzido pela geógrafa Lilian Cândido Ferrarez.



A escolha pelo objeto de pesquisa justifica-se pelo déficit de estudos e pesquisas sociológicas nas últimas décadas relativos à área da sociologia rural, em especial às estratégias de manutenção no campo das mulheres neste setor, como destaca, em seus estudos, José Martins de Souza (2001).

Portanto, é fundamental, enquanto estudiosa do doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, cidade inclusive com inúmeros distritos rurais e limites com municípios cuja economia gira em torno da agropecuária, pensar como área de pesquisa e de estudo o cotidiano desse povo, em especial as condições de vida e luta dos mesmos. Pretendo também, com esta análise, obter informações que ajudem as instituições públicas a pensar e articular políticas para melhorar as condições socioeconômicas da população rural.

A tarefa do sociólogo é a de falar de um mundo concreto de homens e mulheres, entre os quais ele próprio se situa. E, na medida em que o pensamento sociológico é potencialmente portador de conhecimento, de compreensão e de apreciação, o sociólogo tem de ser entendido não apenas por uma elite «científica», mas por essa sociedade que ele «faz falar», a quem pode legar a sua própria pesquisa, numa linguagem que ilumine o desconhecimento geral (BERTAUXB, 1979, p. 11 apud LALANDA, 1998, p. 872).

Estudiosos, como Sérgio Schneider e Carolina Silva (2010), apontam que houve, na América Latina, a partir da década de 1970, uma diversificação de estratégias de sustento, especialmente no setor agrário, aumentando a participação econômica das mulheres e sua inserção em atividades não agrícolas.

#### **PARA SABER MAIS:**

Até a década 1970, os trabalhadores rurais eram excluídos da legislação trabalhista. Durante o Regime Civil-Militar, foi criado o PRORURAL, que os inseriu na chamada “cidadania regulada” (MEDEIROS, 2010), direcionando este direito apenas aos trabalhadores do sexo masculino.

Em 25 de maio 1971, a lei complementar nº 11 instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que previa a concessão de aposentadorias por idade, invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

Já a Lei nº 8.540/92 criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, com o objetivo de subsidiar o pagamento dos benefícios assistenciais aos trabalhadores rurais, com custeio incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais.

**Mais informações ver *Cidadania no Brasil: O longo caminho* – José Murilo de Carvalho**



As mudanças e transformações ocorridas no espaço rural a partir desse período provocaram um rearranjo nas unidades produtivas de base familiar, assim como na vida das pessoas que se

organizam nesse espaço. Verifica-se que o rearranjo se deve a um conjunto de atividades diferentes das tradicionais que foram agregadas no campo. Exemplo disso é a incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento. Tais mudanças são influenciadas pelo acesso a novas tecnologias, qualificação profissional, mecanização, valorização do orgânico e do turismo local. As citadas atividades emergentes possibilitaram aos teóricos da área conceituar um “novo rural” no Brasil. A possibilidade de se estudar novas ruralidades<sup>15</sup>:

[...] supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p. 2).

#### PARA SABER MAIS:

**Nova ruralidade:** A área rural brasileira não se restringe mais àquelas atividades relacionadas à agropecuária e à agroindústria. Nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções – agrícolas e não agrícolas – e oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para famílias. Agora, a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e até mesmo à indústria, reduzindo cada vez mais os limites entre o rural e o urbano no país. Mais informações ver Projeto: *Caracterização do Novo Rural Brasileiro* – de José Francisco Graziano da Silva (UNICAMP) e Rodolfo Hoffmann (USP).

**Pluriatividade:** Atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou por vários membros de um grupo doméstico. Ou seja, outras formas de exploração sustentadas não mais na exclusividade da agricultura, mas na combinação com outros tipos de atividade econômica, dentro ou fora de uma mesma unidade doméstica, cujo foco é o sustento e permanência da família no ambiente rural. Mais informações ver *Pluriatividade no campo* – de Maria José Carneiro (UFRRJ) e *Teoria Social, Agricultura familiar e Pluriatividade* – de Sérgio Schneider (UFRGS).



Cabe destacar que o intuito desta pesquisa não é discutir especificamente as questões de gênero, apesar de não haver dúvida sobre a necessidade da atuação feminina para a reprodução social rural; mas há, por outro lado, a precisão de se evidenciar seu protagonismo. Pontua-se

---

<sup>15</sup> Na década de 1970, Maria Isaura Pereira de Queiroz destacava como “falso problema” a polarização entre urbano e rural nas análises sociológicas do campesinato. Na perspectiva da emergência dessa nova ruralidade, pesquisadores têm elencado elementos que permitem repensar a importância, as especificidades e as particularidades do mundo rural. Roberto Moreira destaca em seu projeto de pesquisa *Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável* que “as complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade, rompendo assim com a concepção essencialista de um ser rural que se opõe ao ser urbano” (MOREIRA, 2002, p. 2).

então, ao longo da análise, por meio das descrições do cotidiano das mulheres pesquisadas, o ir além da casa, do serviço doméstico, descrevendo assim um pouco das suas histórias de vida, tais como a posição na família, as relações com o campo, a convivência com espaços públicos e privados. Valorizam-se, com o presente trabalho, as trajetórias e os depoimentos pessoais que se colocam, também, como fontes documentais para a reflexão sociológica.

## 2. MULHERES RURAIS – BREVE REVISÃO SOCIOLÓGICA

A primeira etapa da pesquisa acompanhou as estratégias adotadas por sete mulheres do povoado de Pirapetinga, situado na região da Zona da Mata (MG), residentes entre os municípios de Juiz de Fora, Lima Duarte e Santa Bárbara do Monte Verde (MG), para se manterem naquele espaço. Logo, percebe-se o potencial da localidade influenciando nas estratégias adotadas por estas mulheres, em decorrência das diversidades geográficas, cultural e ambiental da referida área rural. Observa-se, com as idas às propriedades das mesmas e ao longo das entrevistas, que elas realizam múltiplas funções e tarefas na organização interna das unidades produtivas, sendo atores primordiais para a manutenção e organização do grupo familiar. Cabe destacar que, para a maioria delas, a principal fonte de renda é proveniente do retiro leiteiro, mas podemos apontar também a presença de uma pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), associada à produção de alimentos para o consumo doméstico, venda de excedentes e a incorporação de atividades não agrícolas como diversificação da renda familiar, ou seja, visualiza-se uma trabalhadora que recria o modo de vida rural.

Para melhor especificar as condições de vida das entrevistadas, é importante situar o que é a agricultura familiar e a relação das mesmas com o sistema pecuarista. A região onde vivem as sete mulheres caracteriza-se por ser uma antiga bacia leiteira, portanto boa parte delas obtém a principal renda do retiro de leite ou já viveu durante anos da extração agropecuária. Logo, o perfil das entrevistadas não é o da agricultura familiar, sendo esta atividade uma complementação da renda e a base da subsistência alimentícia das mesmas. Além do mais, elas e suas famílias buscam alternativas econômicas em atividades não agrícolas, tais como o turismo, prestação de serviços para outras pessoas da comunidade como diarista, pedreiro, manutenção das pastagens, entre outros.

Nesse sentido, podemos pontuar que na cadeia produtiva do leite, e mesmo no que tange à agricultura familiar nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem intervindo por meio de investimentos em pesquisas e da criação de órgãos públicos para o setor. Vide o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>16</sup>, e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão de Minas Gerais (EMATER)<sup>17</sup>, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).<sup>18</sup> Os sindicatos rurais locais também aparecem como organizações que dão suporte técnico, administrativo e burocrático.

---

<sup>16</sup> <https://www.embrapa.br/gado-de-leite>.

<sup>17</sup> <http://www.emater.mg.gov.br>.

<sup>18</sup> Criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho

A partir de meados da década de 1990 a situação começa a se alterar, a agricultura familiar passou a ser alvo de políticas específicas do Estado, trabalhos acadêmicos e órgãos do Estado passaram a valorizar este modelo de agricultura e as organizações sindicais no campo a assumiram como identidade política e como projeto de agricultura a ser construído no país (PICOLOTTO, 2014, p. 2).

Do ponto de vista da legislação, nas últimas décadas houve avanços na efetivação de algumas leis que foram direcionadas para o referido setor. Mas, até a Constituição de 1988, no Brasil, as mulheres não tinham direito à aposentadoria ou qualquer benefício na área. Políticas públicas e modificações na legislação possibilitaram agregá-las a movimentos sociais e garantir direitos sociais a elas.

#### **PARA SABER MAIS:**

A partir desse reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres camponesas passaram a fazer parte do conjunto dos trabalhadores rurais, conquistando acesso aos direitos previdenciários, como a aposentadoria. Antes de 1988, somente o homem se aposentava com meio salário mínimo, e a mulher só se aposentava depois da morte do marido. Atualmente, mulheres e homens que comprovem sua profissão de trabalhadores(as) rurais se aposentam com um salário mínimo como Segurados Especiais da Previdência Social.



**DARON, Vanderléia Laodete P. O reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais. *Revista do Instituto Humanitas, Unisinos, IHU On-line*, Edição 387, 26 de mar. 2012.**

Um de meus referenciais teórico e empírico foi a coletânea de artigos publicados no livro *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*, organizado por Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (2013), cujo objetivo principal era produzir registros que pudessem assegurar uma visão mais abrangente da experiência histórica do feminino no mundo rural. A coletânea apresenta a diversidade do protagonismo feminino no campo e aponta especificidades da participação feminina, a fim de tornar mais visíveis suas trajetórias.

---

Deliberativo tripartite. Integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural. <<http://www.senar.org.br/quem-somos>>.

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida. Porém, essa participação ao longo da história foi secundarizada diante dos vários modos de produção existentes, em especial da organização social capitalista em que vivemos, pois sua pauta diz respeito a uma lógica social enviesada pelos valores que orientam as relações de gênero, privilegiando o protagonismo e a força masculina (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 10).

Henri Lefebvre, já na década de 1950, chamava a atenção dos sociólogos dizendo serem as questões do mundo rural muito mais diversas e múltiplas do que parecem. Para o autor, “entre as malhas de tecido urbano persistem ilhotas de ruralidade ‘pura’ [...] A relação ‘urbanidade-ruralidade’, portanto, não desaparece; pelo contrário intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados” (LEFEBVRE, 1991, p. 164).

Logo, o contato com tais mulheres, suas histórias de vida, permite observar a singularidade das mesmas, mas, ao mesmo tempo, semelhanças mais macro, no que tange às relações sociais empreendidas no meio onde vivem, principalmente na teia produtiva que envolve a pecuária e a agricultura local.

### 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS:

Para melhor direcionar as entrevistas e o contato com as entrevistadas, optei por ir até as residências delas, não só a fim de entrevistá-las, mas com o intuito de melhor observar o cotidiano e as práticas das mesmas. Além do mais, tive a oportunidade de encontrar com algumas delas nas ruas da cidade de Lima Duarte e conversar um pouco, e outras duas, coincidentemente, encontrei em viagens de ônibus. O roteiro constava de três partes: a) dados pessoais da participante; b) questões contemplando o universo do endogrupo (sobre a comunidade e a vida da mulher pertencente àquele grupo); e c) questões acerca do exogrupo em comparação com o endogrupo (sentimentos, percepções e experiências referentes ao grupo de relação). Também obtive várias informações acerca de suas histórias de vida de um informante específico da comunidade: meu pai.

Assim, tomei por base as orientações de Gilberto Velho, em seu clássico *Individualismo e Cultura*, haja vista que estava lidando com um ambiente mais familiar. Quase todas as entrevistadas me conheciam desde a infância, conviveram com meus pais e parentes. Outras tiveram contato comigo através do trabalho que realizo como professora na Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, pois há cinco anos leciono na mesma, fazendo vários trabalhos/projetos com os alunos, dentre eles um livro de fotografia sobre Memórias Rurais.

Portanto, foi preciso conseguir transformar o familiar em exótico. Familiar no sentido de fazer parte do campo e da proximidade territorial. Ao longo das entrevistas, falar de processos vivenciados por meus pais foi fundamental para tornar a conversa mais solta e à vontade, tais como formas de plantio, questões ligadas a pagamento das atividades e mesmo assuntos envoltos com a relação do homem do campo e o Estado; aposentadoria, subsídios, sindicatos e acesso aos serviços públicos, em especial à saúde, ou seja, como destaca Gilberto Velho, havia o compartilhamento de experiências mais ou menos comuns: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, sendo o oposto igualmente verdadeiro; pois o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1978, p. 39).

Uma das entrevistadas reside no território de Juiz de Fora, mas próximo ao limite com Santa Bárbara; duas moram próximas ao limite de Juiz de Fora e Lima Duarte. Outras duas, no território de Lima Duarte, bem próximo ao município de Juiz de Fora; e duas, mais distantes, dentro do território de Juiz de Fora, embora não tão longe do limite entre as demais cidades, totalizando sete entrevistadas.

## 2.1 Descrições do perfil/estratégias/relações sociais adotadas por mulheres para a permanência no meio rural

Viverás, e para sempre na terra que aqui aforas: e terás enfim tua roça. — Aí ficarás para sempre, livre do sol e da chuva, criando tuas saúvas. — Agora trabalharás só para ti, não a meias, como antes em terra alheia. — Trabalharás uma terra da qual, além de senhor, serás homem de eito e trator. — Trabalhando nessa terra, tu sozinho tudo empreitas: serás semente, adubo, colheita (NETO, João Cabral de Mello Neto. *Morte e Vida Severina*, 1997.)

Como dissemos anteriormente, realizamos visitas e entrevistas com sete mulheres. Ao selecionarmos nosso objeto de pesquisa, escolhemos algumas particularidades, a saber, mulheres que não eram aposentadas e, juntamente com seu núcleo familiar, extraíam do meio rural sua principal fonte de renda, ou seja, estavam envolvidas com a agricultura familiar ou o retiro leiteiro. A delimitação territorial diz respeito ao arraial de Pirapetinga, onde elas e familiares residiam, facilitando assim o contato e o aprofundamento da pesquisa.

A primeira entrevistada foi S. Com 52 anos de idade, estudou até o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, chegou a iniciar o supletivo, mas acabou desistindo, pois tinha de se deslocar até a cidade cotidianamente. Possui uma pequena propriedade de 8 alqueires de terra (parte herdada dos pais do esposo e outra adquirida por eles mesmos) em Pirapetinga, no município de Juiz de Fora, mas bem próxima ao limite com a região de Lima Duarte. Dessa forma, sua casa possui localização estratégica, porque o ônibus municipal de Juiz de Fora vira em frente à mesma e, a menos de 1 km, passa o ônibus que dá acesso a Santa Bárbara do Monte Verde e a Lima Duarte.

Apesar de morar no município de Juiz de Fora, a casa dela encontra-se bem mais distante do centro urbano da referida cidade (aproximadamente uns 70 km) e mais próxima a outros municípios (22 km de Lima Duarte e 20 km de Santa Bárbara do Monte Verde). Contudo, por causa da circulação do ônibus urbano “Torrões” em frente à residência, a família frequenta cotidianamente a cidade de Juiz de Fora; o filho mais novo ainda cursa o Ensino Médio no distrito de Torreões e o esposo havia se aposentado há pouco tempo. Ela vai ocasionalmente às demais cidades.

A principal fonte de renda da família de S. envolve o retiro leiteiro e a Associação Leiteira local, onde trabalham esporadicamente seus dois filhos, um de 18 anos e outro de 22, na manutenção e na limpeza das latas e do tanque que armazena/refrigera o leite. Além do retiro leiteiro, o contato com um revendedor de mel permite à família complementar a renda com a apicultura. No primeiro dia de entrevista, minha visita acompanhou a colheita do mel, e presenciei a divulgação inclusive de cursos de capacitação pelo apicultor para melhorarem a produção. Haveria, no sábado próximo, uma capacitação na cidade de Belmiro Braga em parceria com o SENAR. Eles ficaram interessados em ir, porém, em decorrência da falta de transporte até Belmiro

Braga, acabaram desistindo. Além do mel e do leite, a família vende o excedente produzido em sua casa, como ovos, galinha, carne de porco, vi muitas conservas de pimenta e cheguei a ganhar algumas de presente.

A entrevistada cuida da parte doméstica, da lavoura e ajuda no retiro leiteiro, mas destaca-se das demais entrevistadas ou dos membros da família pelo forte engajamento político. Estava sendo cogitada para ser a presidente do “bairro” e está sempre presente nas reuniões do tanque leiteiro e do Posto de Saúde. Ao longo da entrevista, pontuou os problemas locais, tais como o serviço do agente de saúde, e mesmo do Posto de Saúde em si, a qualidade das estradas e a dificuldade de acesso ao transporte público escolar, usando inúmeras vezes a expressão “nossos direitos”. Neste último caso, para o filho cursar o Ensino Médio noturno em Torreões, ele se desloca mais de dez quilômetros de cavalo, entre ida e volta, à noite, diariamente. Questionei por que o menino não cursa o Ensino Médio no distrito de Manejo, em Lima Duarte, já que o ônibus escolar passa a menos de 500 metros de sua residência. Ela argumentou ser em decorrência de o rapaz ajudar o pai no retiro leiteiro e nas tarefas de manutenção da lavoura e pastagem, além de fazer um “bico” com o trabalho da Associação Leiteira, e, em Manejo, o Ensino Médio é matinal.

Conheço S. desde minha infância, e a figura dela se traduz em uma mulher muito proativa, sempre passando de cavalo pelas estradas da Pirapetinga e muito boa de prosa, principalmente em relação à política: eleições, secretarias, programas e projetos do município. Segundo a mesma, todo dia liga o rádio bem cedinho para se informar sobre o que está acontecendo no país. Reclamou, inclusive, da reforma da previdência, disse estar muito preocupada, pois faltavam poucos anos para se aposentar, e chegou a brincar que poderia voltar “os tempos da onça”, mencionando o caso de sua mãe, com mais de 80 anos, que custou a se aposentar. Com certeza, dizia respeito ao período antes da Constituição de 1988, quando não era assegurada a aposentadoria às mulheres rurais.

A segunda entrevistada foi A., de 48 anos, também com apenas o primeiro ciclo de escolarização, residente no município de Juiz de Fora, próximo à estrada principal de acesso ao distrito de Torreões. Sua propriedade possui 5 alqueires de terra, parte herdada dos familiares do esposo e outra parte comprada por ela. Aprendeu a lidar com o retiro de gado quando casou, aos 20 anos de idade, antes apenas lidava com a roça, ajudando os pais no plantio. Ficou viúva aos 33 anos, seu filho tinha oito anos quando o marido morreu. A partir daí, teve que assumir as responsabilidades da casa, onde passou a fazer a lida do gado, principalmente a ordenha do leite, pois demorou quase um ano para conseguir o benefício de auxílio referente à morte do esposo.

Além da produção leiteira, A. adotou como estratégia de aquisição de renda a prestação de serviços no restaurante do irmão, conhecido como Cachoeira Bar, atualmente de outro dono. Lá havia um fluxo muito grande de turistas e mesmo de moradores locais aos finais de semana. Dessa

forma, ela aproveitava, inclusive, para vender alguns produtos que tirava como excedente de sua propriedade como ovos e pimentas.

Eu tive uma época aqui, que eu tirava o leitinho, tinha as criações pra eu tratar, mas sobrar pra gente se manter não sobrava não, eu trabalhava, igual eu trabalhava lá pro meu irmão, final de semana, sábado, domingo e segunda. Lavando roupa de jogador, servindo comida, e assim foi, minha filha, pra eu poder tirar o meu sustento.

Somente aos 41 anos voltou a ter um parceiro. Estão há cinco anos residindo juntos e trabalhando em conjunto. Ele é irmão de B., e tio de Eg., também entrevistadas nesta pesquisa. O filho de 23 anos sempre demonstrou pouco interesse com o retiro de leite, direcionando-se, logo após o Ensino Médio, para a cidade e fazendo o curso técnico em Radiologia.

A propriedade de A. é uma das que mais possui diversidade na produção agrícola, plantio de milho, de quiabo, uma boa horta, chiqueiro e ainda tem um poço de peixes. Ao entrar em sua residência, verifiquei uma boa colheita de alho e cebola, pendurados no teto da casa. Apesar da renda familiar provir da venda do leite, eles vendem boa parte do excedente que tiram com a agricultura para o restaurante Cachoeira Bar e para outros moradores dali, inclusive frangos e peixes.

A. tem pouco envolvimento/interesse com questões sociais e parece nem gostar de conversar sobre assuntos referentes à educação e ao posto de saúde locais. Seu principal interesse diz respeito à produtividade de sua propriedade. Informou, inclusive, que seus poços de peixes foram feitos e orientados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, através da Secretaria de Agricultura. Ainda através da mesma realizou cursos de produção de compotas e doces. Além disso, vende seu leite para a Associação da primeira entrevistada, a APROAPI (Associação dos Produtores de Leite e Amigos da Pirapitinga).

A terceira entrevistada foi B. Com 52 anos de idade, é uma das entrevistadas mais simples e também a que teve pouca mobilidade diante da vida rural. A propriedade dela é pequena, de apenas 3 alqueires, e mais isolada que as demais. Próxima a 6 km do centro comunitário da *Pirapitinga Norte*, o Morro Redondo, sua casa situa-se em um local mais isolado, mas que possui atualmente inúmeros granjeamentos.

B. viveu parte da sua vida como colona de um grande proprietário daquela região, morava até há pouco tempo em uma casa bem simples, de pau a pique, junto da sogra. Mais recentemente se mudou para a casa atual, ainda em construção.

Quando a gente mudou pra qui a gente não tirava leite, plantava meio e plantava aqui [...] E vivia disto, minha filha, a gente plantava arroz, plantava feijão, e comprava na venda só macarrão e querosene, aqui era a luz de querosene [...] dinheiro passava longe. [...] Eu subia este morro ae, minha filha, com oito, nove

marmitas pra ele levar lá pra aqueles altos de Pião ali. Ae ele dava o leite, em troca da mão de obra dele, ae depois foi juntando o dinheirinho, comprou uma vaca, duas vacas e por ae a fora e foi aumentando a renda nossa. Ae depois agente foi lá pro terreno do Vô do Tiago, levou as vacas pra lá, ae era lá e aqui (3 alqueires/15 litros).

No regime de colonato que vivenciou mais de vinte anos de vida, ela trabalhou como diarista e na lavoura, período em que teve carteira assinada por cinco anos. Depois se dedicou mais a criar suas três filhas, hoje residentes na comunidade e casadas (uma delas entrevistada para este estudo). Também investiu no retiro leiteiro de sua propriedade, além da manutenção da lavoura. Atualmente, enquanto aguarda a aposentadoria, trabalha como diarista na casa de uma senhora residente nas proximidades, ganhando mensalmente duzentos reais, mas ajuda o esposo nos afazeres, construção da casa, retiro leiteiro e na horta. Cabe destacar que seu esposo aposentou-se recentemente, garantindo uma melhor estabilidade da renda familiar, embora eles ainda tirem um pouco de leite.

B. faz parte do Conselho de Saúde local. Participa ativamente das reuniões municipais da Secretaria de Saúde e possui uma voz muito ativa na cobrança da eficácia dos serviços oferecidos pelo Posto de Saúde.

Ah, o posto assim tá ruim porque tem as reuniões e o pessoal não vem. Eu faço parte do Conselho desde que fundou o Conselho, porque eles têm que reclamar o que está acontecendo com o Conselho, e o Conselho tem que levar para a secretaria. Toda última quinta-feira temos reunião no posto...

A entrevistada é muito engajada com as festividades locais, principalmente as festas direcionadas a arrecadar fundos para a comunidade do Morro Redondo e para a Igreja Católica dali. É conhecida por ser “passeadeira”, sempre indo nas casas de amigos e parentes, principalmente das filhas.

A quarta entrevistada foi L., de 48 anos, residindo bem perto a S., já no município de Lima Duarte, próximo ao limite com Juiz de Fora. Também estudou até metade do Ensino Fundamental e viveu muitos anos como colona de um fazendeiro da região. Mora há dez anos na atual residência, que possui 5 alqueires de terra. Morava na fazenda do Z. C., um pouco abaixo da propriedade dela. Tanto ela quanto o marido trabalhavam para ele, mas somente o marido possuía remuneração. Este permanece trabalhando lá, cuidando da manutenção da pastagem e do retiro leiteiro (já tem 25 anos de carteira assinada).

L. comprou parte da atual propriedade, a outra foi herdada dos familiares de seu esposo. Eles têm quatro filhos, dois meninos e duas meninas. Sendo que uma delas é portadora de necessidades especiais (a mais velha, com 27 anos), e o mais novo tem 15 anos. Apenas a menina de 22 anos é que ajuda L. nos afazeres da casa e do quintal/horta. Esta filha é namorada do

presidente da APROAPI, o que garante muito envolvimento de L. com as questões da Associação. Os demais filhos trabalham fora, com prestação de serviços esporádicos para situações locais.

L. é muito conhecida na comunidade por administrar sozinha o retiro leiteiro, chega a tirar mais de 130 litros de leite por dia e fazer a manutenção das pastagens, com pouca ajuda do filho mais novo, pois o mesmo frequenta a escola básica na parte da manhã.

Eu busco novilha no pasto, eu curo gado, eu faço tudo, laço ela e marro ela no pau. Tinha uma novilha pegadeira aqui, o P. L. falou, tu não mansa esta novilha não. Manso, e mansei ela no pau. Brava, nossa senhora, mas boa de leite. [...] trabalhar pra você é melhor do que trabalhar pros outros. Eu trabalhava dentro do salário do meu marido, eu e todos meus filhos, nós fazíamos o da casa e de fora, aqui não, pode ser mais apertado no caso, mas agente tá no que é nosso [...] Entre trabalhar de graça pro outro e trabalhar de graça pra você, é melhor pra você (risos).

Além da dedicação ao curral, sua casa possui um belo quintal, muito florido, e uma boa horta. No primeiro dia que fui entrevistá-la, ela quis me dar um frango vivo, mas, por não saber abri-lo, recusei. Ela não acreditou que uma “menina” da roça como eu não saberia abrir um frango. Também me deu muito quiabo para levar. Das entrevistadas, foi a que mais teve mobilidade social e, segundo informações de pessoas da comunidade, sua família possui “segurança financeira”.

A quinta entrevistada foi Eg., filha de B., até então a mais jovem de todas, com 34 anos de idade. Ela mora perto de L., no município de Juiz de Fora, mas próximo ao limite com Lima Duarte, pois o riacho local divide o povoado entre os municípios. Tem três filhas, uma de quase 14 anos, uma de 8 e outra com apenas 5 anos de idade. Também não conseguiu concluir os estudos básicos, embora continue estudando no município de Lima Duarte. Diferencia-se das demais entrevistadas por ter morado em Juiz de Fora durante sete anos e trabalhado lá como empregada doméstica em uma casa de família. Após casar, retornou para o meio rural. Atualmente, eles possuem por volta de 5 alqueires de terra e alugam mais 7 da vizinhança (do pai de seu marido).

Das entrevistadas, sua família é a que mais tira leite, por volta de 200 litros diários, e a única que utiliza ordenhadeira mecânica para fazê-lo. Trabalha no retiro junto do marido, mas também cuida dos afazeres domésticos, da horta, do quintal e das filhas. Ela sempre frequenta a cidade de Lima Duarte, ocasionalmente encontro com a mesma na rua; na última vez que fui a Pirapetinga de ônibus, tive a oportunidade de encontrá-la e conversarmos um pouco. Ela disse que vai à cidade toda semana, fazer compras para a casa, estudar e fazer academia. Observei que, de fato, ela estava cheia de sacolas.

A residência de Eg. possui TV por assinatura e celular rural, raridade na região, primeiro, pelo custo de instalação e manutenção do mesmo, e, segundo, pela péssima qualidade do sinal, além de possuírem um bom carro.

É bem ativa na vida escolar das filhas, indo às reuniões e até na Secretaria de Educação, principalmente da mais nova, porque, segundo ela, a escolinha já ameaçou fechar inúmeras vezes, no povoado de Orvalho em Lima Duarte. Também reclamou muito da hora que elas saem para a escola; chegam a levantar às cinco da manhã e retornar depois das 13 horas, em decorrência das “inúmeras voltas que o ônibus escolar faz.” Isso prejudica até mesmo a menina mais velha ajudá-la em casa.

Uma questão que me chamou atenção ali foi a possibilidade de Eg. poder consultar tanto no Posto de Saúde local da Pirapetinga Norte quanto no Posto de Saúde do arraial de Orvalho, o que, segundo ela, “facilita o acesso a especialidades na hora de uma doença grave.” Disse que a melhor coisa que fez para sua vida foi ter saído da cidade: “não me arrependo em nada, aqui eu sou feliz de fato.” Questionei se viver no campo era mais pesado do que viver na cidade, ainda mais trabalhando no setor doméstico; ela disse: “que nada, aqui é muito mais fácil, bicho entende melhor a gente e aqui temos nosso horário.”

A sexta entrevistada foi A., residente ali nas proximidades. Ela é a única entrevistada a não possui propriedade. Desde que conheço sua família, eles vivem do regime de colonato. Já mudaram para o Arraial de Orvalho, em Lima Duarte, e mexeram alguns anos com um bar local. Entretanto, nos últimos cinco anos, voltaram para a Pirapetinga e cuidam de um pequeno granjeamento de 1,5 alqueires, ao redor da estrada de acesso a Santa Bárbara do Monte Verde, a 7 km da BR 267.

A. tem 50 anos de idade e teve seis filhos, apenas o de 12 anos mora com ela. Dois se casaram com moradoras locais e moram perto dela, um deles trabalha com o conserto de roçadeiras e instrumentos mecânicos utilizados pelo pessoal da região. Os demais foram para os centros urbanos (duas filhas residem em Juiz de Fora), e um rapaz mora com a família em Porto Alegre.

Quando a entrevistei, ela tinha voltado de viagem de lá, inclusive eu havia encontrado com a mesma no ônibus interurbano de Juiz de Fora para Lima Duarte e aproveitei para agendar a entrevista. Segundo ela, “lá é lindo, perde de vista, só vê baixada, lá não existe morro.” Se um dia ela tivesse que ir embora para a cidade, ela só iria para Porto Alegre,

Deus me livre de Juiz de Fora, lá é muito desorganizado que nem o Rio. Porto Alegre é muito diferente do Rio, de Juiz de Fora, lá é tranquilo, Rio é aquele movimento intenso, horrível, Porto Alegre tem ônibus, é boa de se andar, igual hoje se deixar eu no Aeroporto lá eu vou tranquilo lá onde meu filho mora, é muito organizado os ônibus, não é uma cidade corrida, apesar de ser capital, entendeu?

Seu marido é conhecido como um dos melhores carpinteiros da região, passou anos se dedicando à vida de pedreiro. No entanto, em decorrência de um problema de coluna, trabalha

ocasionalmente com isso, dedicando-se a cuidar da granja em que vivem e a tirar menos de 50 litros de leite.

A. complementa a renda familiar limpando a casa dos donos da granja, faz duas faxinas semanais, e, às vezes, nos fins de semana, auxilia na cozinha deles, ganhando em torno de 400 reais informalmente. Além disso, ajuda no curral, assumindo o mesmo quando o marido tem outro “bico”, e mantém uma boa horta/quintal, vendendo o excedente, como ovos e galinhas.

É a que mais frequenta as diversas cidades envoltas. Disse que, apesar de morar no município de Lima Duarte, ainda vota em Santa Bárbara e lá vai mensalmente visitar parentes. Também recorre a Juiz de Fora para o tratamento de saúde do esposo e do filho mais novo, pois, segundo a entrevistada, a qualidade dos serviços é melhor do que da cidade de Lima Duarte: “ali em Juiz de Fora fica mais fácil de encaminhar para Belo Horizonte.”

A sétima entrevistada, também moradora do povoado da Pirapetinga, é R., irmã de A. Ela mora no município de Juiz de Fora, próximo à estrada de acesso a Torreões. Com 47 anos, possui apenas uma filha, de 18 anos, e esta já tem uma menina de quatro anos de idade, mais criada e cuidada pela avó do que pela própria mãe. R. é casada com um grande alveneiro há 22 anos, construtor de fogões à lenha na região, cuja origem familiar provém de Ubá.

Apesar de ter nascido e sido criada na Pirapetinga, passou alguns anos morando na cidade de Juiz de Fora e, somente há 13 anos, reside no atual sítio. Sua propriedade é bem pequena, apenas 2 alqueires e meio, herdada dos pais, alugando outra parte de vizinhos. Sua família tira a principal renda da venda do leite para a Associação para a qual as demais entrevistadas também vendem. Durante muito tempo, produzia verduras e compotas para serem vendidas no Cachoeira Bar. Assim como A., possui um excelente pomar com diversidade de frutas, várias espécies de aves (patos, perus, galinhas), além de muitos porcos. Ao longo da entrevista, ofereceu-me uma goiabada feita por ela de frutas do próprio pomar. Ajuda no retiro leiteiro e, por um longo tempo, assumiu a frente do mesmo, quando o esposo sofreu um acidente de moto e fraturou uma vértebra da coluna. O marido, atualmente, tem um benefício social e não trabalha mais com as construções de fogões à lenha.

A maior reclamação de R. foi referente ao transporte escolar para a filha. Segundo ela, por muito tempo, eles tinham que levar a menina à noite de carro em Torreões, gerando um custo muito alto para ela estudar, ainda mais com um bebê pequeno a ser criado. Durante a entrevista, meu esposo e meu pai foram juntos e ficaram surpreendidos com a beleza da casa deles, principalmente pela quantidade de pisos e por ter até banheira de hidromassagem, meu pai disse que parecia “casa de rico” da cidade.

Observamos que, no primeiro grupo de entrevistadas residentes no povoado de Pirapetinga, há um predomínio da produção leiteira como fonte de renda familiar, mas há também uma

presença forte da agricultura familiar como fonte de alimentação e mesmo de renda excedente para as famílias. Existem poucas políticas voltadas para o campo desenvolvidas pelos municípios assim como uma presença circunstancial da EMATER e outros órgãos governamentais. Meu pai afirmou que eles costumam se apresentar nas reuniões da Associação, e inclusive a Prefeitura de Lima Duarte, através da Secretaria de Agricultura, e já ofereceram comprar verduras, frutas e outros produtos para a merenda escolar. No entanto, não houve interesse dos associados em investir no setor. Além do mais, a EMATER de Santa Bárbara vez ou outra se apresenta para instruir sobre vacinação e convidar para cursos. A presença mais forte é do Sindicato Rural de Lima Duarte, principalmente no que tange à parte burocrática, como documentação da terra, pagamento de impostos e ajuda nos tramites de aposentadoria ou de algum auxílio.

### 3. APONTAMENTOS FINAIS

A localização territorial das entrevistadas foi muito importante para compreendermos as estratégias adotadas pelas mesmas na manutenção econômica de suas vidas no ambiente rural. Isso porque o fato de residirem nas proximidades entre municípios permite mais acesso tanto a bens públicos quanto a oportunidades de venda dos seus produtos e mesmo de trabalho e abastecimento da casa. Pode-se dizer, então, que, diante dessa *nova ruralidade*, o debate em torno do território assim como outros conceitos correlatos – como territorialidade e territorialização – assumem importância imprescindível na relação entre o espaço urbano e rural, além de influir diretamente na economia da família; “[...] os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isso não é possível o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado” (RATZEL, 1983, p. 74).

Ou seja, é importante notar que o fato delas residirem bem próximas a limites municipais acrescenta um grande valor à análise desse ambiente rural, pois o acesso tanto ao setor privado quanto ao público dos referidos municípios é capaz de agregar diversos significados e configurações na organização familiar e nos implementos das unidades produtivas – a exemplo dos cursos/capacitações oferecidos pelo SENAR e Sindicatos Rurais, além da presença da EMATER e de Projetos das Secretarias de Agricultura desses municípios.

Observa-se que, apesar delas residirem no meio rural, não há uma dicotomia entre tal espaço e o urbano, ambos se complementam na vida das mesmas. A facilidade de acesso ao meio urbano, em decorrência do fato de morarem entre limites de municípios e a presença de transporte público periódico nesse meio, permite às mesmas estarem em contato direto com o urbano, seja por meio da aquisição de mídias, tais como televisão por assinatura, rede de internet e telefone celular; seja por meio das capacitações oferecidas pelos órgãos públicos municipais ou estaduais, como a EMATER/Embrapa; ou pelo envolvimento com questões sociais, como nos Conselhos de Saúde e Conselhos Escolares de seus filhos. Também acessam constantemente o espaço urbano para levarem o excedente de produção para venda, receberem o pagamento referente à produção leiteira e realizarem a compra mensal da casa.

Além das mudanças e transformações na redefinição do que seja o rural, muito tem se falado num processo de revitalização dos espaços rurais, ou seja, aos espaços rurais têm sido associadas visões sobre a diversidade e diversificação da economia de uma determinada região, a inserção de atividades não agrícolas, pela valorização dos seus atributos e potencialidades locais referentes ao seu entorno físico, sociocultural e a vinculação de sua população ao manejo dos recursos naturais, favorecendo e conformando dinâmicas territoriais específicas (ABRAMOVAY apud LAUBSTEIN, 2011, p. 94).

Além das entrevistas feitas com as mulheres, conversas informais foram realizadas com habitantes daqueles locais e seus familiares. Nota-se um esforço contínuo dessas mulheres nas atividades diárias do campo, atividades inclusive feitas na maioria das vezes por homens naquele território, a exemplo da ordenha do leite e da manutenção do rebanho de gado. Tal fato gerava estranhamento aos demais habitantes dali e, ao mesmo tempo, um tipo de respeito e admiração; ouviam-se expressões do tipo: “elas são cabras machos” ou “para aquela ali não tem pano pra manga não.”

Embora, na atualidade, as mulheres da pesquisa participem de outras estruturas organizativas, como os sindicatos rurais e as associações comunitárias e de produção, o papel de suas antepassadas ao longo da história foi mais evidente naqueles espaços de domínio privado, como os da religião, da família, do doméstico e da vizinhança. Por outro lado, assumir a frente de atividades agrícolas, desde o plantio, manutenção e distribuição/vendas dos produtos, paralelo à participação/filiação a associações/cooperativas, possibilita às mesmas ocuparem boa parte de seu tempo com aspectos administrativos e econômicos.

Cabe dizer que tal protagonismo só é possível ao trabalho coletivo realizado pelo núcleo familiar. A maioria das entrevistadas ainda tinha em suas casas a presença de filhos(as), ou pelo menos boa parte dos filhos, que mesmo casados, ainda moravam nas proximidades. Também se destacam por serem mulheres de origem familiar mais humilde, que passaram parte da juventude no sistema de colonato, transitando entre propriedades rurais dali ou entre postos de trabalhos precários e, na medida em que se casaram, junto com os maridos e filhos, conseguiram adquirir uma pequena propriedade e tirar de lá o sustento da família e mesmo uma renda fixa. Visualizamos, neste caso, um grupo de mulheres rurais em que a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, produzindo prioritariamente leite para os laticínios e agregando a isto a agricultura para sua subsistência e outras atividades não agrícolas como complementação de renda: turismo rural, diarista, entre outros.<sup>19</sup>

A significativa participação e atuação de algumas mulheres dessa região nas atividades rurais, desde a ordenha de vacas até o plantio da lavoura e manutenção/colheita da mesma, é reveladora da capacidade e da dedicação pelo campo. Indica ainda a não submissão à mera condição de papéis históricos e culturais impostos a elas, a saber, o patriarcalismo e o machismo, fortes no meio rural. Assim, acompanhar o cotidiano de trabalho, a superação e reinvenção dessas

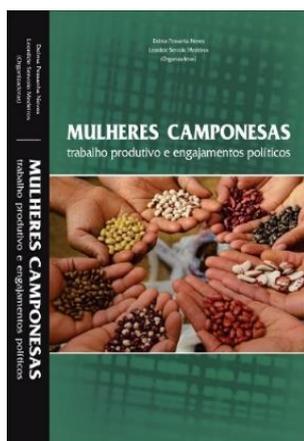
---

<sup>19</sup>Para Graziano da Silva (1997, p. 43), a modernização do campo criou jornadas de trabalho com tempo parcial ou em rotatividade, abrindo espaço à pluriatividade desses trabalhadores e suas famílias, o que configura um novo rural. Soma-se a isto o sistema de crédito rural, a melhoria de infraestrutura e a formação de cooperativas, em que a pluriatividade também pode ser vista como uma estratégia de não fragmentação da propriedade, pois permite a diversificação das atividades rentáveis do negócio.

mulheres, somada a inúmeras experiências sociais, políticas e econômicas que elas têm buscado, tornou-se um ponto de partida interessante para se pensar a sociedade rural, suas novas formas de organização e, claro, as estratégias adotadas para permanecerem no ambiente rural.

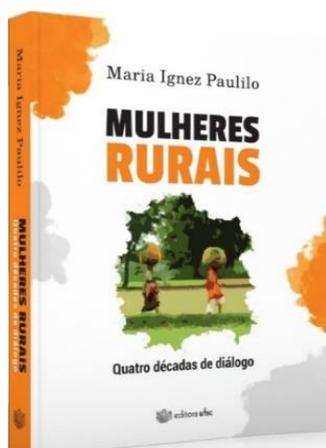
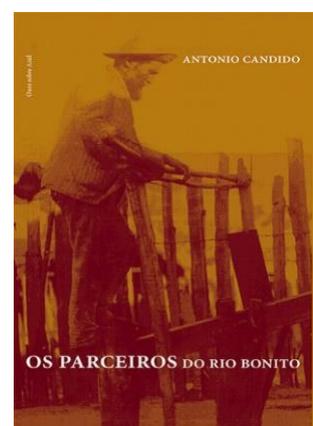
Portanto, ao questionar o caráter de complementariedade inicialmente atribuído ao trabalho das mulheres no campo, revelo, ainda que brevemente, com as entrevistas realizadas, uma nova forma de organização de trabalho, de vida e de superação no ambiente rural, rompendo as barreiras de segregação, estigma e preconceito que sempre circunscreveram o sexo feminino nesse espaço. A pesquisa, até o momento, revela as experiências particulares locais, o acesso a terra e a extração de subsistência material e monetária da mesma, a valorização do trabalho e do espaço de sociabilidade entre elas, apontando que as mulheres podem ter papéis centrais como embriões e mesmo mentoras de experiências produtivas.

## SUGESTÕES DE LIVROS



*Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político.* Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). Editora Alternativa, 2013. A obra aborda a dicotomia entre a noção de trabalho produtivo e improdutivo dentro da visão marxista e aponta para as novas relações e papéis que as mulheres vêm exercendo no campo, passando de coadjuvante a protagonista dentro de seu universo social, empoderando-se através de movimentos femininos, sendo capazes de transpor a antiga submissão marido/mulher.

*Os parceiros do Rio Bonito.* Antônio Cândido. Editora Ouro Sobre Azul, 11ª edição, 2010. Os parceiros do Rio Bonito, de Antônio Cândido, é um estudo sobre o caipira paulista ao longo da década de 1950. Analisa as relações entre literatura e sociedade e partiu de uma pesquisa sobre poesia, canto e cultura do Cururu, um dos ritmos tradicionais da região. Através de entrevistas e observações em campo, visa descrever um processo e uma realidade humana, característicos do fenômeno geral de urbanização no estado de São Paulo.



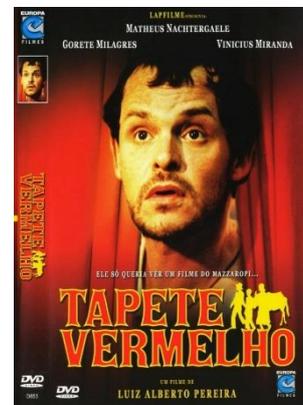
*Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo.* Maria Ignez Paulilo. Editora UFSC, 1ª edição, 2016. Além de um retrato da “mulher rural”, como indica o título, pode-se dizer que a autora apresenta também um diagnóstico da vida no campo ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990, 2000. Ao voltar-se para as mulheres, Maria Ignez revela a situação dos trabalhadores rurais como um todo. Sua obra, assim como todo o período que dedicou à pesquisa – e segue dedicando –, materializa-se como uma grande contribuição à Sociologia Rural e aos estudos feministas.

## SUGESTÕES DE FILMES



**A Marvada Carne.** Comédia. Direção de André Klotzel. 77 min. 1985. Filme de André Klotzel, *A Marvada Carne*, claramente influenciado pela literatura de Cornélio Pires e Antonio Cândido, apresenta o universo caipira em contraponto à literatura de Monteiro Lobato e Mazzaropi, que definiria o caipira brasileiro por décadas. Nhô Quim sai em busca do seu sonho, comer carne de boi, e Carula deseja realizar o seu, arranjar um bom marido, tudo isso tendo, com muito humor, as peculiaridades da cultura caipira como cenário. É um tratado sobre as mudanças ocorridas no país nas últimas décadas.

**Tapete vermelho.** Comédia. Direção de Luis Alberto Pereira. 100 min. 2007. Tapete Vermelho, de Luiz Alberto M. Pereira, ilustra as mudanças ocorridas em parte da sociedade brasileira no século XX. Através da jornada do personagem Quinzinho, que quer levar seu filho no cinema para assistir ao Mazzaropi, o filme aborda a oposição do moderno e do arcaico, do urbano e do rural de modo simples e bem humorado.



## SUGESTÕES DIGITAIS

**SENAR:** <http://www.faemg.org.br/Senar>.

**EMBRAPA:** <https://www.embrapa.br/>.

**EMATER:** <http://www.emater.mg.gov.br/>.

**MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS:** <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. Disponível em:

[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0702.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf). Acesso em: abr. 2017.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), p. 871-883. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

LAUBSTEIN, Fernanda C. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. *Revista Aurora*, Ano V, n. 8, ago. 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1277/1146>. Acesso em: abr. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*. v. 15, n. 43, São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004). Acesso em: abr. 2017.

MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida Severina e outros poemas para vozes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MOREIRA, Roberto. *Projeto de Pesquisa: Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

[http://r1.ufrjr.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos\\_pesquisa/46\\_ARQ.pdf](http://r1.ufrjr.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_pesquisa/46_ARQ.pdf).

NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilce Servolo (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, Brasília, 2014. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004). Acesso em: fev. 2017.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2014, p. 390-405.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>. Acesso em: abr. 2017.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.7, n. 1, 1997, p. 43-81. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf). Acesso em: abr. 2017.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedades e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, 2000, p. 87-146.

# CAPÍTULO 4



## A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GREVE GERAL DE 1924 EM JUIZ DE FORA

*Lucimara Alves Dornella de Oliveira* <sup>20</sup>

### ESTRUTURA DIDÁTICA

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Médio	Segundo e Terceiro Ano	Movimentos Sociais no Brasil século XIX; Revolução Industrial; Movimento Operário no Brasil; Voto Feminino.
Ensino Superior	Primeiros Períodos / Ciências Humanas/ Política e Economia	Movimentos sociais no século XIX: abordar as condições de trabalho no período pós-escravidão; Organização das lutas, mobilizações nas cidades, destacar as lutas feministas pelo direito ao voto, e as desigualdades entre homens e mulheres com relação aos salários e oportunidades no mercado de trabalho; Abordar a participação das mulheres no movimento operário, nas greves, como mão de obra mais barata.

---

<sup>20</sup>Lucimara Alves Dornella de Oliveira é licenciada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora-CES (2012). Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas Gênero e Raça pela Universidade Federal de Viçosa (2015) e Educação Étnico-Raciais pelo Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira(PENESB) na Universidade Federal Fluminense (2015). É professora da rede particular de ensino desde 2013.

## OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Indicar os aspectos gerais do movimento operário no Brasil no período indicado;
- Compreender o empenho das mulheres operárias em busca de melhores condições de trabalho e igualdade, em uma sociedade hierárquica e excludente;
- Analisar a atitude importante dessas operárias na iniciativa da greve de 1924, conforme noticiado pelos jornais da época: *Diário Mercantil* e *O Proletário*;
- Entender as dificuldades enfrentadas pelas operárias no ambiente laboral, como as longas cargas horárias, as várias funções exercidas por elas nos meios de produção, baixa remuneração, assédios e violência sexual;

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a força de trabalho feminina e a participação das mulheres no movimento grevista no setor têxtil na década de 1920 na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, especialmente na greve de 1924, que sinalizou a força dos operários inspirados na experiência das greves anteriores, momento em que lutaram com o objetivo de conquistarem melhores condições de trabalho e aumento salarial. A presença feminina no movimento grevista foi destaque nos noticiários de alguns jornais, como o *Diário Mercantil*, nosso principal meio de informação dessa pesquisa, *O Proletário*, a *Gazeta Comercial* e *O Lince*, jornais que acompanharam o cotidiano dos períodos de greves na cidade (ANDRADE, 1987, p. 132).

A força de trabalho feminina foi emblemática principalmente no período mencionado, pois se tratava de uma mão de obra de baixa remuneração. As operárias se depararam também com outros problemas, a exemplo de casos de assédio e violência sexual, praticados pelos encarregados ou contramestres no cotidiano laboral. Tais condições precárias tornaram-se fatores primordiais para a participação das mulheres no movimento operário (NEDER, 2010, p. 76).

O estudo é relevante na medida em que é necessário compreender os principais acontecimentos do período em foco, como a atuação das mulheres operárias na luta pela participação política e na inserção com igualdade de direitos no mercado de trabalho. Segundo Scott, “[...] o feminismo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência de desigualdade” (1991, p. 69). A compreensão das principais características do movimento operário no Brasil amplia o escopo analítico da participação das mulheres nas greves. As mobilizações sociais que envolvem emblematicamente patrões e empregados em questões sociais encontram na classe operária encorajamento na busca de melhores condições de vida.

Conforme Soihet (2000), o movimento feminista, somado ao movimento operário no Brasil, constituiu-se em fator histórico de extrema importância para a compreensão da emancipação política das mulheres. Já Odorisio contribui para o debate ao considerar esta marcha em busca pela emancipação “um movimento para obter a igualdade jurídica (voto, instrução, profissões liberais) e a igualdade de gênero” (2003, p. 489).

Ao se tratar das lutas desempenhadas pelo movimento feminista e suas fases no Brasil, Scott relaciona a mulher trabalhadora e sua inserção na historiografia a partir do século XIX, compreendendo que elas realizavam diferentes tarefas para o sustento da família: “[...] como fiandeira, costureira, ourives, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de rendas, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América” (1991, p. 443).

Para que essas mulheres fossem reconhecidas através de sua atuação em movimentos sociais, políticos e culturais na História foram importantes as pesquisas desenvolvidas pelos historiadores e pesquisadores sobre a história das mulheres. Dessa forma, conseguiram um espaço compreendido no campo da História Social, ligado à história que estuda os movimentos sociais, como a história dos excluídos: operários, mulheres, camponeses (SOIHET, 1997, p. 283).

No primeiro capítulo, verifica-se a abordagem do movimento operário em Juiz de Fora. No segundo capítulo, menciona-se, de forma sucinta, o período de 1912 a 1924 com a temática das greves na cidade. E, no terceiro e no último capítulo, aborda-se a greve geral de 1924 com a participação das mulheres iniciando a greve de 1924 em Juiz de Fora.

## 2. MOBILIZAÇÃO DOS PROLETÁRIOS EM JUIZ DE FORA

Ao estudar o movimento operário, é necessário entender como ele se formou, quais doutrinas ou correntes ideológicas seguiu e seus objetivos:

Por movimento operário se entende o conjunto dos fatos políticos e organizacionais relacionados com a vida política, ideológica e social da classe operária ou, mais em geral, do mundo do trabalho. Tem como primeira condição a subsistência de um proletariado industrial, isto é, de um conjunto de homens que baseiam sua existência econômica no trabalho assalariado, estando privados da posse dos meios de produção, em oposição aos quais se encontram os detentores desses meios, isto é, o capital (BRAVO, 1998, p. 781).

A conjuntura do movimento operário brasileiro e seu fortalecimento, com o início das lutas trabalhistas decorrentes de um dificultoso processo de transição, de um “passado escravista” que assinalou fortemente a sociedade para um processo de trabalho assalariado, acarretou, ao longo da Primeira República, em inúmeras greves e paralisações em diferentes setores das indústrias, algumas de âmbito local, outras de âmbito nacional, que marcaram o auge do movimento operário (NEDER, 2002, p. 24-25).

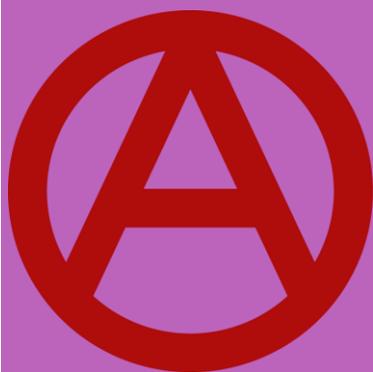
De acordo com Thompson, os resultados das experiências vividas pelos grupos em comum fortalecem a união para a formação da classe diante dos mecanismos de poderes impostos para manter a ordem social. “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais” (1987, p. 10).

O movimento operário brasileiro contou com a influência de diferentes correntes ideológicas no proletariado do Brasil, através dos militantes que atuaram em meio aos trabalhadores para conscientizá-los através das lutas para conquistarem seus direitos. Os militantes se diferenciavam em “anarquistas que se dividiram posteriormente em anarco sindicalistas, socialistas e comunistas”, todos em busca de melhores condições sociais e de trabalho (DULLES, 1977, p. 44-45).

O movimento operário se desenvolveu ao longo da Primeira República com inúmeras greves e paralisações em diferentes setores. As reivindicações eram, principalmente, quanto à redução da carga horária de trabalho para 8 horas, antes em torno de 10h, 14h, chegando até 16h diárias em algumas fábricas. Além disso, os proletários trabalhavam domingos e feriados, fora os serões, tarefas realizadas à noite, depois do horário de trabalho, que envolviam mulheres e também crianças (DUTRA, 1988, p. 50-51).

## PARA SABER MAIS:

### Algumas correntes ideológicas presentes no movimento operário brasileiro.



**Anarquismo:** “[...] libertação de todo poder superior; de ordem ideológica (religião, doutrina, políticas); da ordem política; da ordem econômica, fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até de ordem jurídica (a lei). A estes motivos se junta o impulso geral para a liberdade [...]. Precizados os termos, por anarquismo se entende o movimento que atribui, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e de tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos da natureza, da "opinião", do "senso comum" e da vontade da comunidade geral – aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento, por um ato livre de vontade” (GIAN MAJUO BRAVO, p. 203).

**Socialismo e Comunismo:** Em geral, o socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base das múltiplas variantes do socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca numa organização social.



Discutidos através das Internacionais, e das diferentes teorias e doutrinas de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin, entre outras, o socialismo ganhou diferentes vertentes. Mas, na década de 1840, as palavras "comunismo" e "socialismo" acabaram, pelo menos em parte, por indicar variações diversas do movimento que denunciava as condições dos operários no desenvolvimento da sociedade industrial, opunha-se ao liberalismo político e econômico e ao individualismo, apresentava um projeto de uma reconstrução da sociedade em bases comunitárias e promovia formas associativas de vários gêneros (sindicais, políticas, experiências cooperativistas e comunitárias) para realizar as novas ideias (CESARE PIANCIOLA, p. 1196-1197).



*Sindicalismo*: pode ser definido como "ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho" (ALLEN, 1968, p. 1). Mas é difícil ir além dessa definição abstrata e indeterminada, porque o sindicalismo é um fenômeno complexo e contraditório. Ele nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista e constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduz-se em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que frequentemente entram em choque com elas. Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, no entanto canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade (MARINO REGINI, p. 1150).

Fonte: [https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario\\_de\\_politica.pdf](https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/dicionario_de_politica.pdf).  
Adaptado pela autora

Na década de 1920, período estudado para esta pesquisa, os operários brasileiros enfrentaram dificuldades – baixos salários, longas jornadas de trabalho, altos preços dos gêneros agrícolas e alugueis –, reflexo da instabilidade política pela qual o país passava, além de repressão e violência:

O governo Arthur Bernardes (1922-1926) foi marcado por uma intensa repressão ao movimento operário, principalmente aos anarquistas, seguida de prisões e deportações em massa. Boa parte de seu governo foi conduzido sob estado de sítio e marcado por insurreições tenentistas em 1922 e 1924, abrindo precedentes para a intensificação da repressão policial às manifestações políticas e sociais (ALMEIDA, 2005, p. 153).

É nessa conjuntura que abordamos a mobilização dos operários na cidade de Juiz de Fora, conhecida como “Manchester Mineira”, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais. A cidade destacou-se devido o seu forte potencial na produção de café no início do século XIX, impulsionando, posteriormente, um crescimento urbano e industrial vigoroso, somado aos investimentos de grandes pioneiros, como as iniciativas dos projetos de Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), responsável pela construção da Estrada de Ferro Pedro II e a Companhia União e Indústria, dentre outros projetos. Incentivou também o uso da mão de obra de imigrantes, que contribuiu, de certa forma, para as diferentes correntes ideológicas que circularam no movimento operário juiz-forano, marcando o desenvolvimento industrial na cidade (ALMEIDA, 2005, p. 32). Outro investidor importante foi Bernardo Mascarenhas (1847-1899). Ele desenvolveu projetos a exemplo da Companhia Mineira de Eletricidade e fundou a Companhia Têxtil Bernardo

Mascarenhas, ações que permitiram a modernização da cidade (ALMEIDA, 2005 apud CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira, 1994, p. 70-78).

Com o processo de industrialização de Juiz de Fora, as mulheres trabalhadoras buscavam melhores condições de trabalho, na difícil luta diária dessas operárias como demonstra a pesquisa realizada por Carolina Barbosa Neder (2010) em sua dissertação de mestrado: *Memórias que não se apagam: o cotidiano de lutas operárias na Manchester Mineira (1890-1954)*. A pesquisadora resgatou, por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e metodologia de história oral, através de depoimentos concedidos por ex-operárias das fábricas têxteis, a rotina do cotidiano laboral das mesmas. As entrevistadas relataram as dificuldades no ambiente de trabalho e na responsabilidade de proverem o lar.

A divisão de trabalho demonstrou não ser apenas um fator social, mas principalmente econômico. Isso porque o uso de mão de obra feminina, de acordo com Scott, era mais barato para os empregadores:

[...] Quer nos têxteis, calçado, costura, ou impressão, quer associado com a mecanização, a dispersão da produção ou a racionalização dos processos de trabalho, o facto de contratarem mulheres significava que os empregadores tinham decidido poupar nos custos de trabalho (1991, p. 453).

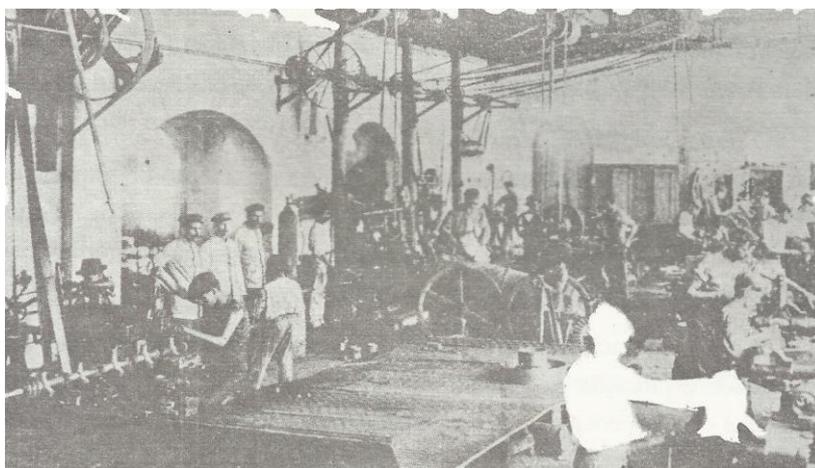
Dessa forma, tornou-se economicamente viável ter a mulher como força de trabalho em muitos setores, já que o uso dessa mão de obra era pertinente pelo fato de não exigir qualificação profissional e ser mais adequada a certos tipos de trabalho, principalmente nas fábricas têxteis. Como demonstra Neder (2010 apud GIROLETTI, 1991, p. 37), “[...] as moças que trabalhavam em nossas fábricas têxteis eram fiandeiras e tecelãs, funções que, apesar de importantes no interior do processo produtivo, não exigiam qualquer qualificação”.

Conforme Neder (2010), em Juiz de Fora, a indústria têxtil, em grande parte, não exigia qualificação profissional e utilizava como mão de obra principal as mulheres e as crianças, empregadas nas fábricas por baixos salários. Os depoimentos das ex-operárias relatam as dificuldades: D. Celma<sup>21</sup> relatou o salário que recebia: “Ah, era mixaria!”; assim como descreveu D. Anita<sup>1</sup>:

O salário? Era o que a gente produzia, era por meta, é por produção. Se o fio era bom, rendia, mas se o fio era um fio que arrebatava até no olhar pra ele... Nossa Senhora, não podia nem piscar o olho, que se rebentasse um fio rebentava tudo, porque rebentava um fio, embolava, aí a lançadeira vinha e cortava tudo. Aí, ganhava menos e passava, às vezes, o dia inteiro fazendo aqueles fios (NEDER, 2010, p. 46).

---

Depoimento cedido por: <sup>21</sup>D. Celma, ex-operária da Fábrica de Estojos para Jóias Maletti, e D. Anita, ex-operária da Companhia de Fiação e Tecelagem Santa Rosa.



*Fábrica Otto e irmãos – Álbum Albino Esteves*

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Juiz de Fora: vivendo a História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF / Editora da UFJF, 1994.

Além dos baixos salários, as mulheres também sofriam com os casos de violência e assédio sexual que ocorriam principalmente nas fábricas têxteis. Alguns jornais traziam notícias devido à repercussão de determinados casos na justiça, em processos que envolviam assédio sexual, estupro e defloramento.

Andrade (1987, p. 135 apud *O PROLETÁRIO*, 24/10/1920 p. 3) cita a denúncia feita ao jornal *O Proletário* quanto ao comportamento de mestres que não respeitavam as operárias. Intitulado “*Pedindo um corretivo*”, o texto diz que “As duas reclamações se dirigem ao mestre da Fábrica Sarmiento: um Sebastião Martins de Souza insultou e agrediu a operária Helena Barbieri; outro, Carlos Karim, seduziu e desonrou uma menor operária”. Os referidos problemas, baixa remuneração, exploração e violência, fizeram com que essas operárias participassem das greves entre 1912 e 1924 em busca de respeito e igualdade na sociedade.

### 3. ASCENSÃO DA CLASSE PROLETÁRIA DE JUIZ DE FORA NO PERÍODO DE 1912 A 1924

A cidade de Juiz de Fora contou com diferentes indústrias, fábricas e oficinas de distintos portes, nos ramos de alimentação e de bebida, metalurgia, couros e peles, e indústrias gráficas. Mas o setor têxtil é o que apresentou mais desenvolvimento, seguido de outros setores industriais que evoluíram durante a década de 1920, como no caso dos setores químicos e de transporte. Durante o processo de industrialização de Juiz de Fora, foram recorrentes as greves de âmbito local no período de 1912 a 1924, provenientes das dificuldades do proletariado juiz-forano (DUTRA, 1988, p. 48). Com base em suas reivindicações e conquistas, focaremos na participação das mulheres no movimento grevista de 1924, objeto desta pesquisa.

Com o impulso industrial de Juiz de Fora e o contingente de proletários, era preciso impor regras para garantir que os trabalhadores fossem submetidos a um regime de emprego extenuante, como forma de disciplinar seu comportamento dentro do ambiente laboral e também na sociedade. Para administrar os proletários, a burguesia empresarial juiz-forana empenhava-se na manutenção da ordem hierárquica vigente e contava com o apoio das autoridades policiais e do poder público local (OLIVEIRA, 2010, p. 193).

Dutra (1988) explicou em sua pesquisa que as condições de trabalho dos operários de Juiz de Fora eram precárias, devido aos baixos salários que recebiam atreladas a outras dificuldades, como a carestia de gêneros alimentícios e as péssimas habitações em que viviam. O cotidiano dessa classe proletária não era favorável para homens, mulheres e crianças, explorados e submetidos a longas jornadas de trabalho.

As condições de trabalho nas indústrias de Juiz de Fora não eram boas. Os operários enfrentavam horas de trabalho excessivas (10, 12, 14 horas diárias), eram obrigados a fazer serões semanalmente e a trabalhar aos domingos alternadamente. As condições de higiene em várias fábricas eram péssimas, não havendo nenhuma regulamentação quanto ao trabalho de menores e das mulheres que representavam um expressivo contingente (DUTRA, 1988, p. 50).



*Fábrica Pantaleoni Arcuri – Acervo Pantaleoni Arcuri – Museu Mariano Procópio*

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Juiz de Fora: vivendo a História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF / Editora da UFJF, 1994.

As condições insalubres a que eram submetidos junto às mobilizações em outros locais, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, cooperaram para a organização e participação no movimento operário, com a realização de greves e paralisações. A imprensa local – *Diário Mercantil* e a *Gazeta Comercial* – divulgou dentre outras manchetes como “*movimento grevista ou parede de operários*” em Juiz de Fora as mobilizações que ocorreram no período entre 1912, 1920 e 1924, que tinham como foco melhores condições sociais e econômicas (ANDRADE, 1987, p. 144).

Durante o movimento operário, na greve de 1912, algumas fábricas funcionaram com poucos trabalhadores. Em meio às mobilizações, surgiram casos de violência, como “A morte do operário: Juvenal Guimarães no dia 21/8/1912 (funcionário da Cia. Singer)” pela polícia, no sexto dia de greve. O fato gerou revolta nos operários e também na sociedade (ibid., p. 82). A greve continuou e, no décimo quarto dia, foi noticiada a paralisação das atividades em outras fábricas como a Fábrica de Juta, cujas operárias declararam greve reclamando aumento salarial e redução na extenuante carga horária de trabalho.

A força policial tentou acalmar os ânimos dos trabalhadores, que, aos poucos, retornavam às suas atividades nas fábricas (ibid., p. 89). Durante a greve, percebeu-se que os mais atuantes eram “os operários da construção civil, os tecelões e os sapateiros”, tendo como resultado:

[...] Em outubro uma Resolução Municipal proíbe o trabalho do menor após as 17 horas. Vitória difícil de verificar se foi colocada em prática, uma vez que delega à Diretoria de Higiene o seu cumprimento. Em suma, a principal reivindicação de – 8 horas de trabalho – não é, ainda, conquistada pelos operários (ANDRADE, 1987, p. 96).

Mas nem todos os operários conseguiram benefícios na greve de 1912, resultando durante os anos de 1917 e 1918 em mais movimentações e paralisações entre os trabalhadores. Além disso, os empresários não estavam dispostos a perder o lucro, e os operários permaneciam exaltados com os casos de violência da polícia contra os trabalhadores (ibid., p. 107).

Em 1918 surgiu a Associação Beneficente Operária – (A.B.O.<sup>22</sup>), a princípio de “socorro mútuo”, em apoio aos operários de diferentes setores profissionais, para ajudá-los na negociação diante das intransigências dos empresários de vários setores em Juiz de Fora. Já na greve de 1920, a Associação Beneficente Operária passou a se chamar Federação Operária Mineira – F.O.M., alcançando um grande número de operários associados e efeito de entidade sindical profissional, com apoio aos operários nas negociações por melhores condições de trabalho durante a greve de 1920 e 1924. Nesse período, a F.O.M. transformou-se na maior instituição sindical da cidade (ANDRADE, 1987, p. 109).

A classe operária esteve disposta a reivindicar novamente direitos e melhores condições de vida, com relação à carga horária e a aumento salarial, em 1919, de acordo com Andrade (1987 p. 116). Houve uma tentativa de negociação entre os industriais reunidos na Câmara Municipal, órgão que exerceu funções importantes durante as negociações e conflitos diante das mobilizações.

Ao fazer uma análise geral da greve de 1920, muitos operários não chegaram a seus objetivos em algumas fábricas, como é o caso da “Cia de Usinas Nacionais, que ainda tentou impor as nove horas de trabalho”. Andrade (ibid., p. 128), em sua pesquisa sobre a greve de 1920, mencionou que a classe proletária ganhou força e conseguiu negociar “cara a cara” com os patrões, um avanço em relação à greve de 1912, com “uma experiência mobilizatória positiva”. O não cumprimento do acordo relacionado com as oito horas de trabalho e aos serões resultou na greve de 1924.

### **3.1. Greve de 1924: Mulheres Lutam pela Sobrevivência**

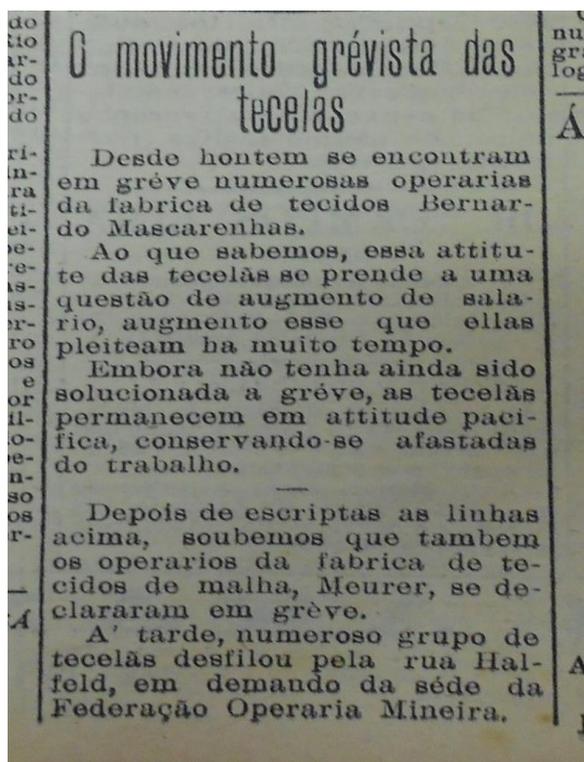
A situação da classe proletária é lastimável, as condições de desigualdade continuam e, em 1924, um grupo de operárias luta por melhores condições. Para Dutra (1988, p. 106), a situação precária da classe proletária juiz-forana propiciou, para a greve de 1924, a mobilização do setor têxtil, “[...] o tamanho dos estabelecimentos de fiação e tecelagem farão com que os têxteis se caracterizem pelo excelente nível de mobilização e um grau de solidariedade significativo”.

---

<sup>22</sup>Associação Operária Beneficente – A.B.O. (1918-1920) tinha 1.024 sócios, tendo como finalidade a proteção, a beneficência e defesa da classe operária. Entre os objetivos da associação está “a unificação dos operários da cidade e criação de um fundo de reserva”. Em 1919 uma nova diretoria é eleita e concretiza, em 1920, a transformação da A.B.O. em Federação Operária Mineira – F.M.O. (ANDRADE, 1987, p. 109). A mudança da A.B.O. para F.O.M. ocorre durante a greve de 1920. Mudaram os estatutos e tornou-se a “maior entidade sindical profissionalmente indiferenciada de todo o estado mineiro”, sendo, já em 1920, composta de 3.600 operários. Congregava profissionais de vários ofícios, incluindo os têxteis, construção civil, sapateiros, alfaiates, costureiras e demais operários da cidade (DUTRA, 1988, p. 72).

Quanto aos ajustes salariais, a classe proletária juiz-forana não levou vantagens quanto ao acréscimo, “aumento maior para quem ganha menos e menor para quem ganha mais”. Nas duas primeiras greves, de 1912 e 1920, houve uma consciência de luta maior, por melhores condições de trabalho dos proletários diante da batalha pela sobrevivência, que se transformou na greve de 1924. Também a conquista pela realização das feiras-livres, sendo a primeira realizada no dia 20 de julho daquele ano, para terem acesso a gêneros agrícolas com preços mais acessíveis, foi um benefício da greve de 1924 (ANDRADE, 1987, p. 157).

Em relação à participação das mulheres na referida greve geral, elas deram início ao movimento grevista com a paralisação divulgada pelo jornal *Diário Mercantil*. Ao decorrer da greve, conseguiram o apoio de outros setores e operários, uma vez que elas eram maioria da mão de obra empregada, sobretudo no setor têxtil, com remuneração irrisória. Não há indícios que a greve tenha sido organizada no interior da Federação Operária Mineira – F.O.M., e sim com as operárias da Fábrica Mascarenhas, que iniciam a paralisação por aumento salarial (tanto que, no primeiro dia, a imprensa local a denomina *Parede de Tecelãs*) (ANDRADE, 1987, p. 158).



*Diário Mercantil, O Movimento Grévista das Tecelas. 11 Jun. 1924. p. 2.*

A greve iniciada no dia 10 de junho de 1924 com o setor têxtil e, dessa vez, com as operárias, submetidas às longas jornadas de trabalho, a condições precárias de higiene nas fábricas e principalmente com baixa remuneração, fez com que elas decidissem paralisar suas atividades. Como argumentou Dutra (1988, p. 106), “o número de mulheres e de menores na força de trabalho

da categoria irão influir na capacidade de organização dos têxteis”, como noticiou o jornal *Diário Mercantil*.

A continuidade da greve, para Andrade (1987, p. 143), proporcionou a inclusão de outros setores, além dos trabalhadores de outras fábricas, mais uma vez destacando a participação de “moças” em busca de apoio de outros grevistas conforme noticiou o jornal *Diário Mercantil*<sup>23</sup>.

Química Industrial e Fabrica de Banhã Costa & Irmão.

**ADHESÃO DOS PEDREIROS**

Tambem os pedreiros, que ainda se conservavam no trabalho adheriram, em numerosa manilhes percorreram varias obras, concitando os operarios a abandonar o trabalho.

**OS GRÉVISTAS PERCORREM AS FABRICAS**

Em numeroso grupo, no qual se viam tambem moças e meninos, os grévistas percorreram hoje varias fabricas, no intuito de obter novas adhesões.

A's 2 horas da tarde estacionaram os mesmos em frente á fabrica de calçados denominada São João, sita á rua Marechal de Deodoro e de propriedade da firma Medeiros, Martins & Comp.

Depois de se entenderem com a gerencia do estabelecimento e obtida a promessa de adhesão dos respectivos operarios, seguiram os grévistas em demanda de outras fabricas.

Acompanhando o grupo, que se conservava em attitude ordeira, viam-se diversos soldados de policia e alguns agentes do corpo de segurança.

**NA FEDERAÇÃO OPERARIA**

Esteve hontem, á noite, muito movimentada a séde da Federação Operaria Mineira.

Afim de tratarem do movimento grévista, ali se reuniram numerosos operarios, tendo alguns delles usado da palavra e suggerido varias medidas de interesse da classe.

**GENERALIZA-SE A PARALYZAÇÃO DO TRABALHO**

auxiliar.

Por sua vez, o sr. dr. Menezes Filho, em exercicio do cargo de presidente da Camara, expediu identico telegramma.

**A REUNIÃO DE HOJE NA**  
na Federação Operaria Mineira.

Ao que nos informaram alguns operarios, um membro do Centro Cosmopolita justificará, na sessão de hoje, a seguinte proposta, a qual modificará a que foi apresentada hontem, aos industriaes, por meio de officio :

«Augmento proporcional de salarios e estabelecimento immediato de feiras-livres em Juiz de Fora».

**OS PADEIROS ADHERIRÃO AO MOVIMENTO?**

Espalhava-se hoje, á tarde, a noticia de que os operarios de padaria haviam adherido ao movimento grévista. Nada, entretanto, apurámos a respeito da veracidade do boato, si bem que elle circulasse insistentemente.



Depurando e tonificando  
**O SANGUE COM O**

*Diário Mercantil*, Os Grévistas Percorrem as fabricas. 13 Junho. 1924, p. 1

Dentre os operários que ate hontem permaneciam em seu posto de trabalho, adheriram aos grevistas os das fabricas seguintes:

<sup>23</sup>Novas Adhesões. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/06/1924, p. 1. Anno XIII, num 3912.

Industrial Mineira, que é a importante fabrica de Marianno Procopio, Santa Maria, Companhia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, São Francisco, São Jorge, Lanificio São Geraldo, S.A. Uniao Industrial, São Nicolau, Santo Antonio, São Pedro, São João Evangelista, Companhia Cervejaria Americana, Fabrica de calçados, Malharia Gloria, Mechanica Industrial e Fábrica de Banha Costa & Irmãos (ANDRADE, 1987, p. 143, *apud Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 13/6/1924, p. 1).

Conforme Andrade (1987 p. 143), os operários queriam que todas as fábricas, oficinas e indústrias de Juiz de Fora parassem suas atividades para fortalecer o movimento proletário. Em grupos, os trabalhadores tomaram a atitude de buscar novas inclusões, conforme divulgado pela imprensa: “Em numeroso grupo, no qual se viam moças e meninos, os grevistas percorreram hoje varias fabricas, no intuito de obter novas adesões”<sup>24</sup>. O que mostrou novamente a participação das mulheres no movimento, para fortalecê-lo com novas adesões.

A força policial acompanhou o movimento operário de perto, prendendo alguns grevistas. Os empresários pediram ao Presidente da Câmara Municipal reforço militar de Belo Horizonte para proteger os estabelecimentos e os operários que desejassem trabalhar. Porém, quase todas as fábricas já haviam encerrado as atividades (ANDRADE, 1987 p. 144-145).

Para Andrade (1987, p. 147), as reivindicações do proletariado juiz-forano em reunião na Câmara Municipal com os empresários não foram aceitas, pois os mesmos fizeram uma contraproposta que não favorecia a necessidade da classe operária, adiando o fim da greve. Com os operários pelas ruas da cidade sem trabalhar, aumentavam as dificuldades da classe proletária.

Para manutenção da greve, a Federação Operária Mineira – F.O.M. foi responsável por subsidiar os gêneros alimentícios dos proletários e seus familiares. Os trabalhadores ajudavam vendendo bilhetes para a sustentação da greve.

[...] Nas ruas, operários e operárias vendiam bilhetes para uma sessão cinematográfica em benefício da Federação, para que esta pudesse manter a greve. Todos os ingressos foram vendidos e a Federação passou a distribuir os víveres de primeira necessidade, estocados em sua sede, entre os grevistas mais necessitados (DUTRA, 1988, p. 108).

As negociações, de acordo com Andrade (1987, p. 155), seguiram por ambas as partes em meio às propostas e contrapropostas do empresariado e da Federação Operária Mineira, representante da classe proletária. A greve continuou com o apoio de alguns comerciantes que doaram donativos à Federação, “auxiliando a resistência do movimento grevista, além da Associação Mineira de Imprensa, que se colocou ao lado do operário e disse estar à opinião pública

---

<sup>24</sup>DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, sexta-feira 13/06/1924, p. 1. Anno XIII, num 3912.

favorável ao movimento”. Também os gráficos de São Paulo telegrafam em apoio ao movimento. Como apontou o *Diário Mercantil*<sup>25</sup>, surgiram novas paralisações.

A greve geral de 1924 ganhou mais adesões no terceiro dia, novamente com a participação das mulheres, como anunciou o jornal *Diário Mercantil*, em que “moças e meninos”<sup>26</sup> andaram pelas fábricas para mobilizar mais trabalhadores no fortalecimento do movimento, por melhores condições de trabalho e também de vida. Então, no nono dia da greve, esse mesmo jornal divulgou a paralisação das costureiras, mencionando a longa e exaustiva jornada de trabalho e os “irrisórios salários” dessas operárias (ANDRADE, 1987, p. 151).



A situação do movimento operário, como revela Andrade (1987) em seu estudo, definiu que o movimento grevista de 1924 “assume o caráter geral a partir do quarto dia: os tecelões (e tecelãs) iniciam e aderem em peso (todo o setor têxtil paralisa)”. A pesquisadora também analisou a disposição dos operários nas manifestações em que enfrentaram a dura repressão policial, além do fortalecimento da classe proletária em relação às greves anteriores, e fez ainda uma apreciação quanto à participação das mulheres no movimento grevista de 1924.

Registra-se, aqui, um avanço em relação às outras greves: a participação da mulher operária, não só como em categoria detonadora do movimento, mas inclusive a nível de liderança (pelo menos duas fazem parte da comissão negociadora). Um outro dado a ressaltar seria a disposição dos operários para as manifestações agressivas, o que não é notado nas duas primeiras greves (ANDRADE, 1987, p. 159).

Dessa forma, a greve geral de 1924 foi iniciada pelas mulheres com o apoio de outros setores, que enfrentaram juntos as difíceis condições de trabalho em meio aos baixos salários, preço alto de alimentos e moradias, bem como a violência por parte das autoridades policiais. As mulheres chegaram também a fazer parte da comissão negociadora, nomeadas pela assembleia dos operários (ANDRADE, 1987, p. 143). Tal presença feminina foi imprescindível para compreendermos como a força de trabalho dessas operárias consistiu-se muito importante para a economia local, devido à mão de obra barata que se fazia útil em várias funções dentro das indústrias da cidade. Essas mulheres eram responsáveis pela manutenção do lar e educação de seus filhos, submetidas a uma sociedade patriarcal, excludente e alvo também de violência sexual, dificultando ainda mais sua integridade nos ambientes de trabalho. É importante destacar que as

<sup>25</sup> DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, quarta-feira 18/06/1924, p. 1. Anno XIII, num 3916.

<sup>26</sup> *Novas Adesões*. DIÁRIO MERCANTIL, Juiz de Fora, 13/06/1924, p. 1. Anno XIII, num 3912.

operárias almejavam melhores condições de trabalho para todos os setores, como mencionado no corpo do presente artigo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa é possível compreender o papel importante desempenhado pelas mulheres em nossa sociedade. Seja na família ou no meio laboral, elas sempre lutaram por melhores condições de vida, o que foi demonstrado durante os acontecimentos da greve geral de 1924, considerada a mais resistente, conforme Andrade (1987).

A referida greve foi iniciada pelas operárias da Fábrica Bernardo Mascarenhas, que paralisaram suas atividades, como noticiado pela imprensa local, e convidaram os demais trabalhadores a aderirem ao movimento, fato verificado no decorrer da greve com novas adesões, em busca por melhores salários, entre outros benefícios. Segundo o jornal *Diário Mercantil* em 13/6/1924, “as moças percorreram as fábricas da cidade para conseguirem novas adesões”. Também venderam bilhetes para uma sessão cinematográfica em prol da Federação Operária Mineira para ajudar financeiramente a instituição na manutenção da greve.

A importância das operárias juiz-foranas decorreu em função das difíceis situações a que foram submetidas, relatadas, inclusive, por meio de depoimentos de ex-operárias das fábricas têxteis da cidade, como demonstrou a pesquisa realizada por Neder (2010), diante das longas jornadas de trabalho, dos baixos salários, das precárias condições de higiene encontradas em algumas fábricas e, principalmente, dos lamentáveis casos de abuso e violência sexual praticados pelos encarregados e contramestres contra operárias.

Em meio a precárias condições de trabalho, também pesquisadas por Andrade (1987) e Dutra (1988), as mulheres lutavam ainda contra uma sociedade patriarcal e conservadora, que pensava que a mulher deveria ocupar o espaço privado, e não o público. Tais mulheres tiveram atitude e coragem iniciando o movimento grevista em 1924 na cidade de Juiz de Fora.

A ousadia das operárias chamou atenção para esta pesquisa, que objetivou demonstrar a complexa luta dessas mulheres trabalhadoras, mão de obra essencial para a economia de Juiz de Fora. Escrever sobre o tema é também importante para dar visibilidade à participação das referidas operárias nas lutas proletárias, parte fundamental em um esforço de incluí-las na história do movimento operário.

Portanto, o presente artigo tem como propósito refletir sobre o cotidiano de trabalho, as difíceis condições de vida e laborais das operárias na cidade de Juiz de Fora no início do século XX e a luta das mesmas por um ambiente laboral mais justo, diante das difíceis situações a que estiveram submetidas. Características ainda vivenciadas, infelizmente, no século XXI, a exemplo de ocorrências de situações parecidas em relação aos assédios, diferenças salariais e preconceitos étnicos e raciais.

A temática não é nova na historiografia, mas, como tema relevante e desafiador que é, necessita de novas pesquisas, não apenas na historiografia local, e sim nos estudos sobre o mundo do trabalho, objetivando dar visibilidade às mulheres nas lutas proletárias. O histórico de lutas dessas mulheres é um estímulo à mobilização, à continuidade das conquistas e à necessidade de dar prosseguimento às pesquisas sobre o assunto.

***PRINCIPAIS GREVES NO BRASIL:***

**1901 – Greve em São Paulo.**

**1903 – São Paulo, Rio de Janeiro.**

**1906 – Jundiaí, Campinas.**

**1907 – Rio de Janeiro, Santos, São Paulo.**

**1912 – Juiz de Fora.**

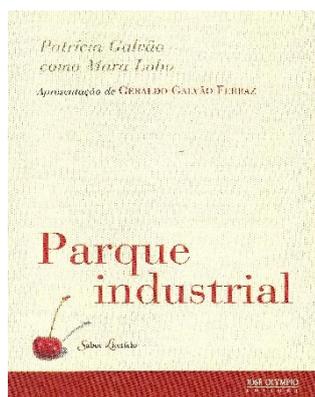
**1917 – Segundo a BBC Brasil, 1ª greve geral do país, há 100 anos, foi iniciada por mulheres e durou 30 dias - <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39740614> acesso em 28/4/17>.**

**1919 – Rio Grande do Sul.**

**1920 – Juiz de Fora.**

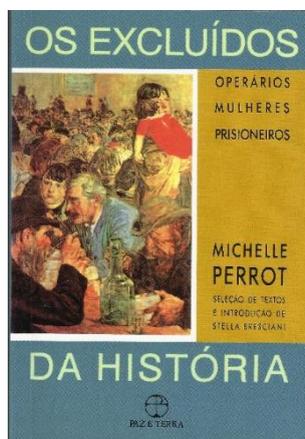
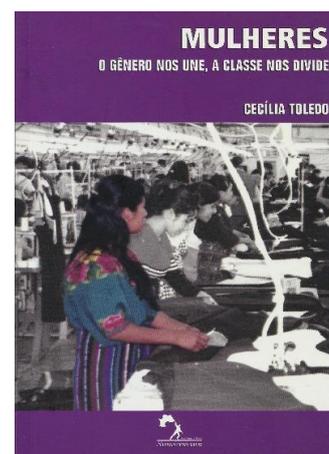
**1924 – Juiz de Fora.**

## SUGESTÕES DE LIVROS



**Parque industrial.** Patrícia Galvão. Editora José Olympio, 2006. Sob o pseudônimo de Mara Lobo, Patrícia Galvão, Pagu, escreveu este livro em plena década de 1930, denunciando a exploração capitalista do trabalho feminino nas fábricas brasileiras. É considerado o primeiro romance proletário brasileiro.

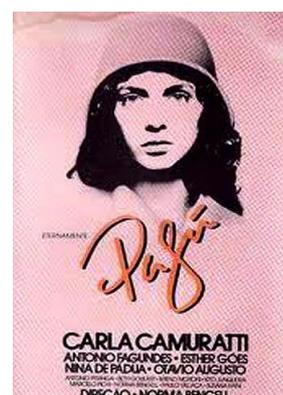
**Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** Cecília Toledo. Editora Sundermann, 2008. O livro argumenta que o capitalismo é o modo de produção que mais oprimiu e explorou a mulher, apesar de também ter favorecido a libertação da mesma, seja pela autonomia econômica ou pela organização dos trabalhadores. Sob um ponto de vista marxista, a autora também questiona a ideia da exploração do trabalho feminino como sendo um problema de gênero e não da divisão da sociedade em classes.



**Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Michelle Perrot. Editora Paz e Terra, 2010. Publicado pela historiadora francesa Michelle Perrot no fim da década de 1980 no Brasil, a obra é referência para pesquisas sobre relações desiguais de gênero e classe. É uma seleção de textos divididos em três temas: operários, mulheres e prisioneiros, segmentos transgressores da ordem burguesa na primeira metade do século XIX na França.

## SUGESTÕES DE FILMES

**Eternamente Pagu.** Drama. Direção de Norma Belguell. 100 min. 1988. A obra conta a vida de Patrícia Galvão, que aos 20 anos já estava envolvida com o mundo das artes e da política, base para seu ativismo em prol das injustiças do mundo. Jornalista, comunista, feminista, agitadora social e de costumes do século XX, Pagu deixou um legado de libertação para as mulheres brasileiras.





**As Sufragistas. Drama/Histórico. Direção de Sarah Gavron. 107 min. 2015.** No Reino Unido do início do século XX, mulheres partem para o embate nas ruas em luta pelo direito ao voto. Um momento de conquista de direitos e enfrentamento ao preconceito da sociedade, da polícia e das famílias, que reservavam às mulheres o ambiente do privado, do lar, e não o espaço público, das manifestações políticas.

**Revolução em Daneghan: Drama/Histórico/Comédia. Direção de Nigel Cole. 127 min. 2010.** Mulheres operárias da fábrica da Ford na cidade de Daneghan, Inglaterra, revoltam-se em 1968 contra os baixos salários e as precárias condições de trabalho. A partir daí iniciam uma greve que abala o país e muda a consciência das mulheres inglesas sobre sua importância no processo produtivo e na sociedade.



**Cidade do Silêncio. Suspense/Drama/Policial. Direção de Gregory Nava. 2006.** Uma repórter investiga mortes de mulheres trabalhadoras de fábricas em cidade Juarez, no México. Lá operárias cumprem longas jornadas, pelas quais recebem baixos salários e ficam submetidas a condições precárias, além de falta de segurança. Aos empresários interessa apenas o lucro fácil garantido pela exploração. Ao governo e à polícia, cabe maquiar as estatísticas, não reconhecendo o problema.

### SUGESTÕES DIGITAIS:

#### MARIA DO RESGUARDO

<http://www.mariadoresguardo.com.br/>.

#### INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA IPEA. RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

<http://www.ipea.gov.br/retrato/>.

## 5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. *Movimento operário em Juiz de Fora na Primeira República*. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.
- ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, et al. *Dicionário de política I*. Brasília: Universidade de Brasília, 1ª ed. 1998. v. 1. p. 674.
- BLAY, Eva Alterman. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COELHO, Clair Castilhos. Gênero e Políticas Públicas. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DIÁRIO MERCANTIL. *O movimento Grévista das Tecelãs*. Juiz de Fora, 11 jun. 1924, p. 2.
- DIÁRIO MERCANTIL. *Novas Adesões*. Juiz de Fora, 13 jun. 1924, p. 1.
- DIÁRIO MERCANTIL. *Grévista percorrem as fabricas*. Juiz de Fora, 13 jun. 1924, p. 1.
- DIÁRIO MERCANTIL. *O Movimento Grévista. Situação de calma e expectativa*. Juiz de Fora, 18 jun. 1924, p. 1.
- DIÁRIO MERCANTIL. *As Costureiras aderirão a greve?*. Juiz de Fora, 18 jun. 1924, p. 2.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda de.(Org.). *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- NEDER, Carolina Barbosa. *Memórias que não se apagam: o cotidiano de lutas das operárias na Manchester Mineira (1890-1954)*. 117 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- O PHAROL. *Notas & Factos*. Juiz de Fora, 27 abr. 1924, p. 1.
- O PHAROL. *Cinco mil operários em parede*. Juiz de Fora, 13 jun. 1924, p. 1.
- O PHAROL. *A polícia fecha, por 24 horas, a Federação Operaria Mineira*. Juiz de Fora, 19 jun. 1924, p. 1.
- RAGO, Luzia Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SCOTT, Juan. A mulher trabalhadora. In: DUBY Georges; PERROT, Michelle (Org.). Sob direção de FRAISSE, Geneviève. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, v. 4, 1991.
- SOIHET, Rachel. Pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Autores Associados, n. 15, 2000, p. 97-117.
- SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



## TRABALHO, GÊNERO E VARIÁVEIS RELACIONADAS EM JUIZ DE FORA - INDICAÇÕES A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO IBGE/2010 E DE INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES PARA JUIZ DE FORA.

*Marcela Fernanda da Paz de Souza*<sup>27</sup>

### ESTRUTURA DIDÁTICA

MODALIDADE / NÍVEL DE ENSINO	COMPONENTE CURRICULAR	TEMA
Ensino Médio	Segundo e Terceiro ano	Introdução à desigualdade; Estudos de gênero e de raça; Interpretação de tabelas e gráficos.
Ensino Superior	Períodos iniciais de Ciências Sociais/Sociologia/Antropologia/Serviço Social/História/Comunicação Social	Tópicos de sociologia do trabalho; Introdução aos estudos de gênero; Introdução à estatística e à análise de dados.

### OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer algumas das principais características e consequências das desigualdades de gênero e de raça;
- Verificar, conforme a categoria ocupacional selecionada, a disposição dos rendimentos auferidos no trabalho principal; no recebimento de aposentadoria e pensão; e se há a contribuição para o Sistema Previdenciário Público/Privado.
- Conhecer a disposição de gênero nas categorias socioeconômicas, conforme raça/cor, idade e escolaridade.

---

<sup>27</sup> Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e doutora em Ciências Sociais (UFJF). Pós-doutora em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Este capítulo é resultado parcial da tese de doutoramento "Mapeamento de gênero no trabalho informal: uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas e a cidade de Juiz de Fora, MG." O doutorado contou com o financiamento da bolsa Capes Reuni e Capes Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Atua como pesquisadora na área de Desigualdades e Comunicação Pública. Professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais, curso de Comunicação Social, Habilitação Jornalismo. E-mail: marcela.souza@uemg.br

## 1. INTRODUÇÃO

A participação de gênero no mercado de trabalho está referenciada nas pesquisas como um problema de relevância analítica, pois reflete a construção das relações demarcadoras das posições de homens e de mulheres na estrutura social brasileira. O cenário do país atualmente insere uma perspectiva da agenda sociológica e econômica em virtude do progressivo aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA), resultando paulatinamente na redução das assimetrias laborais (FIGUEIREDO SANTOS, 2008).

A literatura acadêmica debruça-se sobre o fenômeno objetivando compreender os fatores causais e suas inter-relações nos condicionamentos da reconfiguração do papel da mulher no trabalho, em razão do impacto que esta inserção ocasiona nas diversas expressões da vida humana (MARUANI, 2008; MELO, 2005). Fatores diversos relacionados às conjunturas econômicas favoráveis à expansão do emprego formal, à redução dos índices de desemprego, às políticas sociais de promoção da mulher, aos movimentos genuinamente de gênero e cor e, especialmente, ao aumento dos anos de estudo da escolaridade feminina são exemplos dos determinantes no estímulo à nova expressão laboral das relações de gênero (ALVES; BELTRÃO, 2009; HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

Entretanto, mesmo em face aos importantes avanços supracitados, os estudos demonstram o caráter paradoxal da participação da mulher nas categorias sócio-ocupacionais (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008). A participação feminina nesse quadro de trabalho demonstra um déficit no emprego decente, pois o grupo se situa de forma mais incisiva em ocupações desprivilegiadas (CASTELLS, 1995; VASCONCELOS *et al*, 2010; DIEESE, 2012). Esta desigualdade na participação das mulheres no mercado de trabalho influencia na possibilidade de maiores rendimentos proveniente da remuneração do trabalho principal, no valor da contribuição à previdência pública ou privada e/ou no valor das pensões (SOUZA, 2013).

### 1.1. Notas Metodológicas

No cenário do avanço feminino nas categorias ocupacionais e posições na ocupação no mercado de trabalho, a questão central apresentada pelo artigo é verificar se ocorre a discrepância na disposição de gênero no rendimento proveniente do trabalho principal e, também, a disposição das categorias ocupacionais, gênero e variáveis relacionadas na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A análise da interseccionalidade enquanto categoria central de estudo – entendida a partir das relações entre as dimensões múltiplas e os tipos das relações sociais e formações submetidas –

é fundamental no estudo sobre o trabalho e as mulheres em suas ligações com os campos relacionados. A metodologia sugerida está baseada no enfoque intercategoriais, o qual afirma a existência de uma relação de desigualdade entre os grupos já configurados e caracterizados como imperfeitos e constantemente mutantes, e apresenta no centro de análise a relação de desigualdade. “Os estudos de multigrupos analisam a interseção de todo o conjunto de dimensões de categorias múltiplas e, deste modo, examinam a vantagem e a desvantagem explicitamente e simultaneamente” (MACCALL, 2005, p. 1787).

Espera-se que os resultados possam clarificar, em linhas gerais, conjunturas socioeconômicas e culturais que privilegiem os homens na posição na ocupação e nos rendimentos provenientes do trabalho. Àquele caráter cultural citado anteriormente é possível acrescentar que o presente estudo soma, como está delineado na cidade de Juiz de Fora, uma projeção simbólica das discrepâncias de gênero à luz de outros estudos regionais e nacionais sobre a temática adotada. É importante, ainda, considerar que estes apontamentos demonstram em que medida as políticas sociais e de emprego na gestão pública do município precisam continuamente inserir a problemática de gênero e suas variáveis relacionadas na agenda política (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011). Dentro do escopo pretendido com o estudo, as abordagens teóricas e metodológicas adotadas são importantes para dialogar com as demais pesquisas afins a este estudo.

## 1.2. Percurso e Técnica

O percurso da pesquisa inclui, em um primeiro momento, utilizar a classificação das categorias e das subcategorias ocupacionais (Quadro 1) apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010:

**Quadro 1- Nomenclaturas das Categorias Ocupacionais**

<b>1) Empregado com Carteira Assinada: Empregado com CTPS Assinada</b>	<b>Pessoa empregada contratada com carteira de trabalho assinada;</b>
<b>2) Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros:</b>	Pessoa que era militar do exército, marinha, aeronáutica ou das forças auxiliares, como polícia militar ou corpo de bombeiros, inclusive a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório;
<b>3) Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos:</b>	Pessoa que era empregada de instituição, fundação, autarquia, etc., no poder público (Executivo, Legislativo, Judiciário), desde que regido pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de qualquer instância (federal, estadual ou municipal);
<b>4) Empregado sem Carteira de Trabalho Assinada: Empregado sem CTPS Assinada.</b>	Pessoa empregada que não tinha carteira de trabalho assinada, não era militar das Forças Armadas ou Auxiliares e não era regida pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos;
<b>5) Conta Própria:</b>	Pessoa que trabalhava explorando seu próprio

	emprego, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado (sem remuneração);
<b>6) Empregador:</b>	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com, pelo menos, um empregado;
<b>7) Não remunerado (sem remuneração):</b>	Pessoa que, na semana de referência, trabalhou sem remuneração, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado.
<b>8) Trabalhador Doméstico com Carteira Assinada;</b>	
<b>9) Trabalhador Doméstico sem Carteira Assinada.</b>	

Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Em um segundo momento, optou-se em agrupar as categorias ocupacionais em quatro categorias, denominadas durante o capítulo de categorias selecionadas: com CTPS Assinada, Empregado sem CTPS Assinada, Conta Própria e Não Remunerado. Realizou-se, separadamente, a análise da ocupação Empregado Doméstico com CTPS Assinada e Empregado Doméstico sem CTPS Assinada (Censo Demográfico/IBGE, 2010).

Além da posição na ocupação da categoria de gênero, verificou-se também esta posição na ocupação por raça/cor, faixa etária, escolaridade, renda proveniente do trabalho principal. É importante destacar que o estudo ainda abrangeu os demais rendimentos: Programa Bolsa Família, Recebimento de Aposentadoria e Pensão. E, finalmente, indicou-se a Contribuição para a Previdência Pública ou Privada.



**PARA SABER MAIS:**

**CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE:** “Os Censos Demográficos, por pesquisarem todos os domicílios do país, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas e rurais” (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010, p. 11). “Os censos demográficos realizados no Brasil a cada dez anos permitem à sociedade conhecer melhor a evolução da distribuição territorial da população do País e as principais características socioeconômicas das pessoas e dos seus domicílios. Estas informações são imprescindíveis para a definição de importantes políticas públicas regionais, para a tomada de decisões de investimento público e privado e contribuem para planejar

adequadamente o uso sustentável dos recursos” (CENSO DEMOGRÁFICO/IBGE, 2010, p. 9).

**PESQUISA MENSAL DE EMPREGO:** (Indicadores, Trabalho

e Rendimento) – “Produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de

atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios”.



**Disponível em:**

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=38](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=38).

**Acesso em: 19 mai. 2017.**

As Regiões Metropolitanas que compõem a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

**VARIÁVEL:** “Variável é a característica de interesse que é medida em cada elemento da amostra ou população. Como o nome diz, seus valores variam de elemento para elemento. As variáveis podem ter valores numéricos ou não numéricos.

Variáveis podem ser classificadas da seguinte forma:

A. Variáveis Quantitativas: são as características que podem ser medidas em uma escala quantitativa, ou seja, apresentam valores numéricos que fazem sentido. Podem ser contínuas ou discretas.

1. Variáveis discretas: características mensuráveis que podem assumir apenas um número finito ou infinito contável de valores e, assim, somente fazem sentido valores inteiros. Geralmente são o resultado de contagens. Exemplos: número de filhos, número de bactérias por litro de leite, número de cigarros fumados por dia.

2. Variáveis contínuas: características mensuráveis que assumem valores em uma escala contínua (na reta real), para as quais valores fracionais fazem sentido. Usualmente devem ser medidas através de algum instrumento. Exemplos: peso (balança), altura (régua), tempo (relógio), pressão arterial, idade.

B. Variáveis Qualitativas (ou categóricas): são as características que não possuem valores quantitativos, mas, ao contrário, são definidas por várias categorias, ou seja, representam

uma classificação dos indivíduos. Podem ser nominais ou ordinais.

1. Variáveis nominais: não existe ordenação dentre as categorias. Exemplos: sexo, cor dos olhos, fumante/não fumante, doente/sadio.

2. Variáveis ordinais: existe uma ordenação entre as categorias. Exemplos: escolaridade (1º, 2º, 3º graus), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), mês de observação (janeiro, fevereiro,..., dezembro)”.  
Disponível em: <http://leg.ufpr.br/~silvia/CE055/node8.html>. Acesso em: 19 mai. 2017.

## 2. CONHECENDO O CAMPO

A cidade de Juiz de Fora possuía, em 2016, aproximadamente 559.636 habitantes<sup>28</sup>. Em relação ao Censo Demográfico de 2010, a população apontou uma flutuação para cima de 29.000 pessoas. Do total de habitantes do Censo Demográfico de 2010, cerca de 46,8% eram do grupo masculino e, 53,2%, feminino. Com uma área de 1.435,749 km<sup>2</sup>, a cidade possui a densidade demográfica de 359,59. O bioma característico é a Mata Atlântida.

Para a realização da pesquisa, optou-se por Juiz de Fora em razão da importância da cidade como polo econômico no Estado. Como órgão da Administração Direta, instituiu-se, em 15 de dezembro de 2016, por meio da Lei 13.469, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – SEDETTUR.

A posição estratégica da cidade em relação aos grandes centros comerciais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, é um fator que potencializa o setor de serviços e da indústria na região. Diante da realidade da cidade de Juiz de Fora, que concentra uma importante referência em dimensões tão amplas como saúde, educação e possibilidades culturais diversas, verificar a distribuição de rendimento proveniente do trabalho a partir de gênero e da educação permite demonstrar se há iniquidades na realidade de gênero e de renda no mercado de trabalho. Este fato resulta, como também é produto, da realidade espaço-territorial na cidade, já demonstrando, na observação da presente pesquisa, um importante objeto de estudo para futuros estudos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

---

<sup>28</sup> <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313670>. Acesso em: 15 mai. 2017.

### 3. O QUE OS DADOS NOS INDICAM?

#### a) Análise da categoria ocupacional por gênero e cor

Verificou-se a maior participação masculina nas categorias ocupacionais caracterizadas pela formalidade, ou seja, com CTPS Assinada. Entretanto, as mulheres estão mais presentes no funcionalismo público (Tabela 1). É importante observar que estas categorias ocupacionais, da mesma forma que alguns segmentos de trabalhadores Conta Própria, usufruem de melhores salários e condições de trabalho. Estes dados observados em Juiz de Fora seguem a tendência de Regiões Metropolitanas como, por exemplo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. O resultado confirma também que, em Juiz de Fora, as mulheres seguem avançando nos postos de prestígio no mercado de trabalho e há uma proximidade no percentual da participação entre ambos os sexos nas categorias selecionadas (BRUSCHINI et al, 2008; IPEA, 2011; FIGUEIREDO SANTOS, 2010).

**Tabela 1 – Proporção de trabalhadores por categoria do trabalho principal, gênero e cor – Juiz de Fora – 2010**

Cor	Ocupação													
	Empregado com CTPS Assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS Assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	15,6	13,8	0,7	0	1,7	2,6	2,7	3,3	7,8	5,4	2	1,1	0,2	0,5
Preta	5,4	4,3	0,2	0	0,3	0,3	1,1	1,4	1,4	0,5	0	0	0,1	0,1
Amarela	0,3	0,3	0	0	*	*	0,1	0,1	0,1	0	*	*	0	0
Parda	8,6	6,6	0,3	0	0,5	0,6	2,1	2,4	3,3	1,6	0,3	0,1	0,1	0,1
Indígena	0	0	*	*	0	0	0	0	0	0	0	0	*	*
<b>Total</b>	<b>29,9</b>	<b>25</b>	<b>1,2</b>	<b>0</b>	<b>2,5</b>	<b>3,5</b>	<b>6</b>	<b>7,2</b>	<b>12,6</b>	<b>7,5</b>	<b>2,3</b>	<b>1,2</b>	<b>0,4</b>	<b>0,7</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Nota: \* Categorias que não apresentaram observações.

As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

Mas a desigualdade de gênero se torna mais acentuada se analisada com a agregação da variável cor. Um exemplo sintomático é o Empregado com CTPS assinada. É possível verificar que 15,6% dos homens brancos trabalhavam com carteira assinada. Neste exemplo do Empregado com CTPS Assinada, observa-se que apenas 4,3% das mulheres negras possuíam CTPS assinada.

Os dados do Censo não indicaram um percentual relevante em Juiz de Fora de Empregador Negro. Destaca-se que os estudos do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), de 2013, indicaram que a população negra, agregada por pretos e pardos, é subjugada por preconceitos. A baixa participação dos negros em todas as categorias ocupacionais é um indicativo da desigualdade racial nas categorias ocupacionais. Mesmo que os negros tenham se inserido no mercado de trabalho em algumas regiões em razão do desenvolvimento econômico (DIEESE, 2013), e também se inserido na esfera laboral em Juiz de Fora, o panorama apresentado na presente

pesquisa indica uma acentuada desigualdade entre as categorias ocupacionais ao se avaliarem gênero e cor.

[...] crescimento econômico por si só não é capaz de garantir igualdade de oportunidades em um horizonte razoável de tempo para as atuais e futuras gerações de trabalhadores, enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, do nível de escolaridade, importante elemento na melhoria de acesso e trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho e das suas possibilidades de ascensão social e econômica (PED, 2013, p. 12).

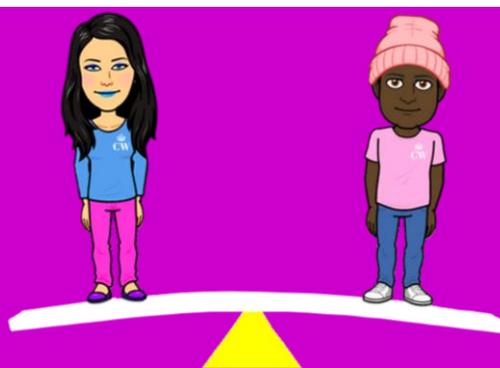
As pesquisas demonstram que o Brasil contemporâneo é marcado por desigualdades históricas (POCHMANN, 2008; 2011). As chances de vida e de mobilidade social ascendente estão vinculadas à trajetória dos indivíduos e às categorias excludentes a que as referidas pessoas pertencem. Os pobres encontram várias barreiras para ultrapassar este filtro historicamente construído. As distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo (HERINGER, 2002, p. 58).

Na composição de grupo de cor, verificam-se as proporções mais altas de brancos nas ocupações com o maior percentual de inserção de trabalhadores, rendimentos, escolaridade e contribuição para Previdência Pública e Privada. A estrutura da desigualdade é verificada na observação de que apenas 0,5% de mulheres negras, na composição total do grupo feminino, está presente na categoria ocupacional Conta Própria. No caso dos Empregadores, não houve percentual de participação na categoria Empregador.

Os resultados encontrados para Juiz de Fora, embora demonstrem segregações dentro de raça e gênero, revelam uma grande proporção de indivíduos em ocupações caracterizadas pela formalidade, somadas aos Empregadores (Tabela 2). Entretanto, nas ocupações selecionadas Empregado com CTPS Assinada e Conta Própria, o grupo masculino apresenta uma maior proporção na participação nas categorias ocupacionais. Nas categorias ocupacionais sem CTPS Assinada e Não Remunerado, houve a aproximação entre os percentuais de participação entre ambos os sexos.

#### PARA SABER MAIS

**MULHER e GÊNERO:** “Quando falamos em sexo, estamos referindo-nos aos atributos biológicos específicos da mulher e do homem, respectivamente, diferenças anatômicas, endocrinológicas, fisiológicas de modo geral. Quando, porém, referimo-nos a gênero, estamos falando do modo como as ideias de feminilidade, a tudo que supostamente é



da mulher, e de masculinidade, o que presumivelmente é próprio do homem, são culturalmente elaboradas” (NOVA, 2013, p. 207-208).



**RAÇA:** “Podemos definir **raça** como um constructo social utilizado para distinguir pessoas em termos de uma ou mais marcas físicas, o que normalmente

tem consequências profundas para as suas vidas. No entanto, essa definição levanta uma questão importante: se raça é meramente um construto social e não um termo biológico útil, por que as percepções de diferenças físicas são usadas para distinguir grupos de pessoas? Por que, em outros termos, raça é importante? A maioria dos sociólogos acredita que raça é importante porque possibilita a criação e a manutenção das desigualdades sociais” (BRYM *et al*, 2013, p. 219).

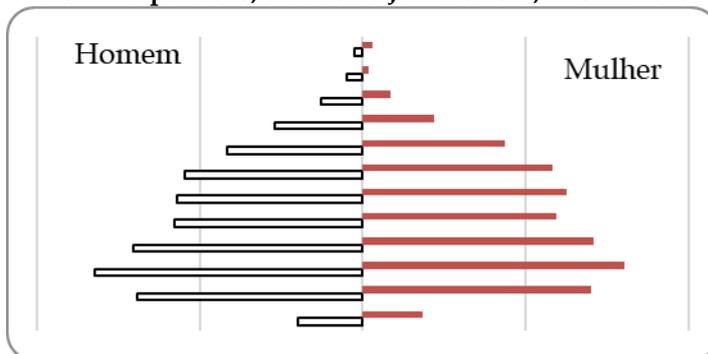
**ETNIA:** “Para fins de elucidação do conceito, apresentamos a indicação: A etnia é baseada em traços culturais que refletem a origem nacional, a religião ou a língua dos antepassados. Esses traços culturais são constituídos pela maneira de vestir, gesticulação, formas de expressão oral, hábitos alimentares, estilos de vestir, música e literatura. Identificam uma história que reflète a experiência coletiva desse grupo com base na raça, religião, origem nacional ou por alguma combinação dessas categorias. Dessa forma, judeus, mulçumanos, árabes, curdos, ciganos e armênios podem ser considerados grupos étnicos” (GIL, 2011, p. 132).



## b) Análise da categoria ocupacional por gênero e idade

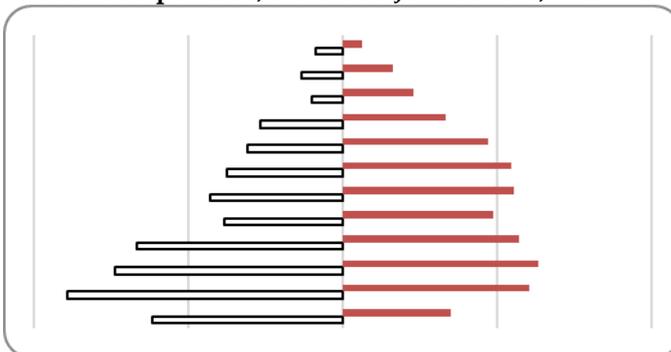
O processo demográfico da população brasileira nos últimos anos – queda da mortalidade, somada à diminuição dos níveis de fecundidade – não alterou apenas o crescimento da população de uma forma geral. Foi sendo também um dos determinantes das transformações na pirâmide etária, que culminou em um maior percentual de adultos e de idosos (GUIMARÃES, 2012; KRELING, 2008). Tal modificação impacta no perfil etário das categorias ocupacionais.

**Gráfico 1 - Pirâmide Etária - Empregados com CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG – 2010**



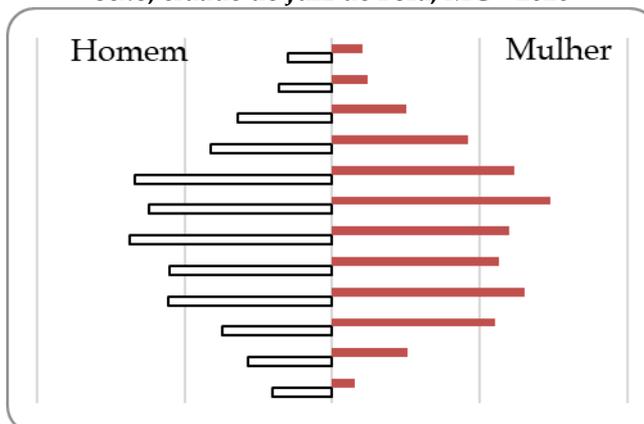
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, a partir de dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

**Gráfico 2 - Pirâmide Etária - Empregados sem CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG - 2010**

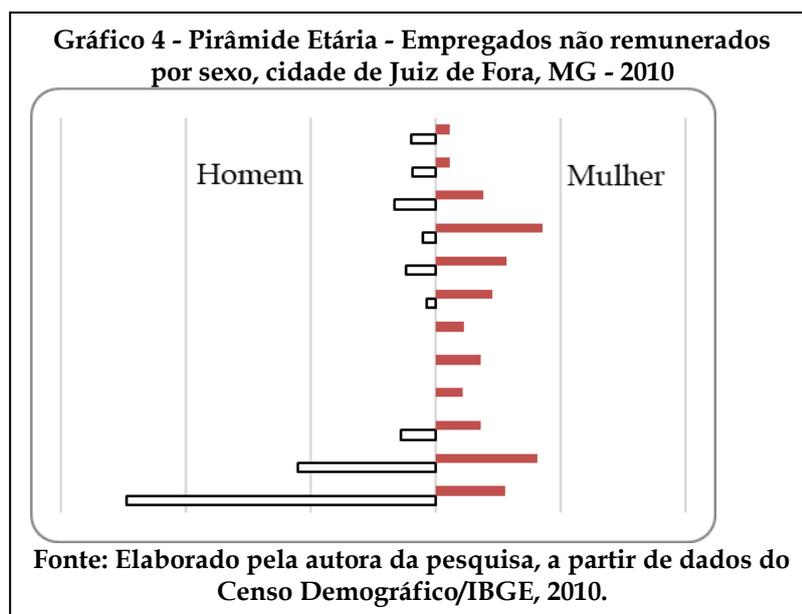


Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, a partir de dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

**Gráfico 3 - Pirâmide Etária - Empregados conta própria por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG - 2010**



Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa, a partir de dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.



Essa nova configuração etária causa efeitos em diversas áreas, sendo uma delas o mercado de trabalho. A disposição etária nas pirâmides confirma o resultado das pesquisas de Bruschini (2007), que indicam o perfil da população feminina no trabalho informal marcado pela presença de mulheres jovens e na fase madura.

Ao se observar a categoria ocupacional com CTPS Assinada (Gráfico 1), verificou-se uma concentração da população adulta, na faixa etária entre 25 a 54 anos. Ressalta-se, ainda, que a distribuição de gênero entre os trabalhadores com carteira assinada nesta faixa etária não apresentou diferenciais menos acentuados se comparadas às demais categorias ocupacionais de Conta Própria (Gráfico 3), sem CTPS Assinada (Gráfico 2), Não Remunerado (Gráfico 4).

A análise da categoria ocupacional sem CTPS Assinada apresenta uma alta proporção de jovens dedicando-se ao trabalho informal. Já as faixas superiores à 55 anos mostram um maior percentual de participação do grupo feminino entre os empregados sem carteira assinada, comparando-se ao grupo masculino. Por sua vez, a categoria ocupacional Conta Própria abrange empregados com um percentual predominantemente adulto. A categoria Não Remunerado apresenta um público jovem, sem a participação de empregados nas faixas 30 a 44 anos.

De uma forma geral, os idosos encontram desafios maiores para conseguirem trabalho, em razão da escolaridade, da idade, do número de vagas disponíveis e, em alguns casos, pelas condições de trabalho mais precárias. Além disso, destacam-se a instabilidade do emprego e as baixas remunerações. O desemprego e a aposentadoria podem causar efeitos diversos, como a desvalorização da autoestima ou dos projetos de vida. O padrão de vida, condicionado pelos fatores citados, torna-se também reduzido. O reingresso na População Economia Ativa (PEA), na maior parte das vezes, está relacionado às necessidades financeiras. Em muitos casos, o retorno

ocorre de forma precária ou com menos vantagens de rendimentos, ou ainda, sob condições instáveis de emprego (GUIMARÃES, 2012; KRELING, 2008; IBGE, 2012).

c) Análise da categoria ocupacional por gênero e escolaridade

Baseando-se em diversas pesquisas (BRUSCHINI et al, 2008; KON, 2003, 2006; Ipea, 2013), verifica-se que o mundo do trabalho é permeado por segregações e discriminações de ordens distintas, como a de gênero. Entretanto, é possível observar a inserção das mulheres em categorias mais promissoras e o aumento da escolaridade feminina.

Ao se analisar o caso de Juiz de Fora (tabela 3), verificou-se, por exemplo, que, na categoria com CTPS Assinada, o percentual de mulheres foi maior com Ensino Superior e Pós-Graduação, com percentuais aproximados de gênero no Ensino Médio.

Na ocupação sem CTPS Assinada, a proporção de mulheres com Ensino Superior é maior, ainda que próxima ao universo masculino. As mulheres que integram as ocupações Conta Própria permanecem em vantagem educacional no Ensino Médio, Superior e na Pós-Graduação.

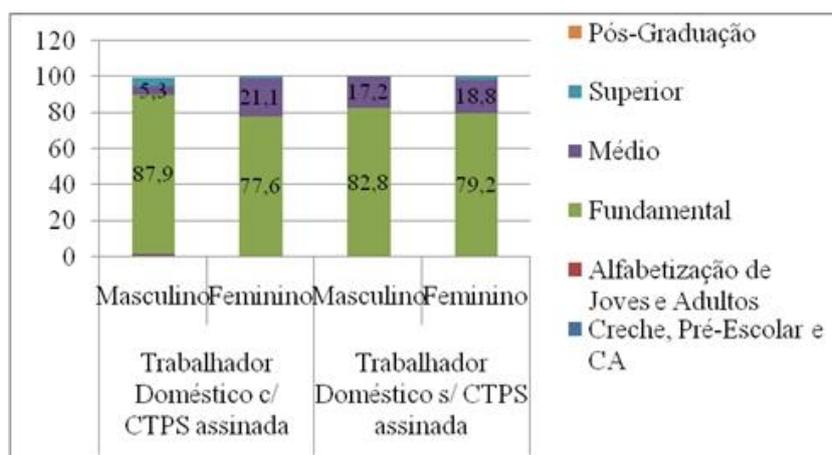
**Tabela 2 – Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero – Juiz de Fora – 2010.**

	Empregado com CTPS assinada		Empregado sem CTPS assinada		Conta Própria		Sem Remuneração	
	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>Creche, Pré-Escolar, CA</b>	0,3	0,04	0,3	0,3	0,2	0	0	0
<b>Alfabetização de Jovens e Adultos</b>	0,2	0,8	0,3	0,2	0,2	0,4	0	0
<b>Fundamental</b>	42	37,1	59,5	62,3	47,1	37	24	52,7
<b>Médio</b>	42,4	41,3	30,3	26,5	29,9	34,2	38	29,5
<b>Superior</b>	11,7	16,3	7,1	8,4	17,9	22,8	38	16
<b>Pós-Graduação</b>	3,3	5,1	2,3	2,4	4,6	5,5	0	1,8

*Fonte:* Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Por sua vez, as categorias ocupacionais Trabalhador Doméstico com e sem CTPS Assinadas apresentam uma alta proporção de empregados com Ensino Fundamental (Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo gênero – Juiz de Fora – 2010**



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Entretanto, ao contrário da participação dos empregados domésticos das Regiões Metropolitanas que compõem a Pesquisa Mensal de Emprego, o grupo feminino, na cidade de Juiz de Fora, encontra-se em um menor percentual nos níveis com menor instrução educacional, especialmente entre os trabalhadores com CTPS Assinada. É importante destacar o percentual de empregados domésticos com CTPS Assinada no Ensino Superior.

Oliveira (2004), citando Bruschini e Lombardi (2002), afirma que algumas posições precárias são marcadamente femininas, constituindo uma importante característica do trabalho feminino no país. Ambas demonstram, também, que estas ocupações de mulheres pertencentes à PEA se encontram em contexto de responsabilidade familiar, como pessoas de referência na família.

O mapeamento de gênero, com a avaliação de escolaridade e renda, permite observar, na análise da escolaridade e da renda, a categoria Conta Própria com uma proporção acentuada de trabalhadores com alto rendimento e altos níveis de escolaridade se comparada às demais categorias ocupacionais.

A categoria com CTPS Assinada seguiu-se à categoria Conta Própria nas melhores proporções nos níveis educacionais mais elevados e nas faixas mais expressivas de rendimento. Ao contrário, como reflexo da própria informalidade, a categoria Sem CTPS Assinada permanece nas condições de desigualdade entre as ocupações, com os rendimentos mais baixos e os menores níveis de escolaridade.

#### d) Análise da categoria ocupacional por gênero e renda

O trabalho é uma das esferas onde há a reprodução das desigualdades de classe, de gênero e de renda, especialmente em um processo de multicausalidade entre as três variáveis. O presente artigo considera a importância das indicações de Sen (2001) relacionadas à reprodução da

desigualdade, como a multiplicidade das variáveis focais, do caráter subjetivo da escolha e da desconstrução da noção de renda como determinante único da desigualdade. Entretanto, a desigualdade de acesso a recursos e à renda é determinante em diversas esferas da vida social.

A análise do percentual de homens e mulheres nas categorias ocupacionais selecionadas indicou a melhor participação do grupo masculino nas faixas de rendimento mais elevadas (Gráfico 6).

**Tabela 3 – Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Juiz de Fora – 2010**

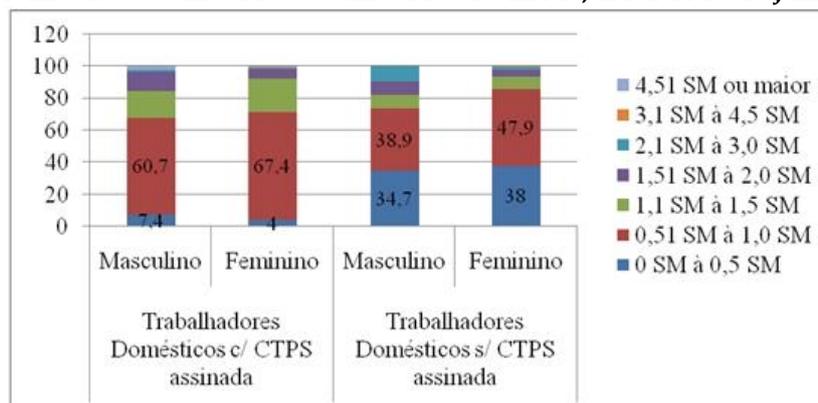
	Empregados com CTPS assinada		Empregados sem CTPS assinada		Conta Própria	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
<b>0 a 0,5 SM</b>	0,5	1,7	11,2	28,3	0,0	0,5
<b>0,51 a 1 SM</b>	21,4	35,5	39,0	44,8	5,0	9,6
<b>1,1 a 1,5 SM</b>	23,5	26,6	19,4	11,6	2,5	5,2
<b>1,51 a 2 SM</b>	22,4	16,9	16,4	7,8	9,0	16,3
<b>2,1 a 3 SM</b>	14,3	7,9	7,4	4,5	8,6	10,3
<b>3,1 a 4,5 SM</b>	6,9	5,1	3,5	1,5	11,6	15,5
<b>4,51 SM ou maior</b>	11,0	6,2	3,1	1,5	63,3	42,2

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

É interessante notar que, em face à discrepante desigualdade de renda entre as mulheres proprietárias de ativos, com credenciais e qualificações, e as mulheres empregadas domésticas, há entre estes universos um misto de afetividade e de poder a permear as ligações – patrões, patroas e empregadas, empregados – que permanece além de um pagamento mínimo e alcança uma grande dependência das primeiras em relação às atividades das domésticas, superando o serviço de lavar, passar, cozinhar e arrumar casa. No entanto, uma relação de hierarquia e estratificação entre as citadas categorias é reproduzida.

A temática da “mulher” surgiu balizada no reconhecimento de que as relações assimétricas entre homens e mulheres são de caráter social e cultural e de haver a existência de uma atribuição do exercício de poder desigual a ambos os sexos. Por outro lado, um ponto a ser considerado é o caráter, por ora, de desigualdade nas interações e relações de trabalho no interior do próprio universo feminino. Assim, o estudo da desigualdade entre as mulheres encontra um espaço de pesquisa, especialmente no grupo de trabalhadoras domésticas (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na cidade de Juiz de Fora – 2010**



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Os resultados da desigualdade nos rendimentos do trabalho principal nas categorias ocupacionais selecionadas e nas categorias de trabalhadores domésticos com e sem CTPS Assinada corroboram com as observações de Figueiredo Santos (2005). O sociólogo ressalta que, embora tenha ocorrido um progresso ocupacional feminino, há uma diferença nos rendimentos entre ambos os sexos, impulsionada, também, pelos processos discriminatórios. Dessa maneira, as discrepâncias de renda não estão baseadas somente no número de horas trabalhadas ou na escolaridade dos grupos de gênero. Figueiredo Santos (2005) cita Bruschini (2000) para demonstrar que “no sentido sociológico geral a discriminação ocorre quando as pessoas são tratadas desigualmente, em função das suas características pessoais, que não estão relacionadas ao seu desempenho” (p. 5- 8).

O grupo feminino da categoria do trabalhador doméstico apresenta uma sobreposição de desigualdade: primeiro, por estar em grande proporção na estrutura social do trabalho informal; segundo, pelos baixos rendimentos provenientes da profissão. A atividade de trabalhadora doméstica é tipicamente feminina, relacionada ao papel tradicional da mulher de cuidadora do lar. Conforme Brites,

na realização das tarefas de cuidado e manutenção das famílias de camadas médias no Brasil — desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores — assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor (BRITES, 2007, p. 91).

e) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e Recebimento de Aposentadoria ou Pensão

e.1. Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) está necessariamente inserido no âmbito das políticas sociais. É preciso avaliar que a produção do bem-estar implica em operar sobre um grave

problema distributivo que o mercado não corrige, em países de economia geradora de riquezas em grande escala. Por esta razão, a política social se torna um instrumento capaz de aumentar a equidade e a eficiência econômicas e reduzir os danos sociais de uma distribuição assimétrica de recursos. O PBF se baseia em três eixos centrais: a) transferência de renda; b) condicionalidades<sup>29</sup> e ações; e c) programas complementares.<sup>30</sup>

De uma forma particular, as mulheres foram instituídas como as titulares do Programa Bolsa Família com o objetivo de propiciar a elas, entre outros fatores, o empoderamento e a autonomia na administração do dinheiro, o que pode implicar em uma maior autoestima feminina e na redução da violência doméstica contra as mulheres (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

As informações do Cadastro Único são utilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para acompanhar o desenvolvimento do Plano Brasil sem Miséria nos municípios. Em Juiz de Fora, em fevereiro de 2016, para a folha de pagamento de abril em 2016, havia 43.341 famílias inscritas no Cadastro Único e, para o recebimento do Programa Bolsa Família, 14.677, ou seja, 9,16% da população do município (MDS, 2017).

Conforme as informações do MDS, ao longo dos anos de 2011 a 2015, cerca de 3000 famílias foram incluídas no Cadúnico.

Nos dados analisados do Censo Demográfico do IBGE/2010 sobre a relação das categorias ocupacionais e a proporção de raça/cor que recebem o PBF, obteve-se o seguinte cenário (tabela 4).

**Tabela 4 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família, por categorias de trabalho selecionadas e cor, Juiz de Fora – 2010.**

	<b>Empregado com CTPS assinada</b>	<b>Empregado sem CTPS assinada</b>	<b>Conta Própria</b>	<b>Não Remunerado</b>
<b>Branca</b>	33	25,4	32,5	0
<b>Preta</b>	28,6	33	24,2	100
<b>Amarela</b>	0	0	0	0
<b>Parda</b>	37	40	43,3	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

A categoria Conta Própria, que apresentou um percentual de participações relevantes nas faixas salariais mais altas, constituiu-se na ocupação com a menor proporção de famílias beneficiárias.

Na medida em que são as responsáveis por receber o dinheiro e administrá-lo, há a possibilidade de conferir às mulheres autoestima, relativa autonomia financeira, encorajamento para não aceitar as agressões físicas e/ou morais do companheiro e/ou dos filhos. Mas é importante ressaltar que, embora as mulheres recebam, preferencialmente, o benefício do PBF, o

<sup>29</sup> <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>.

<sup>30</sup> Mais informações sobre as características do PBF podem ser encontradas no site [www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia).

fato não implica necessariamente em maior autonomia para as mesmas. Mesmo assim, os usos que a mulher faz da sua condição e o seu modo de autorreconhecimento também determinam as novas configurações nas relações de casa. Outro ponto é o papel de referência da mulher dentro da família. Suas interações com as demais instituições nas quais está inserida influenciam a emancipação feminina (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

## e.2. Recebimento de aposentadoria ou pensão

O acesso aos benefícios da Previdência Social implica em reconhecimento feminino de uma forma ampla e, também, impacta as transferências e mobilidades intergeracionais (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

### **PARA SABER MAIS: PREVIDÊNCIA SOCIAL**

“No Brasil, a Previdência Social é um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988 entre os Direitos e Garantias Fundamentais, que garante renda não inferior ao salário mínimo ao trabalhador e a sua família nas seguintes situações, previstas no art. nº 201 da Carta Magna:



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes”.

**Fonte: retirado na íntegra no site da previdência. Disponível em:**

**<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/previdencia-social/>. Acesso em: 15 mai. 2017.**

O Brasil hoje vive um importante momento que é caracterizado pela Reforma do Sistema da Previdência Social. Mais informações sobre a Reforma do Sistema Previdenciário podem ser encontradas no *site* da Previdência e nos jornais e revistas.

**Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/reforma/>**

**Acesso em: 15 mai. 2017.**

A proporção de trabalhadores que recebem aposentadoria ou pensão e que estão, por isso, cobertos pela Previdência, e que voltam para o mercado ou permanecem no mesmo para o

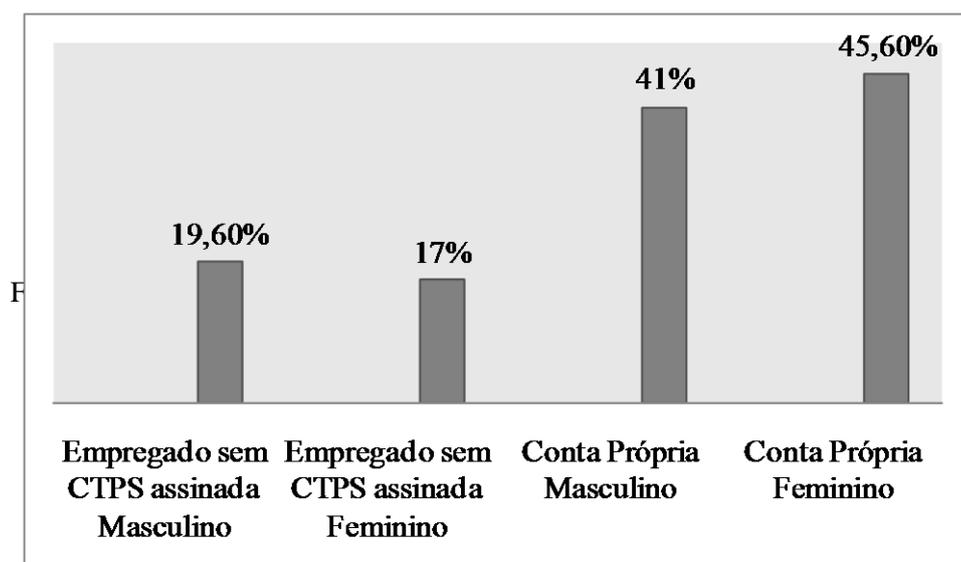
complemento da renda, apresenta-se maior entre os empregados não remunerados. Entretanto, o percentual de trabalhadores presentes nesta categoria é muito baixo, 1,1% do total dos ocupados das categorias selecionadas (Gráfico 5).

Entre os trabalhadores domésticos, o grupo masculino exibiu o maior percentual entre os empregados que recebem aposentadoria ou pensão, cerca de 16,2%. No caso feminino, 12%.

#### f. Contribuição à Previdência Oficial e/ou Privada

Em relação à contribuição à Previdência Pública e Privada, a categoria Conta Própria apresenta uma alta proporção de contribuintes, fato possivelmente relacionado ao próprio perfil da ocupação que possui os melhores rendimentos, níveis educacionais e concentração de trabalhadores adultos.

**Gráfico 7 – Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas para Juiz de Fora – 2010.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico/IBGE, 2010.

Na categoria empregado doméstico, 2,7% dos homens contribuem com a Previdência, enquanto a proporção das mulheres contribuintes chega a 11,9%. Assim, esta parcela da população tem direito ao 13º salário e ao rendimento mensal garantido, possibilitando reduzir as inseguranças provenientes de quem recebe apenas o salário do trabalho informal.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a análise dos dados das categorias ocupacionais selecionadas na cidade indicou uma grande proporção de indivíduos em ocupações formais e de empregador. Observou-se uma acentuada desigualdade racial. Não houve, por exemplo, identificação de percentuais significativos de negros na categoria de Empregador e Conta Própria.

A participação no mercado de trabalho é fundamental para a superação da pobreza. No Brasil, a presença feminina não é mais intermitente, mas essencial à dinâmica das mudanças nos papéis sociais e laborais. Contudo, a inserção da mulher ainda ocorre de forma diferenciada conforme o contexto de gênero e, especialmente, de raça, “sobrerrepresentada” nos trabalhos precários. As mulheres, especialmente as negras, estão presentes em ocupações precárias, que exigem escolaridade e qualificação baixas, nos serviços gerais e também no trabalho doméstico (IPEA, 2011).

Destaca-se, no referido contexto de vulnerabilidade de rendimentos, a elaboração de políticas sociais de transferência de renda com capacidade de alterar o panorama assimétrico de distribuição dos recursos. Na cidade de Juiz de Fora, como reflexo da própria estrutura ocupacional da categoria Conta Própria, tal atividade abrange o menor percentual de beneficiárias do PBF, ao contrário da categoria sem CTPS Assinada.

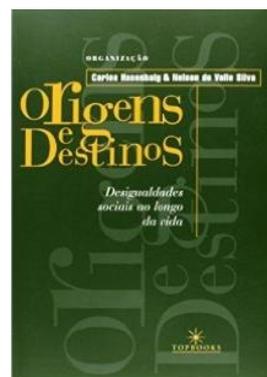
As considerações realizadas no decorrer da pesquisa demonstraram que, mesmo gradualmente, mudanças estruturais estão sendo tecidas, tanto no âmbito da ampliação dos postos de trabalho formais, quanto da melhor escolaridade do grupo feminino. Torna-se necessário, portanto, elaborar políticas eficazes de incentivo e de valorização da mulher no mercado de trabalho e na realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, além do Ensino Superior, a fim de que as transformações, já em curso, sejam direcionadas para uma maior equidade entre homens e mulheres no espaço laboral, principalmente o universo feminino constituído de negras, pobres, jovens e idosas assistido pelos programas sociais que apresentaram maior vulnerabilidade ocupacional e de rendimentos. Este é o desafio que as agendas de políticas públicas precisam superar.

## SUGESTÕES DE LIVROS



*Trabalho Feminino e Cidadania*. Eni de Mesquita Samara (org.). Editora Humanitas/FFLCH/USP. O livro é um dos produtos do Simpósio Internacional Cidadania, Trabalho Feminino e Globalização, que ocorreu em outubro de 1997. A coletânea possui 12 capítulos divididos em duas partes: Mercado de Trabalho e Cidadania e Acervos e Pesquisas.

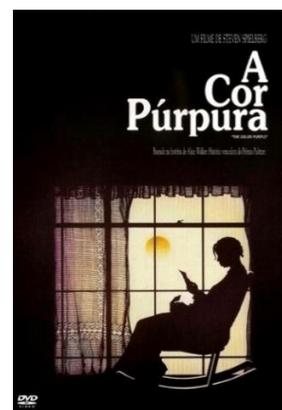
*Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. Editora: TOPBOOKS, 2003. "A obra é um esforço bem sucedido de explicar a lógica da criação e perpetuação dos padrões iníquos de distribuição. Os doze capítulos que compõem o livro exploram dimensões específicas do tema, mas os organizadores não descuidam da tarefa de ressaltar as conexões entre dimensões, os efeitos interativos, os ciclos reprodutivos da pobreza e da desigualdade" Elisa Reis (2013, trecho da orelha do livro).



*Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. Coordenador geral: Carlos Benedito Martins; Coordenador de área: Heloísa Helena T. de Souza Martins. São Paulo: Anpocs, 2010. O livro é composto por capítulos que retratam o estado da arte da Sociologia no Brasil, incluindo importantes temáticas como desigualdades, espaço urbano, sociologia da cultura, sociologia da religião, meio rural, entre outros assuntos igualmente relevantes.

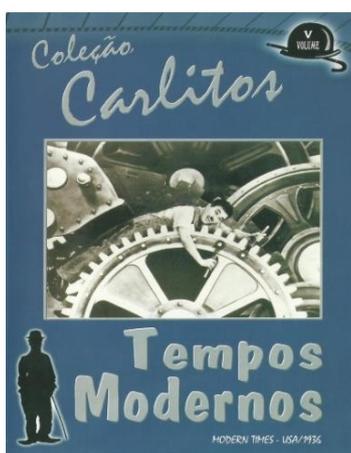
## SUGESTÕES DE FILMES

*A Cor Púrpura*. Drama: Direção: Steven Spielberg. 154 min. 1985. Por *Kadu Silva*. SINOPSE: Georgia, 1909. Em uma pequena cidade, Celie (Whoopi Goldberg), uma jovem com apenas 14 anos que foi violentada pelo pai, torna-se mãe de duas crianças. Além de perder a capacidade de procriar, Celie imediatamente é separada dos filhos e da única pessoa no mundo que a ama: sua irmã. Depois ela é doada a "Mister" (Danny Glover), que a trata simultaneamente como escrava e companheira. Grande parte da brutalidade de Mister provém de uma forte paixão que



alimenta por Shug Avery (Margaret Avery), uma sensual cantora de blues. Celie fica muito solitária e compartilha sua tristeza em cartas (a única forma de manter a sanidade em um mundo em que poucos a ouvem), primeiramente com Deus e, depois, com a irmã Nettie (Akosua Busia), missionária na África. Mas, quando Shug, aliada à forte Sofia (Oprah Winfrey), esposa de Harpo (Willard E. Pugh), filho de Mister, entra na vida de Celie, ela revela seu espírito brilhante, ganhando consciência do seu valor e das possibilidades que o mundo lhe oferece.

Disponível: <<http://www.ccine10.com.br/a-cor-purpura-critica>>. Acessado em: 29 jun. 2017.



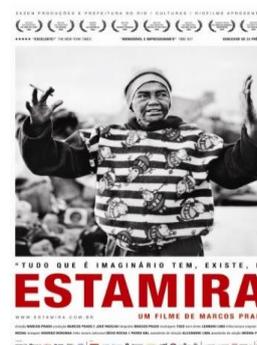
**Tempos Modernos.** Direção de Charles Chaplin. 83 min. 1936.  
SINOPSE: Destacando as classes trabalhadoras e as rotinas estressantes das atividades fabris, o filme retrata um trabalhador internado em um hospício após um colapso nervoso. O personagem, ao sair do hospital, encontra uma jovem órfã de mãe, que pratica pequenos furtos para sobreviver. Os dois se conhecem, tornam-se amigos e fogem da polícia por uma sequência de confusões. Sobretudo, o pequeno vagabundo é um símbolo de trabalhador. O filme é um misto de comédia e drama, relatando o cotidiano dos trabalhadores superexplorados pela

Revolução Industrial.

Disponível: <http://cinema10.com.br/filme/tempos-modernos/>. Acesso em: 29 jun. 2017.

**Estamira: Documentário.** Direção de Marcos Prado. 115 min. 2006.

Documentário com mais de 20 prêmios nacionais e internacionais, *Estamira* conta a vida de uma mulher que vive do trabalho no lixão de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Vivendo em condições extremas, ela tem um discurso eloquente, filosófico e poético, mas permeado de momentos de instabilidade emocional, mostrando como é tênue a linha entre a loucura e a sanidade.



## SUGESTÕES DIGITAIS

### PORTAL DO PROFESSOR

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/linksCursosMateriais.html?categoria=40>.

### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

<http://www.ibge.gov.br/home/>.

**EMPREGA BRASIL**

<https://empregabrasil.mte.gov.br/>.

**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES**

<http://www.spm.gov.br/>.

**ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU MULHERES**

<http://www.onumulheres.org.br>.

## 5. REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de pesquisa*, v. 39, n. 136, jan/abr, 2009, p. 125-156.

BRITES, B. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores, *Cadernos Pagu*, v. 9, jul/dez, 2007, p. 91-109. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a05n29.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007, p. 537-572.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M.. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA Arletina de Oliveira *et al* (Org.). *Mercado de trabalho e gênero. Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

BRYM, R. J. *et al*. *Sociologia: sua bússola para um novo mundo*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

Censo Demográfico/IBGE. v. 1 (1940-). Rio de Janeiro: IBGE, 1950-v.

DIEESE. *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012.

DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego*. São Paulo: DIEESE, 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Acesso em: 13 dez. 2013.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, 2005, p. 27-45.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A abordagem de análise de classe de John Goldthorpe. In: SALGADO, Gilberto Barbosa. (Org.). *Cultura e instituições sociais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2007, p. 87-115.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 2, 2008, p. 353-402.

GIL, Antonio Carlos. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas, 2011.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas. *Revista Mediações*, v. 17, 2012, p. 108-125.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos Saúde Pública*, v.18, 2002, p. 57-65.

IPEA. Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, v. 1, n. 54, Brasília: Ipea: MTE, fev. 2013.

IPEA. Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, v. 1, n. 55, Brasília: Ipea: MTE, ago. 2013.

KON, A. *Divisão do trabalho no Brasil: a questão do gênero*. Texto para Discussão n. 5, 2003, PEPGEP/PUCSP. São Paulo, 2003. Disponível em:  
[www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf). Acesso em: 10 set. 2008.

KON, A. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero, *Mulher e Trabalho*, v. 6, p. 01-20. Porto Alegre: FEE. Disponível em:  
[www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf). Acesso em: 15 jul. 2008.

KRELING, Norma Herminia. Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre. *Indicadores Econômicos - FEE*, Porto Alegre, n. 36, ago. 2008. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1640>. Acesso em: 20 jan. 2014.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, n. 3. 2005, p. 1771-1800.

MARUANI, M. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: COSTA, Arletina de Oliveira *et al* (Org.). *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

MELO, H.P. Gênero e pobreza no Brasil. *Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero en America Latina y el Caribe*. Convênio: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

NOVA, S. V. *Introdução à Sociologia*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Olinto Zuleica Lopes Cavalcante de. *Gênero e trabalho precário no Brasil*. Niterói, v. 5, n.1, 2º. Sem. 2004, p. 209-223.

PED. *População Negra*, 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/negros.html>. Acesso em: 13 jan. 2014.

POCHMANN, M. Apresentação. In: Retrato das desigualdades: de gênero e raça. *Apresentação*. Brasília: Ipea/ SPM/ UNIFEM, 2011.

POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. Parte I e II. São Paulo: Boitempo, 2008.

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONCELOS, Marcia et. al. Crise financeira internacional e mercado de trabalho: crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres: respostas e desafios no Brasil. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. Tema Trabalho e Gênero. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 101-116. Sites [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=69](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69). Acesso em: 18 mai. 2017.



